

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Isabela Costa da Silva

**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA TRAJETÓRIA FEMINISTA
BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA POR DIREITOS E LIBERDADE**

Juiz de Fora – MG

2013

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Isabela Costa da Silva

**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA TRAJETÓRIA FEMINISTA
BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA POR DIREITOS E LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Simões Bezerra

Juiz de Fora – MG

2013

AGRADECIMENTOS

Eis um momento de muita alegria e realização para mim. Chego ao final de uma etapa importante e de muito crescimento. Não posso deixar de dizer, contudo, que meus esforços não foram solitários, pois muitas pessoas e organizações contribuíram direta ou indiretamente para que eu refletisse sobre os temas que trago aqui e para o próprio processo de produção desta mesma dissertação. Ela é minha, mas também muito coletiva ao mesmo tempo.

Agradeço:

Primeiramente, à minha orientadora, Professora Cristina Simões Bezerra por toda a dedicação, desde a graduação, no esforço – não muito fácil - de me orientar. Nunca vou esquecer de como você acreditou em mim num momento em que eu decidi que estava apaixonada pelo meu objeto de estudo e que não abriria mão de estudá-lo por nada. Obrigada pelas trocas, pelas conversas, pelo companheirismo de sempre, por me acalmar nos momentos difíceis. Enfim, conseguimos! Acima de tudo, é uma grande amiga, muito especial para mim.

À Professora Mirla Cisne, por sempre ter sido tão solícita e atenciosa, contribuindo muito com nossos estudos, desde o Trabalho de Conclusão de Curso até essa dissertação. Pela sua produção teórica, excepcional, que tem tanta afinidade com nossos interesses de estudo e que sempre foi utilizada por nós como referência. Para mim, é um exemplo de intelectual e militante, por quem eu tenho muito carinho. Agradeço também pela disposição de estar presente em nossa banca, contribuindo mais uma vez com nossa trajetória acadêmica.

À Professora Malu Duriguetto, por ter sido, em grande parte, responsável por despertar em nós, ainda na graduação, o interesse pelo tema dos movimentos sociais. E depois pelas suas contribuições a este trabalho por meio de nossa banca de qualificação, dos estudos individuais realizados e por sua produção teórica brilhante, que nos serviu como referência bibliográfica. Por ter aceitado contribuir na finalização desta etapa.

À Professora Vanessa Bezerra, pela disponibilidade em contribuir na avaliação deste trabalho. Pela simpatia e pela compreensão comigo nesse processo árduo de finalização da dissertação. Pelo incentivo e pelas ótimas ideias para nossos estudos posteriores.

À Professora Telma Gurgel, pelas contribuições a este trabalho por meio da banca de qualificação e dos estudos individuais.

À Professora Rosângela Batistoni, pelos aprendizados que nos proporcionou ao longo

da graduação – como aluna e bolsista de iniciação científica - e do mestrado, bem como pelo incentivo de sempre para que chegássemos até aqui.

Aos meus pais, Nádía e Robson, por tudo o que me proporcionaram para que eu traçasse meu caminho, o qual me trouxe até este momento ímpar; pela paciência com meus momentos de ansiedade com os compromissos acadêmicos e com outras coisas mais... Amo vocês.

À Luísa, minha irmã e amiga, que amo muito. Pela confiança em mim e pelo incentivo de sempre, muito especiais para mim.

Aos tios Hélio e Jane, pelo carinho e pela motivação que sempre passaram para mim. São muito queridos!

Aos amigos do Serviço Social e do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck, pela convivência e aprendizados. Aos que ainda me dão o prazer da sua companhia e amizade: Rafaella, Maiara, Luiz, Naiara, Filipe e Guto, muito obrigada pelas conversas e pelos momentos ótimos que passamos juntos.

Ao Bruno, especialmente, que tem trazido alegria e leveza para os meus dias, mesmo neste momento tão difícil, de finalização deste trabalho. Pelo carinho, pelas conversas que me confortam e por me incentivar tanto. Amo você.

À melhor amiga que alguém pode ter, Ana Paula, que mesmo longe sempre esteve tão perto e torcendo por mim. E que está trilhando caminhos acadêmicos que entrecruzam-se com os meus, motivo de muito contentamento para mim.

Ao Samuel (Soldado), pelo companheirismo e pelos incentivos, sempre sinceros; por ter sido apoio fundamental para que realizássemos nossa pesquisa de campo.

Às militantes do MMC, que nos concederam as entrevistas que integraram nossa pesquisa.

Aos movimentos sociais e aos companheiros e companheiras de luta, que tanto contribuíram para minhas reflexões a respeito da luta revolucionária e feminista e com quem compartilho sonhos de um mundo melhor: Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo Terra Roxa, Levante Popular da Juventude e Consulta Popular.

RESUMO

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento social feminista e camponês, que tem empreendido lutas pelos direitos das mulheres e pela efetivação de um Projeto Popular para a Agricultura no Brasil. Esta dissertação de Mestrado tem por objetivo a análise das lutas e das concepções políticas deste movimento, bem como sua atuação no campo da Via Campesina. Para tal propósito, num primeiro momento, faremos apontamentos sobre os movimentos sociais e a questão agrária brasileira. Em um segundo momento, discorreremos sobre as bases da exploração-dominação das mulheres na sociedade atual, sobre a organização destas no movimento feminista e sobre a relação entre feminismo e socialismo, trazendo a contribuição teórica tanto de marxistas clássicos como das estudiosas de gênero da contemporaneidade para a compreensão dessas questões. No trabalho também apresentaremos os resultados da pesquisa de campo realizada junto ao MMC, que aborda temas como a auto-organização das mulheres, a compreensão do Movimento a respeito da realidade de dominação-exploração feminina, as suas principais reivindicações e lutas, além de sua contribuição política à Via Campesina - visto que o MMC é o único movimento auto-organizado de mulheres em seu interior. Por fim, serão apresentados alguns desafios postos aos movimentos de mulheres na atualidade.

Palavras-chave: Feminismo, Movimento de Mulheres Camponesas, Auto-organização das mulheres.

ABSTRACT

The Movement of Peasant Women (MMC) is a feminist and peasant movement, which has waged struggles for women's rights and the realization of a Popular Project for Agriculture in Brazil. This Master's thesis aims to analyze the struggles and political ideas of this movement and its activities at Via Campesina. For this purpose, at first, we will do notes on social movements and agrarian issue. In a second stage of the dissertation, we will discuss the basics of exploitation -domination of women in modern society, the organization of these in the feminist movement and the relationship between feminism and socialism, bringing the theoretical contribution both Marxists classics as scholars of gender to the contemporary understanding of these issues. That work also presents the results of field research about the MMC, which covers topics such as self - organization of women, understanding the movement about the reality of female exploitation, their main demands and struggles, and their political contribution to the Via Campesina - since the MMC is the only self-organized movement of women inside. Finally, we will present some challenges faced by women's movements today.

Keywords: Feminism, Movement of Peasant Women Brazil (MMC), Women's Self-Organization.

LISTA DE SIGLAS

AIMTR - Sul - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco Estados
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASA – Articulação do Semiárido
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CLOC - Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo
Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAO – Food and Agriculture Organization
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA/SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MML – Movimento Mulheres em Luta
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MMTR/MS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Mato Grosso do Sul
MMTR/RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR/SP - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de São Paulo
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMP/PR - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
UBM – União Brasileira de Mulheres
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	P. 10
CAPÍTULO 1- QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS	
1.1 - QUESTÃO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	P. 18
1.2 - A QUESTÃO SOCIAL LATINO-AMERICANA E BRASILEIRA.....	P. 23
1.3 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONTRA- HEGEMONIA.....	P. 34
1.4 - QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA - A VIA CAMPESINA COMO SUJEITO POLÍTICO.....	P. 38
CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO DA MULHER NO PENSAMENTO MARXISTA E REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DOS ESTUDOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS	
2.1 - A QUESTÃO DA MULHER NO PENSAMENTO MARXISTA – MARX, ENGELS E LENIN.....	P. 51
2.2 - REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DOS ESTUDOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS: AS CATEGORIAS GÊNERO E PATRIARCADO.....	P. 70
2.3 - O FEMINISMO E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO.....	P. 82
CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA VIA CAMPESINA	
3.1 - MMC – TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA NA LUTA CAMPONESA NO BRASIL.....	P. 93
3.2 - CONCEPÇÕES E LUTAS DO MMC.....	P. 98
3.3 - AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO MMC: UMA METODOLOGIA IN- DISPENSÁVEL À CONSTRUÇÃO DA LUTA FEMINISTA.....	P. 111

3.4- ATUAÇÃO DO MCC NA VIA CAMPESINA.....	P. 123
3.5 - DESAFIOS AOS MOVIMENTOS DE MULHERES NA ATUALIDADE.....	P. 133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P. 141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	P. 146
ANEXO.....	P. 153

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelos movimentos sociais vem, primeiramente, a partir dos estudos sobre a teoria marxista, classes e movimentos sociais, presentes na formação acadêmica de graduação em Serviço Social. Além disso, um marco para nós, em termos de contato com os movimentos sociais, foi a participação no 6º Estágio Interdisciplinar de Vivência em Áreas de Reforma Agrária de Minas Gerais (EIV-MG), em 2009, no qual nos foi possível compartilhar, durante um período, do cotidiano de um acampamento do MST, vivenciando o dia-a-dia dos sem-terra e conhecendo um pouco da organicidade e bandeiras do movimento. Após essa oportunidade, participamos dos 7º e 8º EIV-MG nos dois anos seguintes, mas dessa vez na condição de comissão organizadora. Dessa forma, tivemos acesso à formação política sobre diversos temas, tais como feminismo e questão agrária, além de estabelecermos articulações políticas entre organizações estudantis e MST.

Nossa militância política no movimento estudantil durante o período da graduação nos propiciou um contato privilegiado com diversos movimentos sociais camponeses e urbanos, o que fez crescer ainda mais nosso interesse pelo tema e a nossa convicção na necessidade da organização da classe trabalhadora, de modo especial nos movimentos sociais, para obtenção de conquistas efetivas que acumulem para a construção de um projeto de sociedade não-capitalista. Para nós, “não há política, transformação social, democracia, revolução e unidade nacional sem o protagonismo do *espírito popular criativo*” (SEMERARO, 2011, p.288), ou seja, sem o esforço da classe trabalhadora na construção coletiva de um projeto de sociedade a partir da sua perspectiva, de *classe para si* (ANTUNES, 2011).

Segundo Trat, porém, apesar dos movimentos sociais serem comumente apreendidos na produção teórica em geral como algo neutro do ponto de vista de gênero, Kergoat utilizou a expressão “movimento social sexuado” para expressar a ideia de que “as relações sociais de sexo impregnam permanentemente todos os movimentos e que essa consideração deve estar sempre presente quando se analisam tais movimentos” (KERGOAT, 1992, *apud* TRAT, 2009, p.149). Considerar que “todo movimento social é sexuado implica levar em consideração não só o sexo biológico de seus/suas participantes, mas antes de tudo porque reflete e às vezes questiona - a divisão social e sexual do trabalho e as relações de poderes entre homens e mulheres na sociedade” (TRAT, *idem*, p.153).

Nesse sentido de análise, algo que sempre nos chamou a atenção, particularmente, foi

questão da desigualdade da participação política entre homens e mulheres nas organizações da classe trabalhadora e a divisão sexual do trabalho - notadamente na forma específica que toma na divisão de tarefas no campo. Como afirma Nogueira (2011) - a respeito de movimentos como o MST, o MMC e a Via Campesina -, a luta por uma divisão social do trabalho mais justa e a luta pela igualdade substantiva¹ tem sido um traço marcante de direcionamento de alguns desses movimentos (p.36). Nesse sentido, "a primeira necessidade do movimento social de massa é implantar, mediante sua práxis cotidiana, mudanças profundas na divisão social do trabalho" (idem) indo na direção dessa igualdade. Para o avanço nessa trajetória, acreditamos que uma das premissas fundamentais é a mudança de paradigmas em relação à questão da mulher.

Instigada por essas questões e buscando nos aproximar da realidade das mulheres camponesas, participamos da atividade de formação e luta realizada em março de 2010, no Acampamento das Mulheres da Via Campesina de Minas Gerais, que fez parte de um conjunto de mobilizações ocorridas nos estados brasileiros, realizadas por mulheres da Via Campesina em torno do Dia Internacional da Mulher. O dia 08 de março, historicamente, tem sido um dia de luta das mulheres trabalhadoras e a despeito de toda a tentativa da classe dominante de cooptar este dia para o culto ao consumismo e à naturalização conservadora do que é ser mulher, algumas organizações políticas e movimentos sociais ainda resistem, realizando ações de mobilização das mulheres e de enfrentamento ao capital.

A pesquisa realizada em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) expressou esse conjunto de experiências retratadas anteriormente, tendo como tema *Questão de gênero e organização das mulheres da classe trabalhadora no capitalismo: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST)*.

Realizamos este estudo porque nos inquieta a luta que tem sido historicamente travada no interior das organizações da classe trabalhadora pelas mulheres, com base na afirmação da necessidade de construção de relações igualitárias entre homens e mulheres, como condição para a concretização do projeto socialista. Mais concretamente ainda, problematizar isso por intermédio de um movimento social camponês nos parece muito pertinente, visto que

A identidade da mulher rural tem se ancorado, historicamente, no casamento, na

¹ Quanto à categoria de *igualdade substantiva* ver Mészáros (2002) e Nogueira (2006).

maternidade, na família, no trabalho doméstico e na Igreja. Através da realização de atividades próprias e relacionadas a esses campos, é construída uma identidade para a mulher que vai dar sentido à sua vida e a ela atribuir uma função social na família e junto aos grupos sociais de sua convivência. Mas, essas identidades hegemônicas começam a ser questionadas por grupos de mulheres rurais que se organizam e realizam lutas públicas que parecem anunciar a emergência de novos sujeitos políticos (ESMERALDO, 2008, p.1).

Neste primeiro momento de nossos estudos, pudemos perceber que essa preocupação com o debate de gênero no MST, depois de muita luta das mulheres, ganha materialidade a partir do Setor de Gênero², que tem como um de seus objetivos gerais “levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar na luta de classes” (MST, 2001). A necessidade da discussão de gênero, de acordo com o movimento, se justifica pelo fato de “um dos princípios do MST ser a transformação da sociedade [...]. E é impossível realizar essa transformação radical da sociedade sem acabar com as bases ideológicas de sustentação da sociedade capitalista, entre elas a desigualdade nas relações de gênero”.

Acredita-se que esta linha de pensamento seja válida para todas as organizações da classe trabalhadora, de forma que a articulação entre as dimensões de classe e gênero é essencial para a projeção de uma sociedade emancipada. Como nos apontam Kergoat e Hirata:

os atores individuais e coletivos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores das relações sociais. No estudo desse duplo movimento das relações sociais – de sexo e de classe – devem estar integradas por causa da sua indissociabilidade e complementaridade. As relações sociais formam uma teia, há separação e entrelaçamento, contradição e coerência entre essas relações. Ambas são transversais ao conjunto da sociedade (KERGOAT e HIRATA, 1994, p.96).

Buscamos nesse trabalho, fazer o esforço de análise de integrar as dimensões de classe e sexo das relações sociais, compreendendo a realidade do sistema em que vivemos em sua complexidade, suas formas de rebatimento na vida das mulheres trabalhadoras e os processos de resistência delas frente a isso.

Por meio da pesquisa empreendida em nosso TCC, foi possível perceber uma constante articulação das mulheres sem-terra no campo da Via Campesina³, juntamente com

² No MST, existe uma estrutura organizativa que possui setores, responsáveis por pensar e organizar ações, relacionadas a tarefas específicas – produção, gênero, comunicação, educação, formação, etc.

³ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena diversas organizações camponesas e indígenas em países da Ásia, África, América e Europa. Os movimentos camponeses que participam dessa articulação no Brasil são: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos

mulheres de outros movimentos campestinos, para realização de atividades de formação política e lutas - principalmente em torno do Dia Internacional da Mulher, 08 de março. Essa mobilização das mulheres da Via Campesina é algo interessante, pois são espaços organizados pelas e para as mulheres eram momentos de discussão, de formação política, de troca de vivências, de mobilização e de fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos. Nesse sentido, participamos também da atividade estadual de luta e formação das mulheres de Minas Gerais no 08 de março de 2012, que integrou mulheres de diversos movimentos sociais, construída pela Via Campesina em parceria com a Marcha Mundial de Mulheres.

A partir do contato direto com os movimentos feministas e da nossa atuação em um coletivo feminista em Juiz de Fora, decidimos participar da Marcha Mundial das Mulheres, movimento auto-organizado internacional. Assim, nosso interesse pelas discussões feministas, pela questão da auto-organização das mulheres e pelo debate da articulação da luta feminista e socialista, foi gradativamente crescendo.

Por isso, em nosso projeto de qualificação do mestrado, nos propusemos a estudar os processos de organização das mulheres na Via Campesina; não de forma genérica, pois queríamos compreender também como se dava a contribuição dos diversos movimentos componentes da Via para essa organização, visto que eles têm naturezas distintas, sendo a maioria deles mistos - compostos por homens e mulheres - e apenas um deles auto-organizado, o MMC. Então, propusemos fazer essa análise a partir de dois movimentos: do MST e do MMC.

Na qualificação, contudo, acatamos a sugestão da banca de fazer um recorte mais específico em nosso objeto, uma vez que o tempo seria insuficiente para fazermos uma pesquisa dessa abrangência. Uma vez que já tínhamos acumulado estudos e análises sobre a realidade das mulheres em um movimento social misto, decidimos por tentar compreender como se dava a atuação das mulheres num movimento auto-organizado e sua contribuição para a organização das mulheres da Via Campesina, outro movimento misto.

Apresentamos a hipótese de que o movimento autônomo de mulheres – qual seja o MMC - tem a capacidade de contribuir qualitativamente na construção do feminismo no movimento social tradicional – Via Campesina. Essa problematização mostra-se relevante porque

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

O paradigma de classe que hegemoniza a construção do ideário político desses movimentos mistos orienta-se na negação as diferenças ancoradas nos sujeitos que protagonizam a luta de classes. Diferenças de gênero, de raça, de etnia e de opção sexual são tratadas e colocadas na marginalidade diante da força do discurso classista e da produção identitária homogênea para os sujeitos políticos (ESMERALDO, 2008, p.1).

Sentimos a necessidade de fazer um paralelo entre a experiência do MMC e a Via Campesina na mobilização das mulheres, bem como as suas interseções no processo auto-organizativo e na construção do feminismo. Definimos então, o objetivo geral de nossa pesquisa: analisar as lutas e as concepções políticas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), bem como sua atuação no campo da Via Campesina.

O MMC destaca-se na conjuntura nacional por ser um movimento camponês, feminista e auto-organizado de mulheres que tem, no último período, feito ações de enfrentamento direto ao capital, a exemplo da ocupação realizada em 08 de março de 2006, que ficou conhecida como "Ação da Aracruz Celulose". Tem passado por um processo de consolidação, já que é um movimento social relativamente recente, tentando estabelecer-se de fato em âmbito nacional, em todos os estados a partir dos grupos de base.

Nossos objetivos específicos são três. O primeiro é apreender a concepção das mulheres militantes do MMC acerca da exploração-dominação das mulheres e das relações sociais de sexo, tendo em vista a leitura do movimento sobre essas questões. Isso é fundamental, para nós, para compreender de qual leitura da realidade das mulheres o movimento parte para fazer suas análises, sua formação política e pensar ações.

Além disso, tivemos o intuito de desvendar, junto ao movimento, o porquê da opção pela construção de um movimento auto-organizado de mulheres. Eis uma questão que sempre nos instigou: conhecer as motivações políticas de existência da auto-organização de mulheres como metodologia das mulheres da classe trabalhadora. Acredita-se que esta é indispensável nesse momento histórico,

para as mulheres se perceberem como sujeitos, aliás, tornarem-se sujeitos efetivamente nas suas relações pessoais e políticas. Enfim, uma metodologia que possibilita as mulheres se apropriarem de si e também de se reconhecerem como sujeito político coletivo na luta por transformações de suas vidas e da sociedade (CISNE, 2013, p. 320).

Por fim, buscamos compreender qual papel o MMC tem cumprido nas lutas das mulheres da Via Campesina e no seu processo de auto-organização, visto que ele é o único movimento social auto-organizado da Via Campesina e que se reivindica claramente feminista. Indaga-se, então, como este movimento tem contribuído para a organização das mulheres da Via Campesina? Qual a influência isso tem tido na militância das camponesas de outros movimentos sociais deste campo político?

No primeiro capítulo, faremos uma introdução à discussão de questão social, luta de classes e movimentos sociais, a fim de situar o surgimento do MMC e da Via Campesina no contexto de crise do capital, no embate entre as classes. Ademais, discorreremos sobre a questão agrária no Brasil, para compreendermos a contemporaneidade, que perpassa a hegemonia do agronegócio como forma de produção agrícola e seus impactos para a vida camponesa e para o meio ambiente. Também buscamos uma aproximação com a Via Campesina, em seu histórico e direcionamento político.

Para compreendermos a pertinência da discussão a respeito da participação política das mulheres e do debate de gênero nos movimentos sociais, faz-se imprescindível demarcar as características do sistema patriarcal-racista-capitalista⁴ em que vivemos, suas contradições e os impactos de sua forma de sociabilidade na exploração-dominação da mulher da classe trabalhadora. Nesse sentido de análise, buscamos destacar, no Capítulo 2, a contribuição do marxismo para uma compreensão materialista-histórica da opressão sofrida pelas mulheres neste sistema, que corrobora para a desnaturalização de sua inserção subalterna na sociedade e para eliminar os enfoques essencialistas a respeito da relação de dominação entre homens e mulheres. Ademais, torna-se necessário conhecer a história da luta das mulheres e do feminismo, como expressão da luta de classes, dentro e fora das organizações da classe trabalhadora, bem como os seus desafios contemporâneos.

No capítulo 3, apresentamos os resultados da pesquisa documental e de campo sobre o MMC e sua participação na Via Campesina. Nessa parte do trabalho, tentamos extrair o histórico do movimento na trajetória da luta camponesa brasileira. Sistematizamos também algumas das concepções do movimento a respeito da realidade das mulheres na sociedade capitalista, sua análise de conjuntura, os avanços conquistados e os desafios colocados para o movimento feminista. Empreendemos conhecer, ainda, as principais bandeiras de reivindicação e formas de luta do movimento, em seus vários níveis, tanto na luta mais

⁴ Categoria utilizada por Saffioti (2004).

imediate, quanto nos debates estratégicos.

A relação entre auto-organização das mulheres, construção do feminismo e a perspectiva de transformação social também foi tema de discussão neste capítulo, no qual buscamos conhecer a compreensão do MMC sobre essa metodologia de luta das mulheres. Além disso, por fim, foi possível conhecer um pouco da participação do movimento na Via Campesina e suas contribuições políticas neste espaço, tendo em vista suas características diferenciadas.

A metodologia de pesquisa compreendeu entrevistas, pesquisa documental e observação participante em um encontro do MMC. Primeiramente, foi realizada pesquisa documental - a partir de materiais impressos e digitais - junto ao MMC, em busca de resoluções políticas e materiais de formação (cartilhas, etc), que remetam à luta das mulheres, a questão de gênero e/ou ao feminismo.

Em fevereiro de 2013, ocorreu o 1º Encontro Nacional do MMC, oportunidade em que realizamos um processo de observação participante. Pudemos estabelecer contato com algumas lideranças camponesas e fazer uma das entrevistas da pesquisa. Nos debates, tanto das plenárias quanto dos grupos menores, foi possível perceber a ênfase do movimento na construção de um projeto alternativo de agricultura e na luta por condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, junto ao Estado. Além disso, houve muitas discussões relativas ao feminismo, principalmente a respeito da divisão sexual do trabalho no campo e do combate à violência contra a mulher - tema principal do encontro.

Posteriormente, entrevistamos militantes do movimento a respeito da auto-organização, do debate do feminismo e da atuação do MMC no campo político da Via Campesina, temas tratados no Capítulo 3. As entrevistas foram estruturadas, feitas com cinco lideranças nacionais do Movimento de Mulheres Camponesas - escolhidas entre a própria coordenação nacional do movimento, em um universo de dez mulheres - feitas pela internet através de programa com recursos audiovisuais, gravadas e posteriormente transcritas. Além disso, a pesquisadora Cisne nos cedeu uma entrevista realizada por ela com uma militante do Movimento, que também utilizamos. Para garantir o anonimato das entrevistadas, as denominamos MMC1, MMC2, MMC3, MMC4, MMC5 e MMC6.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para uma compreensão mais apurada sobre as particularidades do movimento feminista e camponês no Brasil. Além disso, esperamos trazer elementos sobre a importância da auto-organização das mulheres nos

movimentos sociais da classe trabalhadora, na sua relação com a construção de um projeto de sociedade socialista e feminista.

CAPÍTULO 1 - QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA DE CLASSES NO BRASIL: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS

1.1- Questão social, luta de classes e movimentos sociais:

Para discutir teoricamente o surgimento dos movimentos sociais consideramos importante tratar da *questão social*, advinda da contradição fundante do sistema capitalista: a relação entre capital e trabalho e sua expressão nas mais variadas formas de desigualdades e nas lutas políticas que delas se desencadeiam. Em outras palavras, a questão social se desenvolve no bojo da luta de classes, em suas diversas nuances. Para compreender a questão social, portanto, é importante que entendamos a conformação das classes sociais. Para isso, utilizaremos as contribuições teóricas do marxismo, notadamente da produção gramsciana, bem como de intelectuais do pensamento social brasileiro.

Como afirmaram Engels e Marx, a história da humanidade até os dias atuais é a história da luta de classes. E a sociedade burguesa moderna não suprimiu a oposição de classes, mas “limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta” (Engels e Marx, 2006, p. 24). O que distingue a sociedade capitalista das anteriores é ter polarizado esse fenômeno em duas grandes classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Contudo, é relevante frisar que a sociedade concreta apresenta uma multiplicidade de classes sociais. Neste sentido, segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 90):

Marx reconhece, em Teoria da mais-valia, a existência de uma **diversidade de classes para além das duas fundamentais**, ao afirmar que “a constituição real da sociedade [...] de maneira alguma consiste unicamente na classe dos trabalhadores e na classe dos capitalistas industriais” (Marx, 1983). N'As Lutas de classe na França, Marx (ver Marx e Engels, 1977) e n'O Dezoito de Brumário (idem, ibidem) trata de um complexo de classes: burguesia industrial, aristocracia financeira, alta burguesia, pequena burguesia, camponeses, operariado, proletariado, lumpem proletariado.

Ademais, salientamos que a produção teórica marxista tem atualizado as análises a respeito das classes sociais na medida em que ocorrem mudanças na realidade. Houve, desde a época em que Engels e Marx produziram, muitas metamorfoses no mundo do trabalho, notadamente a partir de fins do século XIX - como trataremos a seguir - o que trouxe novas configurações para a formação da classe trabalhadora e para a questão social. A centralidade

do trabalho para a reprodução da sociedade continua atual, porém, a formação da classe trabalhadora tem se complexificado e heterogeneizado⁵ cada vez mais.

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, como vimos, do que afirmar o fim do trabalho ou até mesmo o fim da classe trabalhadora (ALVES e ANTUNES, 2004, p. 343).

O processo de consolidação do capitalismo não se deu sem contradições e conflitos entre as classes sociais. A expressão questão social, segundo Netto (2001), surge para dar conta do fenômeno causado pela primeira onda industrializante na Europa Ocidental, mais especificamente na Inglaterra, em fins do século XVIII: o pauperismo. Apesar da pobreza e da desigualdade entre ricos e pobres ser fato repetitivo na história da humanidade, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava, no contexto de imediata instauração do capitalismo.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Com efeito, se em alguns momentos históricos havia pobreza por escassez de uma produção que correspondesse às necessidades de toda a população, no capitalismo, apesar do alto desenvolvimento das forças produtivas, o pauperismo se torna estrutural.

Marx afirma a esse respeito:

"Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva [...]. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza" (MARX, 2001, p. 748).

A acumulação de capital, juntamente com a centralização e concentração do mesmo,

⁵ Alves e Antunes apontam, a respeito da configuração da classe trabalhadora na atualidade: Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital [...] e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalhos não criam diretamente mais-valia [...]. A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados (2004, p. 342).

gera como principal consequência para os trabalhadores a constituição do que Engels chama de exército industrial de reserva: um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho. Como afirmam Netto e Braz (2006), tal exército é um componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo.

A designação do pauperismo pela expressão *questão social* relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos (Netto, 2001), já que os pauperizados em diversos momentos históricos não se conformaram com a sua situação, lutando contra a ordem burguesa vigente. Desse modo, a visibilidade à pauperização dos trabalhadores dada pelo movimento operário, notadamente, a partir do século XIX, é que fez a *questão social* se configurar como tal, trazendo à tona a sua dimensão política.

Visto que a *questão social* é própria e resultante do conflito entre capital/ trabalho e a divisão da sociedade em classes é intrínseca a sociedade capitalista, a questão social só pode ser superada quando essa ordem societal também for transcendida. É importante salientar que ela sempre existirá nos marcos do capitalismo, porém, a questão social sofre modificações de acordo com o desenvolvimento histórico do sistema.

O capitalismo, no último quartel do século XIX, experimentou profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, no período histórico em que o capitalismo monopolista sucedeu o capitalismo concorrencial⁶, “articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio imperialista” (Netto, 2011, p. 19).

Como resposta à crise capitalista de longa duração, que teve seu ápice na década de 1970, e que deu fim aos chamados “Anos Dourados”⁷, verificaram-se profundas modificações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob a égide do capital financeiro. Pode ser percebida então uma “reconfiguração da *questão social* no contexto de mundialização do capital”, como nos aponta Iamamoto (2010). Como não é nosso objetivo aqui aprofundar sobre as características do capitalismo monopolista⁸,

⁶ A respeito da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista ver Mandel (1985).

⁷ Segundo Netto e Braz, "entre o fim da Segunda Guerra mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como 'os anos dourados' [...] Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiriam mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado [...] (2007, p.195).

⁸ Ver Iamamoto (2010).

mas suas implicações para a questão social no contexto contemporâneo, destacamos duas questões centrais dessa nova forma de acumulação: a reestruturação produtiva operada pelo capital e as mudanças na relação entre Estado e sociedade civil nesse contexto, concretizadas na política neoliberal.

No campo econômico dessas transformações, a reestruturação produtiva⁹ se deu com o intuito de superar os determinantes que levaram o capital à crise no período anterior, ou seja, as transformações implementadas pelo capital tiveram como objetivo reverter à queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Uma das medidas essenciais para tal foi “o rebaixamento dos custos do chamado 'fator trabalho' [...], envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e os direitos conquistados” (Iamamoto, 2010, p.143). Além disso, os ônus desse processo à classe trabalhadora têm se concretizado em redução salarial, precarização do emprego, emprego em tempo parcial, flexibilização ou desregulamentação das relações de trabalho, terceirizações, etc.

A flexibilização da produção que veio com a reestruturação produtiva – expressa, principalmente, através da implantação do *toyotismo*¹⁰ – veio acompanhada do crescimento do desemprego em todos os países capitalistas. Inclusive, nesse sentido, é importante resgatar a reflexão de Iamamoto (2010) de que a mundialização do capital também (re)produz, de forma ampliada, a questão social no espaço mundial e não apenas nos países pobres.

Para dar resposta aos aspectos político e social da crise do capital, modificações se fizeram necessárias na relação Estado e sociedade civil. Assim, a partir da década de 1980, notadamente nos países ditos desenvolvidos - e, posteriormente, nos de *capitalismo tardio* (Mandel, 1985) – procedeu-se um desmonte do Estado de Bem-Estar Social¹¹ e a implantação de um novo modo de gestão do Estado: o neoliberalismo.

⁹ A reestruturação produtiva iniciada na década de 70, concomitante à ideologia neoliberal, interferiu em grande medida na organização da produção, bem como nas esferas do Estado e das políticas públicas. O redimensionamento do processo de trabalho fabril, contemporâneo à informática e aos procedimentos do capitalismo flexível, exige um trabalhador de estilo multifuncional, que saiba se adaptar às mudanças, o que é justificado inclusive pela variedade de produtos fabricados na indústria. A organização flexível da produção, ancorada na informatização, levou a uma redução nos postos de trabalho, seja pelo caráter descartável que tomou o trabalho ou pela troca do trabalho vivo pelo trabalho morto. Sobre as características da reestruturação produtiva, ver Antunes (2011).

¹⁰ De modo genérico, podemos dizer que a produção sob o toyotismo é voltada para o atendimento direto da demanda de consumo, diferenciando-se da produção em massa operada pelo *fordismo*. Segundo Antunes (2011), a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo e do melhor aproveitamento do tempo de produção (*just in time*).

¹¹ A respeito do Estado de Bem-Estar Social, ver Behring e Boschetti (2006).

Nesse quadro, radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, têm sido traduzidas nas políticas recomendadas pelo “Consenso de Washington” (Batista, 1994). Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco de poder, sob inspiração liberal, conclamam-se a necessidade de reduzir a ação do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional [...] (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

Consequentemente, a questão social ganha novas roupagens, além de suas expressões se tornarem cada vez mais diversas e profundas, na medida em que o receituário neoliberal é implementado nos Estados modernos. Como consequência dessa política de Estado e das mudanças no mundo do trabalho, “crescem os níveis de exploração e as desigualdades, assim como, no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia a dia [...]” (idem).

Na sua maioria, silenciadas pelos meios de comunicação, essas **lutas condensam a recusa do instituído** e expressam iniciativas tensas e ambíguas, que **adensam um processo de acumulação de forças que procura avançar historicamente no horizonte da igualdade**. Lutas tímidas, mas vivas nos âmbitos do direito ao trabalho e do trabalho; da luta pela reforma agrária; pelo acesso aos serviços públicos no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos; **contra as discriminações étnico-raciais e de gênero**; pela defesa do meio ambiente, das expressões culturais, etc (IAMAMOTO, 2010, p. 145).

Tendo em vista nosso objeto de pesquisa, dentre essas novas roupagens da questão social, está a acentuação da dominação-exploração das mulheres. Uma dessas expressões, que acreditamos ser pertinente destacar, é a feminização do mundo do trabalho, como nos apontam Alves e Antunes:

Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: **trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado**. No Reino Unido, por exemplo, desde 1998 o contingente feminino do trabalho na era da mundialização do capital tornou-se superior ao masculino, na composição da força de trabalho britânica. **Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais** (ALVES e ANTUNES, 2004, p. 338).

Uma das discussões empreendidas pelos movimentos feminista e sindical na atualidade tem sido a respeito da discriminação sexista no mundo do trabalho. Assim, vemos que, em um processo de reação às diversas expressões da face feminina da questão social, temos o fenômeno da organização das mulheres na luta por seus direitos, sobre o qual discorreremos nos capítulos 2 e 3.

Em suma, a questão social sob a égide do capitalismo monopolista se agudiza e se globaliza, generalizando-se inclusive para os países desenvolvidos. Porém, nos países periféricos, ela tem rebatimentos específicos. Segundo Fernandes, o que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista, o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e “envenenado” (1981, p.272).

Nesse sentido, Netto (2001) nos chama atenção para o fato de que “a caracterização da questão social, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (p.49). Analisaremos aqui, sucintamente, alguns elementos da particularidade da formação social e da questão social na América Latina e no Brasil, a fim de contribuir para a compreensão do surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais no país.

1.2 - A questão social latino-americana e brasileira:

O capitalismo, desde seus primórdios, operou um processo de internacionalização do capital, desigual e combinado, rompendo e integrando fronteiras geográficas. A acentuação desse fenômeno na contemporaneidade, chamado de globalização, tem surtido a emergência de novas relações e valores. As nações estão integradas de tal forma que pensadores como Ianni (2004) falam de “sociedade global”. Nesse contexto, as disparidades de renda entre países do Norte e do Sul aumentaram e as tecnologias geraram grandes fissuras sociais. Os países “desenvolvidos” e os organismos internacionais pressionam os países “não desenvolvidos” para que adotem medidas que atendam aos interesses dos primeiros. Com consequências da globalização, tem-se também um processo de desterritorialização e de perda de soberania dos Estados-Nações.

A globalização na América Latina ocorre de forma subordinada e assimétrica. Assimetria que se manifesta no âmbito mundial, entre sociedades e economias, e no âmbito nacional, entre grupos e setores sociais. Como a globalização se dá pautada em interesses das

classes dominantes, pelo lado das maiorias – classes oprimidas – ela tem os efeitos mais perversos, de desigualdades, explorações e precarização do trabalho.

A questão social latino-americana tem suas especificidades, sendo diferente da realidade europeia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal e da implantação do capitalismo. Segundo Wanderley (1997), a questão social é constituída por componentes da organização da sociedade – nação, estado, cidadania, trabalho, gênero. Ela implica questões de integração e inserção, reformas sociais ou revolução, e correntes de ideias as mais diversas que buscam diagnosticar e agir em suas manifestações.

Existe, portanto, uma questão social fundante, que se manifesta nas extremas desigualdades e injustiças sociais presentes na estrutura social desses países. É baseada na concentração de poder e de riqueza de classes dominantes e na pobreza de outras classes que são a maioria populacional. Principalmente com a globalização, acentuada nas últimas décadas, a pobreza tem-se agudizado e a questão social vem adquirindo novas expressões.

Sabemos que historicamente a questão social só emerge como expressão das contradições entre as classes burguesa e proletária, a partir dos processos de industrialização capitalista. Porém, podemos dizer que, no continente latino-americano, várias problemáticas anteriores ao capitalismo vão se articular, complexificando a situação da classe trabalhadora. Os processos de dominação e expropriação começam com a questão indígena, depois vão se desdobrando nas temáticas negra, rural, operária, feminina. E essas questões vão ganhando novos matizes com a globalização, ou seja, vão se apresentando novas manifestações da questão social com o desenvolvimento do capitalismo. Não se trata de uma “nova questão social”, mas da mesma, com o mesmo pano de fundo – conflito entre capital e trabalho – porém com complexificações geradas pela estrutura particular da formação de países de capitalismo tardio.

A problemática indígena no continente é, até a atualidade, parte da questão social estruturante, acentuada em países em que essa população é a maioria. Existem diferentes estruturas indígenas, formas de povoamento e exploração coloniais o que confere especificidades a questão indígena em cada país. Sobre a origem dessa faceta social, Wanderley (1997) reforça a afirmação de Mariátegui de que a questão indígena tem origem na economia, no regime de propriedade da terra. Nesse sentido, as relações coloniais e as relações de classes constituem a base das relações étnicas.

De uma forma geral, nos países latino-americanos tem havido um reconhecimento dos

povos indígenas e de seus direitos nas novas Constituições. A Constituição brasileira de 1988, por exemplo, estabelece no artigo 231 que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Prieto, 1993, *apud* Wanderley, 1997).

Apesar da conquista de direitos, muito do que ocorreu desde o século XVI nesses países ainda deixa marcas no presente. São genocídios, tomada de terras, massacres, atrasos nas demarcações, conflitos fundiários. A resistência dos índios e as lutas por sua identidade, memória, autonomia, também persistem, adquirindo novas feições, como protestos, filiação a partidos políticos, ocupação de prédios públicos, etc.

Wanderley afirma que há na América Latina uma dimensão da questão social central que engloba a formação nacional e a identidade, que se coloca desde a chegada dos colonizadores no continente. A forma de colonização de cada país engendra particularidades que determinam as diferenças de raças, de classes, simbolizadas na mestiçagem. Esses fatores vão influenciar na constituição daquilo que é chamado de nação.

Na América Latina, a Nação parece encontrar-se sempre em formação... O povo continua a formar-se, se compreendemos que povo é uma coletividade de cidadãos... Acontece que a sociedade civil e o Estado encontram-se e desencontram-se. Frequentemente dissociam-se. (IANNI, 1998, p. 33, *apud* WANDERLEY, 2004).

A situação dos negros é outra problemática presente na realidade latino-americana. Tratar dessa situação pressupõe tratar da instituição fundamental que configurou as sociedades americanas, que foi a escravidão. Segundo Wanderley, do século XVI ao século XIX – até a interrupção do tráfico negreiro – cerca de 11 milhões de escravos foram trazidos à América, dos quais cerca de 40% veio para o Brasil.

Após a abolição ainda permanece o racismo, ora velado, ora explícito, baseado na superioridade do branco sobre o negro. Wanderley (1997) afirma que “a discriminação é bem mais perceptível no mercado de trabalho, no qual o negro é sempre afastado das melhores ocupações [...] e tem ganhos percentuais menores”. Sabemos que a marginalização dos negros tem sua origem no processo abolicionista, quando se colocou o tema da integração dos ex-escravos no mercado de trabalho. O Estado e as classes dominantes optaram por substituir a força de trabalho negra pela europeia, o que ampliou ainda mais a marginalização social. Foi

tentativa de branqueamento da população brasileira e de “higienização” da classe trabalhadora. Sempre houve resistência dos negros frente à exploração, por meio de lutas e principalmente na formação de quilombos. O famoso Quilombo dos Palmares, por exemplo, resistiu por quase cem anos aos ataques militares do governo, com relativa autonomia. E, nas últimas décadas os negros passaram a se organizar em movimentos sociais específicos, para reivindicar direitos para a população negra.

A história da sociedade brasileira é marcada por diversas expressões da questão social. Segundo Ianni (2004), durante um século de república, compreendendo a oligárquica, a populista, a militar e a nova, essa questão se apresenta como elo básico da problemática nacional. A questão social reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais; sempre coloca como questão a relação da sociedade civil com o Estado.

As origens da industrialização brasileira foram marcadas pelo desrespeito aos direitos do trabalhador. Havia uma cultura de que os trabalhadores eram pobres não cidadãos, precisando ser tutelados pelos empresários que agiam de forma extremamente autoritária nos primeiros anos da república. A classe trabalhadora era estigmatizada como um povo imaturo, incapaz, sem cultura, que representava um perigo para a nação caso se organizasse.

A industrialização representou uma produção de riquezas, por um lado, e, contraditoriamente, uma expansão da desigualdade social, por outro. Assim, a questão operária está ligada a expulsão rural, as migrações internas e condições nas quais se forja a urbanização das capitais e grandes centros metropolitanos, baseada na expropriação dos trabalhadores e o surgimento das periferias, favelas, cortiços. Em um primeiro momento, os problemas causados pela concentração dos trabalhadores nas cidades foram considerados pelas autoridades como problema de higiene pública e de controle da ordem social, caracterizando a questão social como uma questão de polícia. Como consequência, houve a postura de criminalização do pobre e do vagabundo, e posteriormente a qualificação dos trabalhadores como constituindo as “classes perigosas”.

Com a expansão da industrialização e da urbanização - decorrente do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo -, o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade recorrente na vida da maioria dos trabalhadores. Neste contexto, segundo Ianni (2004) há uma luta aberta e surda pela cidadania no curso dessa história, um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de

trabalhadores em povo de cidadãos.

Este período embrionário do desenvolvimento de uma sociedade civil pode ser marcado pelas manifestações pontuais no período do Império no Brasil, começando a adquirir maior estrutura somente na República, no qual **o nascente movimento operário e os primeiros sindicatos começam a travar lutas em torno da conquista de direitos fundamentais, como melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, férias, regulamentação do trabalho feminino, entre outras** (BRUZIGUESSI, 2012, p. 85).

Nesse momento, começa a configurar-se de forma mais sólida uma sociedade que materializa e amplia os espaços de conflito entre as classes sociais, passando a existir formas de organização da classe trabalhadora frente aos ataques da classe dominante, abrindo espaço para uma disputa ideológica e política. Segundo Coutinho (1997, p. 162), foi precisamente esse novo espaço público que Gramsci chamou de sociedade civil.

Com esse redimensionamento da sociedade civil, o Estado precisa potencializar suas funções para além de garantir a propriedade e, com isso, já não pode ser estável e se reproduzir mediante o simples recurso à coerção. Torna-se agora necessário obter também o consentimento, ainda que relativo, dos governos, o que se opera, sobretudo, precisamente no âmbito da —sociedade civil (COUTINHO, 1997, p. 163).

É no campo da sociedade civil que os ainda incipientes movimentos sociais e sindicatos vão travar suas batalhas no plano da conquista de direitos, ainda distante da realidade do Estado brasileiro no pré-1930 (Bruziguessi, 2012, p.87). No entanto, foi na República, sobretudo a partir dos anos 1930, que o Estado adquiriu a fisionomia oligárquica, corporativa, populista e militar [...]. A verdade é que o poder estatal tem sido exercido de modo autoritário ou ditatorial, quando não fascista (IANNI, 1984, p. 14).

Nos anos 1950, vemos um forte investimento do Estado em infraestrutura impulsionadora do desenvolvimento industrial. Ocorre uma rápida expansão das cidades, das indústrias e das exportações, que eram parte do projeto desenvolvimentista. Cresce significativamente a renda per capita brasileira, porém, a distribuição da riqueza só torna-se mais desigual. A partir de 1956, a industrialização restringida passa a dar lugar à industrialização pesada, implicando um novo padrão de acumulação.

Na entrada dos anos 1960, "a dinâmica endógena do capitalismo no Brasil, alçando-se a um padrão diferencial de acumulação, punha na ordem do dia a redefinição de esquemas de

acumulação [...] e a eminência de uma crise" (Netto, 2008, p.20). Com João Goulart na presidência do país, vários protagonistas comprometidos com as massas do povo ocuparam espaços no aparelho do Estado. E ainda, as forças democráticas mobilizaram-se de forma unitária, em torno da unívoca bandeira das *reformas de base*. Houve a emergência de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais no cenário político, galvanizando seguimentos pequeno-burgueses (com especial destaque às camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja Católica e das Forças Armadas, era um fato novo na vida do país (idem).

Porém, Netto (2008) destaca que, em seu ponto de vista, esta emergência não colocava em xeque imediatamente a ordem capitalista e nem caracterizava um quadro pré-revolucionário; ela colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômicos sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país. Para a saída da crise econômica que já mostrava seus primeiros sinais e também para cumprir o papel de neutralizar as forças mais aguerridas do campo democrático, a burguesia brasileira decidiu por se alinhar ao imperialismo, para sustentar a consecução do padrão de desenvolvimento já em processamento.

Ocorreu então, em abril de 1964, o golpe de Estado a partir de um movimento cívico-militar reacionário, que de acordo com Netto, resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira.

O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra-revolucionário [...]. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e política que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira (NETTO, 2008, p.25).

Inicia-se então, a partir desse episódio, um Estado de regime antinacional e antidemocrático, já que o segmento que se colocou no poder estava interessado em dar continuidade ao padrão de desenvolvimento dependente e associado ao capital internacional, ou seja, ao processo de modernização conservadora.

No primeiro período do governo autocrático-burguês, que vai de 1964 a 1968, há uma tentativa da ditadura em legitimar-se politicamente, em articular uma grande base de apoio que sustentasse suas iniciativas. Segundo Netto (2008), após a deposição repressiva de

Goulart, que incidiu sobre o movimento operário e camponês e as lideranças mais comprometidas com as forças populares e de esquerda, “a coalização vencedora esforçou-se para manter um consenso ativo entre seus parceiros e neutralizar as forças que lhe eram hostis” (p.35).

Para tanto, no plano político o governo não feriu o andamento formal da vida legislativa e se comprometeu com o calendário eleitoral anteriormente definido. Seus esforços, porém, mostraram-se inúteis: em pouco tempo as fraturas roeram a unidade dos parceiros do pacto contra-revolucionário e as forças antiditatoriais buscaram mecanismos de rearticulação (NETTO, 2008, p.36).

A fratura do pacto contra-revolucionário era inevitável, devido, principalmente, à crise econômica, à oposição democrática e à proliferação de organizações clandestinas de esquerda que buscavam enfrentar o governo ditatorial¹². Assim, a autocracia rompe o nó dos impasses colocados para efetivação de seu projeto para o capitalismo brasileiro a partir da criação do Ato Institucional nº5, AI-5, que abre o genuíno momento da autocracia burguesa. Como afirma Netto, neste momento, o que fora até então uma ditadura reacionária converte-se num regime político com nítidas características fascistas (Idem, p.38).

Neste período pós AI-5, a repressão a questão social – a oposição e ao dissenso - passa a ser algo sistemático e oficial realizado pelo Estado por meio de seu aparato policial e militar. Além disso, o regime busca mostrar eficácia a partir de sua política econômica promovendo “crescimento acelerado, batizado de “milagre econômico” e posto como organizador de um consenso passivo” (Ibidem, p. 40).

A partir de então, quando o “milagre” começou a esgotar-se, o regime autocrático burguês também começou a entrar em crise, fenômeno que só foi se aprofundando até ocorrer a democratização plena. Começa a haver então uma abertura do regime através do que Netto (2008) chama de uma auto-reforma: “a autocracia burguesa é obrigada a combinar concessões e gestos tendentes à negociação com medidas repressivas” (p.42).

Além da crise do “milagre econômico”, um dos fenômenos fundamentais para tal abertura, na década de 1970, foi a reinserção da classe operária na cena política, principalmente a partir das greves do ABC paulista. Sua atuação política fez parte do quadro que animou as forças democráticas a colocarem-se novamente na sociedade civil, para exigir mudanças no regime político vigente até então. Tem-se um contexto de grande efervescência

¹² Ver Netto (2008).

social e política, agitando as organizações sindicais, estudantis, camponesas etc.

Nesse bojo, três agentes políticos despontaram na cena nacional: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Esses podem ser considerados a base do processo de redemocratização que marcou os anos 1980. O PT foi o primeiro partido político surgido da classe operária no Brasil e a principal articulação política da época para a retomada da democracia no País. Aglutinou em torno de si as massas dos trabalhadores e configurava-se como um bloco político contra-hegemônico no Brasil. Já a Central Única dos Trabalhadores, fruto da força social que se mobilizou nas diversas greves gerais que eclodiram ao longo dos anos 1980, foi uma expressão do “novo sindicalismo”, pois criticava a estrutura sindical oficial e buscava representar outros movimentos sociais, além do sindical, desempenhando papel vital na organização da classe trabalhadora.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra completou o tripé da luta pela redemocratização. Em 1984, os trabalhadores rurais, que já protagonizavam várias lutas pela democratização da terra e da sociedade, realizaram seu primeiro encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidiram fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Dessa forma, durante a Nova República – a partir de 1985 - a questão social continua a ser um desafio para o poder estatal. Nesse contexto, enquanto a economia crescia e o poder estatal se fortalecia, a massa dos trabalhadores empobrecia cada vez mais. Como afirma Jaguaribe *apud* Ianni (2004), o Brasil na década de 1980 caracterizava-se pela maior discrepância existente no mundo entre os indicadores econômicos e os sociais. O país era a oitava potência econômica do mundo ocidental, tendo níveis aproximados aos dos países desenvolvidos da Europa e, em contrapartida, os indicadores sociais aproximavam-se do nível dos países “subdesenvolvidos” do mundo afro-asiático.

A partir da breve explanação sobre alguns aspectos da história brasileira, podemos perceber que, tanto no processo de entrada do Brasil no capitalismo - a partir da sua industrialização - como na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista - que tem início com a regime autocrático-burguês - modernizam-se a economia e o aparelho estatal, porém, simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas permanecem defasados. Ianni (2004) afirma que esse desencontro entre sociedade e economia é um dos

segredos da prosperidade dos negócios da burguesia. Enfim, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social.

Nesse sentido, podemos dizer – a partir do que pensadores clássicos como Prado Jr. (2000) e Fernandes (1981) já anunciavam - que uma das particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é o caráter desigual desse processo. O “moderno” se constrói a partir do “arcaico”, sem muitas vezes negá-lo, “recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira” (Iamamoto, 2010, p.128). A reposição dessas marcas históricas imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. A atual inserção do país na divisão internacional do trabalho, como uma economia dita “emergente” em um mercado mundializado, “carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre Estado e sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais” (idem).

A modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho, radicalizando a questão social.

A noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica (Marx, 1985b, t.I, V.II): a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social (IAMAMOTO, 2010, p. 129).

A dominação burguesa no Brasil, segundo Fernandes (1981), opera uma transformação capitalista que tem como regra uma dupla articulação: o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem requisitos da acumulação capitalista e da sua intensificação. Nessa mesma linha de pensamento, podemos afirmar que o capitalismo dependente é um capitalismo necessário - à lógica de acumulação dos países centrais – porém, difícil, o qual se deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem - no caso, as burguesias nacionais dos países periféricos.

É importante ressaltar que a Revolução Burguesa no Brasil não ocorreu em sua forma clássica, pois “não constituiu um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural” (Fernandes, 1976). O país passou por um processo de modernização capitalista sem por isso

ser obrigado a realizar uma “revolução democrático-burguesa”. O latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista (Coutinho, 2012, p. 196) mas, pelo contrário, ganharam outras roupagens e a estrutura de poder no país continuou a mesma.

Estes processos foram encabeçados pelo Estado, ao invés de serem frutos da ação de uma burguesia revolucionária, que arrastasse os trabalhadores do campo e da cidade consigo, como ocorreu em outros países. Destarte, como afirma Fernandes:

Ela (a burguesia) não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo o que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (FERNANDES, p. 204, 1981).

A implementação do capitalismo teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes dominantes (burguesias industrial nacional e internacional e oligarquia agrária), com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e anti-popular (ibidem).

Nesse sentido, a noção gramsciana de “revolução passiva” pode ser muito útil na compreensão de nossa formação histórica, para analisarmos vários processos, tais como a transição do Brasil à modernidade capitalista e a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista de Estado. Segundo Coutinho (2012) a revolução passiva sempre implica a presença de dois momentos: o da restauração – que seria uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima” - e o da renovação – na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes. Assim, podemos dizer que a Revolução Burguesa no Brasil se dá sempre de forma contra-revolucionária, para garantir a manutenção do *status quo*. Como vimos, a democracia burguesa instaurada no Brasil não é fruto de uma revolução democrática e nacional. Pelo contrário, instaura-se em nosso país, como afirma Fernandes (1981), um

regime autocrático-burguês, uma democracia restrita e válida para os iguais, excluindo da Nação a grande maioria dos despossuídos.

Está presente na realidade brasileira o que Gramsci chama de “ditadura sem hegemonia”, que é uma característica fundamental do processo de revolução passiva. Dessa forma, já que neste tipo de formação social as transformações são feitas essencialmente “pelo alto”, tendo o Estado como agente prioritário, temos um fortalecimento da “sociedade política” – os aparelhos militares e burocráticos de dominação e coerção – enquanto permanece subalterna a “sociedade civil” - o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral (Coutinho, 2012, p.208).

A noção gramsciana do Estado ampliado, que enriquece com novas determinações a teoria marxista de Estado também tem muito a contribuir para compreendermos a conformação atual da sociedade brasileira, bem como o surgimento dos movimentos sociais, visto que:

A sociedade civil, como palco do pluralismo de organismos coletivos ditos “privados” (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, etc), é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava repensar a política e sua relação com as esferas da vida social e elaborar novos termos de hegemonia (DURIGUETTO, 2007, p.55).

Como afirma Coutinho (2012), por muito tempo o Brasil possuiu uma sociedade civil “primitiva e gelatinosa” e um Estado bastante forte. O que nos remete ao tipo de sociedade classificada por Gramsci como “oriental”. Porém, mudanças que se iniciaram com a República – notadamente a Abolição da Escravatura e o processo de industrialização - foram fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade civil mais encorpada, de modo que a estrutura social do país foi se tornando mais complexa, mais moderna, ainda que essa “modernidade” estivesse vinculada ainda a muitos elementos arcaicos, presentes principalmente no campo.

Com o ingresso do país na fase do capitalismo monopolista de Estado, segundo Coutinho (idem), consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira. E é a partir deste momento também que vemos os movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais e partidos de esquerda – expressão de

organização da classe trabalhadora na sociedade civil – ganharem mais corpo e relevância no contexto nacional. Nesse sentido, a “guerra de posição”¹³, baseada na disputa pelo consenso na sociedade civil ganha grande relevância e a disputa por hegemonia entre as classes fica mais acirrada do ponto de vista político.

1.3 – Os movimentos sociais como espaço de construção de contra-hegemonia:

Segundo o pensamento gramsciano, a estratégia revolucionária de “ guerra de posição” deve se concentrar em “conquistas progressivas ou processuais de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no vasto campo da sociedade civil” (Duriguetto, 2007, p. 59). Nesse âmbito, ganha centralidade a noção de hegemonia, como “direção intelectual e moral”. Ela expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter, seja em seu processo de classe em ascensão ao poder, seja enquanto classe que já está no poder.

Podemos afirmar então, que as organizações da classe trabalhadora constituídas historicamente são espaços de construção de uma contra-hegemonia – que se contrapõem a hegemonia da classe dirigente na sociedade capitalista - e de busca pela construção do consenso, já que, na acepção gramsciana, “a construção do consenso é a busca das aspirações e das demandas que estão dispersas no largo arco das classes subalternas; é saber direcioná-las em um programa e direção política concretos e numa perspectiva universal” (Idem, p. 63).

A busca pelo consenso e pela hegemonia a partir das organizações da classe trabalhadora aponta para a construção do que Gramsci chama de “vontade coletiva nacional-popular”. Com isso, inicia-se um processo de radicalização da democracia e elaboração de uma nova hegemonia, que só se completará com a tomada do poder do Estado pela classe revolucionária e a instauração de uma nova ordem societária, sem exploração/discriminação de classe, gênero, etnia e orientação sexual.

O papel dos movimentos sociais nesse processo de construção de contra-hegemonia é indiscutível, seja dos “movimentos sociais de classe tradicionais”, seja dos “novos

¹³ Considerando as novas determinações sociais, políticas e econômicas, Gramsci problematiza a pertinência do choque frontal ao poder do Estado, que denomina de “guerra de movimento”, utilizada na revolução russa de 1917, para as formações sociais “ocidentais”. Estas apresentam uma formação social complexificada, com uma socialização da política e uma relação adequada entre sociedade civil e Estado, ao contrário das formações sociais “orientais”, em que o Estado-coerção é tudo e a sociedade civil é nada - pouco desenvolvida e autônoma.

movimentos sociais”. Endossamos a ideia da perspectiva marxista¹⁴ de que “os movimentos sociais não podem ser pensados e compreendidos de forma desvinculada da produção e do consumo, das esferas política e econômica, e do Estado e do mercado. Apenas a sociedade civil e a dimensão cultural pouco nos diz sobre estes movimentos” (Montaño e Duriguetto, 2011, p. 324). Uma importante contribuição nessa reflexão é dada por Lojkin:

Em sua elaboração, percebemos uma composição de referências de Gramsci e de Lênin, particularmente em relação ao caráter de classe das lutas sociais – ou seja, **os movimentos sociais como expressão das lutas de classes; a necessidade da formação de uma contra-hegemonia por parte das lutas das classes subalternas e a importância do partido político** (Montaño e Duriguetto, 2011, p.325).

E a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, Bihr afirma:

A década de 70 viu desenvolver rapidamente, em todos os países ocidentais, o que então se denominou “novos movimentos sociais”: movimentos ecológicos, certamente, mas também movimentos antinucleares e pacifistas, movimentos regionalista e de âmbito nacional, movimentos urbanos, movimentos feministas e, de modo mais amplo, anti-sexistas, etc (BIHR, 1998, p. 143).

Os Novos Movimentos Sociais, segundo Montaño e Duriguetto (2011), surgem ora como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionais, aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas.

Bihr (1998, p. 143) atribui duas características aos novos movimentos sociais: primeiro, “o seu campo de mobilização e [...] suas lutas situam-se geralmente fora da esfera imediata do trabalho e da produção, e seus protagonistas mantêm, em geral uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade em relação as formas organizacionais e às referências [...] do movimento operário” e, ainda, “esses novos movimentos sociais também, em geral, possuíam uma postura 'antiEstado' e 'antipartidos políticos”.

O autor aponta alguns aspectos positivos dessas novas formas de luta e contestação: elas dão visibilidade no cenário político a temas como a questão de gênero, de raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia, as referentes à reprodução social – como os bens de consumo coletivo. Os novos movimentos sociais, portanto, contribuem no sentido de revelar que as

¹⁴ De acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p.312), três foram as principais vertentes teóricas que balisaram o campo de reflexões sobre os Novos Movimentos Sociais: a teoria "acionalista", a vertente pós-moderna e a marxista.

condições de reprodução do capital ultrapassam a produção, estendendo-se para a totalidade da vida social.

Por outro lado, de acordo com Bihr (1998) havia alguns limites colocados a partir da perspectiva desses movimentos sociais. Primeiramente, esses não colocavam diretamente em questão as relações sociais capitalistas e as condições imediatas de sua reprodução. Isso acaba por limitar o alcance político de suas lutas, que não eram realizadas conjuntamente com a luta do proletariado e, por consequência, não assumiam um caráter anticapitalista radical. O segundo limite de sua atuação está no particularismo de suas demandas, que seguem a tendência de se isolarem, cada uma em um grupo específico, favorecendo práticas localizadas e pouco abrangentes. Sobre este aspecto, segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 266):

Sem desconsiderar a relativa importância das demandas dos Novos Movimentos Sociais, o fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes. Essa “retirada” acabou por conduzir uma convivência com o sistema, ainda que limitadamente contraditória, mas compatível com a sua manutenção.

Essa ausência de mediação com o movimento operário acabou por limitar também, a própria articulação das lutas entre os próprios “NMS”. Como afirma Bihr (1998), essa falta de articulação exprimia as insuficiências radicais do movimento operário social-democrata e das lutas do proletariado pós-guerra e, com isso, indicava simultaneamente os próprios limites dos novos movimentos sociais”. Essa conjuntura das lutas sociais acabou por ser funcional a reprodução da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal e a emancipação política contestatória não se transformou em emancipação humana.

Muitos movimentos sociais existentes hoje são frutos dessa nova concepção de fazer política e de organização de grupos de indivíduos por bandeiras identitárias. Como afirmou Bihr, desde o contexto de surgimento dos NMS, “brotou um matagal de associações e de práticas alternativas” (1998, p.143). São exemplos disso os movimentos de mulheres, movimento feminista, movimentos ecológicos, movimentos LGBT's, dentre outros, que constituem uma gama heterogênea. Destarte, alguns têm uma perspectiva classista – qual seja, de crítica ao modo de produção vigente e à ideologia dominante, articulada com suas pautas específicas - como teremos a oportunidade de analisar no caso do MMC - e outros não apresentam essa articulação, ficando restritos às pautas “identitárias”. Apesar disso, é certo que

Os movimentos sociais, sejam *novos* ou *tradicionais*, encontram-se contextualizados em meio às transformações ocorridas na economia, a expansão dos mercados, marcados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização das relações de trabalho e produtivas baseadas no toyotismo (SIQUEIRA, n.d.).

Portanto, para a perspectiva a qual nos filiamos, as lutas sociais inspiradas no Maio de 1968 e motivadas pela crise capitalista e pela crise soviética, apesar de trazerem novos elementos em relação à forma de mobilização e organização, “confirmam a continuidade de uma sociedade capitalista, industrial, monopolista, imperialista, mantendo as relações de exploração entre capital e trabalho, que funda e se expressa em variadas formas de contradições e relações sociais. Desconsideram-se as hipóteses de sociedade 'pós-industrial', 'pós-moderna', do 'não trabalho', sem contradições” (Montaño e Duriguetto, 2011, p.324).

Lojkine (1981) *apud* Montaño e Duriguetto (2011), por sua vez, vai caracterizar os “novos movimentos sociais urbanos” [...] como articulados com os “movimentos sociais ligados à produção”. Esta análise nos parece muito coerente, pois pensamos que nenhuma luta na sociedade burguesa pode ser travada descolada da forma de produção e reprodução da vida no modo capitalista. Reafirmamos a necessidade da articulação entre o movimento classista e os *novos movimentos sociais*, ou *movimentos urbanos*, como se queira chamar. Pois, “longe [...] de serem opostas, a mobilização das massas e sua organização políticas estão intimamente ligadas no movimento revolucionário” (Lojkine, 1981, p.295 *apud* Montaño e Duriguetto, 2011, p.329).

Centrando-nos mais no nosso tema de pesquisa, acreditamos que, muitas vezes, faltou feminismo nas organizações clássicas da classe trabalhadora – nos movimentos sociais tradicionais. Daí a necessidade de serem construídos espaços de auto-organização e de discussão do feminismo no interior dos movimentos classistas. O que queremos dizer é que a perspectiva socialista, revolucionária, não vai de encontro com a perspectiva feminista – colocada em pauta também pelos Novos Movimentos¹⁵ – mas, muito pelo contrário, a confluência desses elementos faz com que a luta da classe trabalhadora se enriqueça e se torne mais exitosa no caminho da construção de uma sociedade emancipada. Um exemplo dessa confluência assinalada por nós é a auto-organização das mulheres da Via Campesina e sua

¹⁵ Sabemos que o movimento feminista é anterior ao surgimento dos Novos Movimentos Sociais, como trataremos no capítulo 2.

construção do feminismo, da qual falaremos mais adiante.

Visto que os movimentos sociais estudados por nós são camponeses, é premente estudar os fundamentos da questão agrária brasileira e suas expressões na atualidade, esforço que tentaremos fazer brevemente no ponto a seguir.

1.4 - Questão Agrária e a luta pela terra - A Via Campesina como sujeito político:

Para compreendermos a razão de ser e do surgimento dos movimentos sociais camponeses objeto de nosso estudo, faz-se necessário uma breve explanação sobre a questão agrária no Brasil e, mais especificamente, sobre o contexto pós Revolução Verde e da expansão do agronegócio - dos anos 1960 até os dias atuais -, a partir do qual estes movimentos se consolidam e ganham força no sentido de realizar um enfrentamento ao capital calcado neste modelo de produção agrícola.

No capitalismo, a expressão da questão social no campo é a questão agrária. Esta é conceituada por Fernandes (2001) como o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Esta compreende as dimensões econômica, social e política, sendo que, no âmbito econômico, está ligada a propriedade da terra e a concentração da estrutura fundiária, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, a produção agropecuária, ao abastecimento e a segurança alimentar. No âmbito social, expressa-se através dos processos de expropriação, expulsão e marginalização dos trabalhadores rurais e da violência extrema contra os trabalhadores. No âmbito político remete a luta dos trabalhadores pela terra e pela reforma agrária, a sua resistência na terra e também as políticas agrícolas dos governos e ao mercado, aos interesses do campo e da cidade.

A questão agrária constitui-se, portanto, como um elemento estrutural do capitalismo e, por isso, apresenta um conjunto de problemas que são constantes. Desse modo, como afirma Fernandes (2001, n.p.) “não há saída para os problemas criados e recriados pela questão agrária. O seu limite é a sua superação e isso é impossível no capitalismo. Lutar para tentar superá-la, significa lutar contra o capital”.

Neste sentido, cabe destacar que a formação do capitalismo no Brasil não pode ser

analisada sem considerarmos a sua estrutura agrária e as formas de produção no campo. Como vimos anteriormente, no Brasil não houve uma revolução burguesa nos moldes clássicos¹⁶ - como ocorreu nos Estados Unidos e alguns países europeus, por exemplo - e isto traz implicações para a questão agrária brasileira. A este respeito, Coutinho afirma que

por um lado, gradualmente e - pelo alto, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social (COUTINHO, 2007, p. 196).

Como defende Gorender (2013) a forma de organização da produção no Brasil à época da colônia foi fundamental para o processo posterior de desenvolvimento da indústria capitalista, já que neste momento se operava a acumulação originária ou primitiva de capital¹⁷. Entre os séculos XVI e XIX, havia uma estrutura econômica chamada por Gorender (idem) de “escravismo colonial”, na qual a produção era baseada na forma denominada *Plantation*. O sistema de *plantation* se caracterizava pelas grandes extensões de área cultivada, em monocultivo – ou seja, de forma especializada em um só produto (cana, algodão, cacau, café, pecuária, etc) -, com a utilização de modernas técnicas de produção (para a época), pela prioridade de venda para o mercado europeu e pela mão de obra escrava (Stédile, 2011, p.14).

A constituição da grande propriedade latifundiária, que é fundamental para a realização do sistema de *plantation*, vem se conformando a partir dos primórdios da exploração europeia no Brasil. Assim, como afirma Stédile, desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – sua classe dominante -, impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza (2011, p.13).

Um marco histórico na questão agrária brasileira foi a “Primeira Lei de Terras” (Lei nº 601, de 1850), promulgada por dom Pedro II, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil. A lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia à Coroa. Essa lei, portanto, discriminava os pobres e impediu que os escravos libertos se

¹⁶A via clássica implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas, fundadas na coerção extra-econômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as formas econômicas em que ela se apoiava e de cuja reprodução dependia a sua própria reprodução como classe (COUTINHO, 1990, p. 170).

¹⁷ Sobre a acumulação primitiva do capital e sua relação com a questão agrária, ver Wood (1998).

tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para realizar o processo exigido em lei para ter o acesso à terra. Uma assertiva de Stédile (2011) sobre a Lei de Terras é que “a partir dessa lei, a terra se transformou numa mercadoria especial, com preço, e podendo ser negociada entre seus proprietários privados” (p.16). Além disso, o autor afirma que “a principal consequência social dessa lei foi a consolidação do latifúndio como estrutura básica de distribuição de terras no Brasil” (idem).

Com o fim da escravidão efetivada pela Lei Áurea, em 1888, e com a Lei de Terras, que impediu que os ex-escravos tivessem acesso à terra, a grande maioria deles migrou para as cidades. Este processo gerou um déficit de força de trabalho no campo, obrigando Dom Pedro II a fazer uma ampla campanha de atração de camponeses pobres da Europa para trabalharem na agricultura brasileira, sob a promessa de ganharem um pedaço de terra. Foi neste processo de imigração de trabalhadores europeus que se deu a formação do campesinato colonial brasileiro, como afirma Maestri:

o surgimento de campesinato nacional propriamente dito deve-se sobretudo a fenômeno inicialmente marginal no processo de ocupação e exploração do território brasileiro. Ou seja, à exploração policultora de pequenos lotes de terras, sobretudo por agricultores proprietários imigrantes europeus não portugueses, em regiões do território não adaptadas à exploração agrícola e pastoril latifundiária (MAESTRI, 2005, p. 255).

A respeito disto, podemos dizer que o processo de abolição da escravidão pode ser compreendido como um dos momentos de Revolução Passiva e não como momento de revolução social, como afirma Maestri (2005). Pois, se, por um lado, havia um movimento abolicionista e um processo de resistência da força de trabalho escrava, por outro lado existia a necessidade de formação de um mercado de trabalho assalariado, que teve como ponto central de fortalecimento a imigração europeia.

Segundo Stédile (2011), “em razão da Lei de Terras ser tão discriminatória, surgiram, no final do século XIX, os primeiros grandes movimentos camponeses”, que tinham como principal bandeira a garantia do acesso à terra para quem dela necessitasse para viver. Entretanto, salvo raras exceções, o Brasil continuou a ser, nas décadas seguintes, um país fundado na grande propriedade agrária.

Alguns momentos da história brasileira merecem ser destacados por importantes acontecimentos e processos no que tange à questão agrária. Um destes momentos foram as eleições para Assembleia Constituinte, ocorridas pela primeira vez no país em 1946. Segundo

Stédile, apesar da maior parte de seus membros ser conservadora, uma bancada de doze deputados e senadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve papel destacado, principalmente pelo grande prestígio popular do qual gozavam.

Foi nessa Constituinte que, pela primeira vez, houve o debate sobre a necessidade de reforma agrária. Na ocasião, Luiz Carlos Prestes apresentou um projeto de lei que “incorporava à Constituição o preceito de que todas as terras mal-usadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, para que este fizesse a redistribuição a quem de fato quisesse produzir. Aparecia, assim, o conceito de que a propriedade da terra deveria estar vinculada ao uso social para produção” (Stédile, 2011. p.19). Apesar de a proposta de Prestes ter sido derrotada pela ampla maioria conservadora do Parlamento, este processo foi fundamental para instigar o debate sobre a necessidade do Estado se posicionar a respeito de uma reforma agrária no Brasil, gerando, inclusive a introdução na Constituição do preceito de que o governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social.

Esse preceito constitucional, todavia, não impedia que houvesse conflitos sociais no campo, devido à falta de uma política pública efetiva de distribuição de terras. Esses conflitos eram, muitas vezes, violentos, já que havia, de um lado, enormes contingentes de camponeses pobres que haviam colonizado ou habitado certas regiões como posseiros; de outro, supostos proprietários, em geral grileiros (denominação dada àqueles que falsificavam os títulos de propriedade nos cartórios e se atribuíam o direito à propriedade das terras) (Stédile, 2011, p.19).

No início da década de 1960, como já retratamos anteriormente, aumenta a tensão social em torno de projetos antagônicos para o país, tendo de um lado, as forças democratizantes e, de outro, a classe dominante conservadora. Esse foi um dos momentos marcantes da história da questão agrária brasileira, principalmente porque a discussão sobre ela e a organização em torno da luta pela terra avançou em diversos aspectos.

A questão social do campo se agravava, pela pressão de enormes contingentes de camponeses pobres, porém, continuava não havendo política efetiva governamental para resolvê-los. Na esteira desse processo, os movimentos sociais tornaram-se mais fortes com a melhor organização da classe e, sob a influência de organizações políticas e partidárias, consolidaram suas propostas e exigências de uma reforma agrária imediata. Assim, desenvolveu-se a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab), impulsionada pelo PCB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), do Rio Grande do Sul, dirigido

pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), de Leonel Brizola (Stédile, 2011, p.21). Estes e vários outros movimentos do campo começaram a adotar a palavra de ordem: “Reforma Agrária na lei ou na marra!”.

O movimento de sindicalização rural também cresceu significativamente, como afirma Stédile (idem), graças à regulamentação do funcionamento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), até então proibidos por lei, feita pelo governo João Goulart em 1963. Além disso, cabe destacar que se organizaram diversas pastorais da Igreja Católica, algumas progressistas, de apoio à luta camponesa pela terra, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC).

Ainda no âmbito das lutas sociais, segundo Stédile (2011), o período que vai de 1954 a 1964 foi marcado pelo ressurgimento das Ligas Camponesas¹⁸ e expansão para Pernambuco e mais dezesseis estados. Havia então um incremento da luta por uma reforma agrária mais radical.

Neste momento de efervescência política, como retratamos anteriormente, havia uma mobilização unitária das forças populares em torno das reformas de base, defendidas pelo então presidente João Goulart. Dentre essas reformas, estava a Reforma Agrária. Porém, com o golpe de 1964, houve uma interrupção desse processo democrático de mudanças que poderiam ocorrer na estrutura agrária do país. Segundo Stédile, “o modelo adotado pelos governos deste período buscavam estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade fundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro [...]” (2012, p.24).

Foi neste período que se iniciou um pacote de medidas - chamado de Revolução Verde - que perpetuava a estrutura agrária latifundiária e trazia novos elementos para a “modernização da agricultura”, através da utilização ostensiva de tecnologias como insumos agrícolas e agrotóxicos, fornecidos por grandes multinacionais, abrindo o país para investimentos estrangeiros e perpetuando nosso lugar enquanto país dependente e subordinado.

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado

¹⁸ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, e uma política efetiva de reforma agrária

(THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 2).

Ainda durante o regime autocrático, no âmbito político, as principais organizações de camponeses foram proibidas, e seus líderes, quando não escaparam para o exílio foram presos ou assassinados. O debate político, científico e acadêmico sobre a questão agrária também foi silenciado pelo regime ditatorial.

A partir do fim do regime militar em 1985, houve uma retomada dos movimentos sociais camponeses, assim como o debate político e intelectual sobre o tema da Reforma Agrária. Isto se deve tanto ao processo de democratização, que possibilitava aos movimentos organizarem-se com mais liberdade, como também como reação ao avanço do projeto de modernização conservadora capitalista para o campo - que se estende até os dias atuais - e tem como principais características a priorização do agronegócio como forma hegemônica de produção agrícola, a proletarianização dos camponeses e sua expulsão do campo para os centros urbanos.

O agronegócio é um modelo de produção embasado no controle de territórios pelas grandes transnacionais: é a “velha” estrutura latifundiária transformando-se em diversas empresas capitalistas. Nesse modelo, as empresas atuantes sobre a agricultura controlam toda a cadeia a ela relacionada, como por exemplo, sementes, insumos, maquinários em geral, ferramentas e agrotóxicos, assim como obtém crédito bancário que favorece a escala industrial em detrimento da pequena agricultura.

Junto a isso, somam-se o aumento da escala de produção; a especialização e o monocultivo de produtos não destinados à alimentação humana como o eucalipto, a soja, o milho e a cana (produção de agrocombustíveis); o crescimento do uso de agrotóxicos; o controle das sementes por meio da transgenia e o patenteamento de espécies da biodiversidade; o aumento da estrangeirização das terras (venda de terras a outros Estados-Nação e/ou empresas estrangeiras); a especulação do preço dos alimentos através das *commodities*; a venda de créditos de carbono e, no caso do Brasil, a alteração do Código Florestal favorecendo os grandes madeireiros, produtores de gado etc. Todos estes são aspectos que fazem parte do desenvolvimento do agronegócio na América do Sul neste momento histórico (BATISTA e ANZLILAGO, 2013, p.28).

No contexto contemporâneo, tem-se desenvolvido com toda força o agronegócio no

campo brasileiro, notadamente por meio da expropriação de grandes extensões de terra, originalmente território de povos tradicionais e camponeses. Por meio da política expansionista, o capital, que visa o aumento da produção dos monocultivos no território em disputa, incorpora pelas vias legais e ilegais grandes extensões de terra para a implantação dos seus projetos. Dessa forma, os territórios das comunidades tradicionais e dos camponeses estão sendo invadidos por madeireiros, grandes fazendas e empresas rurais, substituindo a rica agrobiodiversidade pelos monocultivos de eucalipto, pecuária, soja e cana-de-açúcar, dentre outros.

Em meio a tais contradições surgem lutas e resistências das comunidades, grupos sociais que são violados em seus direitos territoriais. As comunidades se organizam em movimentos socioterritoriais para garantirem seus direitos que foram violados pela ação do capital na região. Reivindicam direitos, identidades e a garantia de viver e reproduzir o seu modo de vida e formas diversas de apropriação da terra que, por sua vez, se diferencia do modo hegemônico exercido no campo brasileiro (SILVA, 2013, p. 17).

A economia brasileira hoje sustenta-se em grande parte na agroexportação, calcada na produção das *commodities*, que são mercadorias produzidas em larga escala e comercializados em nível mundial. Estas são negociadas em bolsas de valores e, portanto, seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. De acordo com pesquisa realizada pelo Banco Mundial (2010), as transações de compra e venda de terras no Brasil e o crescimento da produção dos monocultivos agrícolas, estão concentradas em oito *commodities*: cana-de-açúcar, dendê, soja, milho, arroz, canola, girassol e eucalipto (Silva, 2013, p.16).

Em contrapartida, a agricultura camponesa e familiar apresenta ao campo brasileiro possibilidades de produção de alimentos, que abastecem o mercado interno.

Dados do IBGE de 2006 demonstram que 70% da alimentação é produzida pela agricultura familiar e camponesa. Esse olhar nos remete à compreensão da necessidade de investimento por parte dos governos para que potencializem a agricultura brasileira pautada numa reforma agrária integral e num projeto de agricultura camponesa e agroecológica (BATISTA e ANZILAGO, 2013, p.42).

Existe também um privilegiamento do Estado em relação ao investimento público na produção agrícola do agronegócio, em detrimento do investimento na pequena produção camponesa e familiar. Sabemos que isto ocorre porque o Estado está a serviço dos interesses da classe dominante e, principalmente da burguesia internacional representada pelas grandes

corporações. Nesse sentido, Mattei *apud* Anacleto afirma que

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, como a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities*, voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado disso foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2005, p. 11 *apud* ANACLETO, 2013, p.80).

As estatísticas apresentadas por Anacleto (2013) mostram que a agricultura familiar tem enorme importância para a economia brasileira e para o abastecimento do mercado interno de alimentos. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo (p.87). Ainda segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por uma parte considerável dos seguintes produtos: mandioca 87%, feijão 70%, suínos 59%, leite 58%, aves 50%, milho 46%, café 38%, arroz 34% e bovinos 30% (Idem, p.88).

No entanto, o financiamento destinado à pequena propriedade e agricultura familiar é bem menor do que a destinada à agricultura empresarial. Como visto, embora possa ser comprovado por meio de dados estatísticos que possui grande importância para o conjunto da sociedade, este tipo de agricultura, ainda assim, possui entraves para sua plena implementação. O financiamento é precário, burocrático e insuficiente para atender à demanda da agricultura familiar, além da falta de políticas de garantia do preço mínimo e de comercialização para este grupo (Ibidem, p.88).

Essas mudanças ocorridas no campo estão incluídas no formato recente do capitalismo global, isto é, na chamada mundialização neoliberal. Em resposta a essa nova tendência de expansão capitalista no campo ocorreu o ressurgimento dos movimentos sociais em vários países e regiões do mundo. No Brasil, especificamente surgiram diversos movimentos sociais camponeses, notadamente nas décadas de 1980 e 1990, com um caráter de combate ao agronegócio e com a proposição de um projeto alternativo para a agricultura. A luta pela reforma agrária¹⁹ é retomada com toda força após a democratização, através da organização dos trabalhadores rurais e camponeses em diversos sindicatos e movimentos sociais. Podemos

¹⁹ Falaremos mais sobre o projeto de reforma agrária proposto por estes movimentos sociais mais adiante no trabalho.

citar como os principais deles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros.

Já em nível mundial, em decorrência das possibilidades de articulação, contato e intercâmbio que se desenvolveram no contexto da globalização, surgiu, então, uma organização internacional de camponeses: *A Via Campesina*. Segundo Vieira, a ideia de uma organização mundial de camponeses surge em abril de 1992 em Manágua (Nicarágua), quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa foram convidados para o Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). Porém, somente em maio de 1993 estas primeiras articulações se consolidaram.

A Fundação Paulo Freire, uma ONG holandesa, organizou um encontro de 55 organizações camponesas de 36 países em Mons (Bélgica). Foi um acontecimento surpreendente, já que a própria entidade anfitriã não havia planejado que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político. Nessa ocasião, as formulações dos europeus, juntamente com o expressivo movimento de massas latino-americano, criou e consolidou a Via Campesina.

O movimento surgiu com o nome de La Via Campesina, que foi criado em espanhol e possui o mesmo nome em todos os países, não devendo ser traduzido. Este fato remete à grande importância das lutas latino-americanas para a criação e articulação do movimento. Além disso, de acordo com Vieira (2011), dirigentes da Via Campesina afirmam que ela se chama “Via” e não confederação, ou união internacional, porque o propósito desta é justamente levar a cabo um processo de construção de uma via alternativa para a agricultura, em contraposição ao modelo neoliberal e dominante.

A Via Campesina se identifica como um movimento internacional que agrupa milhares de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, sem terras, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas do mundo todo (Via Campesina, 2011). Segundo o próprio movimento²⁰, ele articula cerca de 150 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e América. No total, então, representa aproximadamente 200 milhões de camponeses e camponesas.

O movimento, como afirma Vieira (2011), se desafia a formular propostas em relação aos seguintes temas: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania

²⁰ La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo, Via Campesina, 2011.

alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais, questão de gênero. Cada um dos temas trabalhados compõe uma Comissão Temática e as organizações membro devem participar de pelo menos uma destas comissões.

A estrutura organizativa da Via Campesina é simples e sua proposta, segundo o próprio movimento, é ser horizontal, ou seja, o mínimo hierarquizada possível. A Conferência é o órgão máximo de decisão política do movimento e se reúne a cada quatro anos em países diferentes, de forma a contemplar as diferentes regiões do mundo. O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é representativo, escolhido na Conferência e cada uma das oito regiões tem um coordenador e uma coordenadora, sendo estes de organizações diferentes de forma a partilhar, entre pelo menos dois movimentos, a responsabilidade de articulação regional. Os escritórios regionais são responsáveis pelas relações e articulações dentro de cada região e é aí que se realiza a maior parte do trabalho da Via Campesina. A Secretaria Operativa Internacional, por sua vez, coordena as comunicações e executa as resoluções das instâncias políticas.

O movimento em questão tem se destacado pela sua luta, que tem sido articulada com outros movimentos sociais, contra a globalização e o neoliberalismo e em defesa da soberania alimentar. Isso significa desenvolver um modelo de produção camponês que seja sustentável em termos ambientais, que garanta a autonomia dos povos e que produza alimentos saudáveis para as comunidades. Segundo a Via Campesina²¹, este modelo deve ter como prioritárias as necessidades e formas de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos, e não as demandas de mercado e das grandes empresas.

O principal objetivo do movimento é tornar uma realidade a soberania alimentar e deter o destrutivo processo neoliberal. Temos a convicção de que os camponeses e camponesas, incluindo os pequenos pescadores, agricultores e povos indígenas, que constituem quase a metade da população mundial, são capazes de produzir alimentos para suas comunidades e alimentar o mundo de forma saudável e sustentável (VIA CAMPESINA, 2011, tradução nossa).

Dessa forma, para a concretização da soberania alimentar, deve-se garantir que “os direitos ao uso e gestão de terras, territórios, água, sementes, gado e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz alimentos e não do setor empresarial. Assim, a implementação de uma autêntica reforma agrária constitui uma das prioridades do movimento camponês”

²¹ La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo, Via Campesina, 2011.

(idem). Os movimentos que compõem a Via Campesina em âmbito mundial são de naturezas diversas, mas possuem, em geral, pautas como a luta pela reforma agrária – a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil – e pelos bens comuns.

A Via possui um calendário de lutas, com três datas anuais que correspondem às ações unificadas internacionais promovidas pelo movimento. A primeira data é o 08 de março, Dia Internacional da Mulher: “a Via Campesina se une aos movimentos de mulheres e sociais de todo o mundo para demandar igualdade de direitos para as mulheres” (Via Campesina, 2011). A demarcação dessa data como uma das principais deixa visível a relevância da questão da igualdade de gênero para a organização.

No dia 17 de abril, anualmente, são realizadas diversas atividades – conferências, projeção de filmes, debates, atos, etc – por uma variedade de grupos, comunidades e organizações. Este dia remete ao massacre de 19 sem terras, em Eldorado dos Carajás (Pará-Brasil), ocorrido em 17 de abril de 1996. Nessa ocasião, ocorria a II Conferência Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala (México), na qual os dirigentes condenaram os assassinatos e decidiram que, dali em diante, este seria o Dia Internacional da Luta Camponesa, para lembrar as vítimas da luta pela terra.

A data 10 de setembro, por sua vez, é o Dia Internacional de Luta contra a OMC – Organização Mundial do Comércio que, segundo o próprio movimento²², é uma comemoração do sacrifício do Sr. Lee Kun Hae, um camponês coreano que se sacrificou, apunhalando-se até morrer durante um protesto massivo contra a OMC em Cancún, México, em 2003. Enquanto morria segurava um cartaz que dizia: 'A OMC mata os camponeses'”.

O movimento já realizou, até hoje, cinco conferências internacionais. A I Conferência foi a de Mons (Bélgica), em 1993; a II Conferência teve lugar em Tlaxcala (México), em 1996; a III Conferência ocorreu em Bangalore (Índia), em 2000; a IV Conferência em Itaici (São Paulo – Brasil), em 2004; e a V Conferência em Moçambique, no ano de 2008. A cada ano, o número de delegados, organizações e países participantes nas conferências vêm aumentando, sendo que na V Conferência Internacional estavam presentes cerca de 550 pessoas, incluindo mais de 325 delegados e delegadas de 57 países.

É importante resgatar que, contemporaneamente ao processo de surgimento da Via Campesina, também foram concretizadas articulações regionais nos continentes, o que acabou por fortalecer mais ainda o caráter internacionalista do movimento. A Coordenação

²² La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo, Via Campesina, 2011.

Camponesa Européia (CPE), por exemplo, que foi criada em 1985, teve um papel muito importante na fundação da Via Campesina.

Nesse sentido, tem relevância também a CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo -, que nasceu no ano de 1994, em um congresso realizado em Lima, no Peru. As tentativas de articulação de um movimento campesino deste porte já vinham de muitos anos, mas o grande impulsionador foi a “Campanha Continental 500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular” (1989-1992), convocada por organizações campesino-indígenas da Região Andina e do Movimento Sem Terra (MST) brasileiro, “que em um momento gravemente adverso para as organizações populares, não só permitiu que fosse aberta uma trincheira de resistência, como também acabou sendo um laboratório para formulação de posicionamentos políticos e organizativos coerentes com os novos tempos”²³. Devido à análise de conjuntura e linhas políticas muito semelhantes, em grande parte, as organizações que estão na CLOC integram também a Via Campesina.

Os movimentos sociais brasileiros que compõem a Via Campesina são: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) participam da chamada Via Campesina Brasil e da CLOC, mas não da Via internacional, já que não são movimentos de base camponesas.

A partir deste breve histórico da Via Campesina, frisamos a importância deste movimento internacional na construção de processos contra-hegemônicos, tanto através de suas lutas contra o modo de produção vigente, quanto pelas experiências alternativas de produção agrícola empreendidas pelos movimentos sociais que a compõem. É uma organização que, tendo o campesinato como sujeito prioritário, parte do debate da soberania alimentar para criticar a sociedade burguesa, sendo um movimento social de caráter anti-capitalista e anti-globalização.

Como afirma Ianni (2004) "a globalização do capitalismo envolve aspectos importantes da formação de uma sociedade em âmbito global. Sendo assim, essa nova totalidade, simultaneamente social, econômica, política e cultural, exerce alguma ou muita influência em muito do que é local, nacional e regional (p.86)". E essa globalização tem sido operada, como afirma o autor, "pelo alto", a partir dos interesses do capitalismo internacional

²³ Documento “Quiénes Somos?” - página eletrônica da CLOC. Acessado em 20 de junho de 2012.

e do imperialismo. Neste contexto, o maior desafio para os povos latino-americanos e caribenhos consiste em

desenvolver a globalização por baixo, como proposta e realização das classes e grupos sociais subalternos. Diante dos elevadíssimos custos sociais, econômicos, políticos e culturais que a globalização pelo alto está provocando em todo o mundo, cabe desenvolver e generalizar reivindicações e as propostas alternativas de trabalhadores de todas as categorias. Esses podem ser os parâmetros principais do novo palco da história, vista como história da sociedade mundial em formação (IANNI, 2010, p.10)

Acreditamos que aí reside o papel fundamental da Via Campesina na conjuntura atual, de articular interesses e bandeiras dos trabalhadores camponeses internacionalmente. Pois, a partir dos processos de globalização do capital torna-se premente a articulação internacional dos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela emancipação humana, condição que só pode ser plenamente desenvolvida em uma outra sociedade, que não a capitalista.

Além disso, uma questão central para nós - pelo caráter camponês do movimento em questão - é compreender as suas contradições no que tange às questões de gênero. Sabemos que a cultura camponesa é ainda muito conservadora em relação aos papéis tradicionais entre homens e mulheres, na divisão sexual do trabalho etc - como abordaremos no Capítulo 3. Nesse sentido, muitos desafios estão colocados para a construção de relações igualitárias entre os sexos nos movimentos sociais camponeses²⁴.

A fim de discutir as possibilidades de construção de uma nova sociedade, que acreditamos que deva ser socialista e feminista, debateremos no próximo capítulo as bases da exploração-dominação das mulheres na sociedade atual, bem como a luta feminina e a produção teórica que têm sido realizadas na modernidade a respeito dessa questão.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO DA MULHER NO PENSAMENTO MARXISTA E

²⁴ É importante frisar que estas contradições não estão presentes apenas em movimentos sociais camponeses, mas também em organizações políticas de diversas ordens, tais como sindicatos, partidos, movimentos urbanos, etc. Todas estas estão inseridas na sociedade capitalista-patriarcal e acabam reproduzindo em certa medida a ideologia burguesa. Porém, nos interessa nesse trabalho mostrar algumas especificidades do movimento camponês, tendo como referência a Via Campesina e o MMC.

REFLEXÕES CRÍTICAS A RESPEITO DOS ESTUDOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS

Neste capítulo, pretendemos realizar uma abordagem das análises feitas por marxistas clássicos - como Marx, Engels e Lênin - sobre a situação da mulher na sociedade capitalista, bem como traremos elementos a respeito do debate feminista contemporâneo, notadamente em torno das categorias gênero e patriarcado. Além disso, apresentaremos alguns apontamentos sobre o movimento feminista e sua relação com a construção do socialismo.

2.1- A questão da mulher no pensamento marxista – Marx, Engels e Lenin:

Apresentaremos aqui análises presentes em importantes obras do pensamento marxista sobre a questão das mulheres no capitalismo, que trazem elementos para compreensão das bases econômicas da opressão e a peculiar exploração por elas vivenciada. Estes pensadores realizam essas análises a partir de uma visão de totalidade, utilizando o método materialista histórico dialético, tão caro ao pensamento crítico. A partir dessa perspectiva, evidencia-se de que forma a manutenção do patriarcado – forma social pré-capitalista – é funcional à reprodução do capitalismo e da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Antes de tudo, há que se destacar que as contribuições de Marx, Engels e Lenin apresentadas aqui datam de um contexto histórico diferente do atual, relativo ao final do século XIX e início do século XX, período de hegemonia do capitalismo concorrencial. Destarte, muitos aspectos se modificaram, nestes últimos séculos, na realidade das mulheres e da classe trabalhadora. Devemos nos lembrar, porém, que o capitalismo permanece como sistema hegemônico – sob a égide do capitalismo monopolista, que trouxe novas configurações que agudizam a questão social, como tratamos no Capítulo 1. Além disso, certos aspectos analisados por estes pensadores também são variáveis de acordo com as especificidades de cada país, sua região, cultura e forma de inserção no capitalismo.

A respeito da produção teórica de Engels e Marx, Vinteuil afirma que

são tributários de um contexto intelectual no qual não se analisavam unicamente as relações entre homens e mulheres, nem a situação global das mulheres no interior do sistema capitalista e das suas diferentes classes, mas em que analisavam unicamente as instituições através das quais se reproduz a sociedade burguesa e nas quais as mulheres estavam implicadas (VINTEUIL, 1989, p. 1).

Este ponto de vista analítico, portanto, que perpassa a situação das mulheres, mas que “nunca parte da opressão com uma vontade de explicação global é parcial e só podia levar a erros de prognóstico e a meras aproximações teóricas” (idem). Como veremos adiante, em suas obras, as mulheres são frequentemente chamadas de servas, escravas, proletárias do proletariado, dentre outros termos, que não colaboram para uma compreensão da função geral da exploração das mulheres no sistema capitalista. Diante disso, muitas têm sido as críticas feitas nas últimas décadas sobre a “esterilidade intelectual marxista” (ibidem) no que tange a questão da opressão feminina.

Buscaremos fazer uma crítica dialética, discorrendo sobre o que nos parece operativo nas obras dos marxistas clássicos, como também o que nos parece problemático. Esse exercício é pertinente porque, para nós, o marxismo continua se estruturando sobre o único método que permite uma compreensão da opressão das mulheres na sua totalidade, ou seja, que permite extrair o máximo de determinações sobre a realidade da mulher, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

O marxismo teve o enorme mérito de denunciar, já no século XIX, a subordinação das mulheres. Apesar de inscreverem-se na linha de continuidade dos socialistas utópicos, os marxistas superaram pensadores como Saint-Simon e Fourier - que se limitavam a descrever a inferioridade das mulheres e a exigir a igualdade – partindo de um “pressuposto fundamental: a opressão das mulheres não é uma invariante na história, mas sim o produto de formações sociais” (Vinteuil, 1989).

Engels, na obra *A origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*, faz uma análise das formas sócio-econômicas humanas primitivas e capitalista. O autor realiza seu estudo a partir das contribuições de Lewis Henry Morgan, encontradas em sua obra *A antiga sociedade (1877)*, e também utilizando algumas construções teóricas marxianas. Engels analisa a organização social nos períodos primitivos classificados por Morgan como estágios de selvageria, barbárie e civilização, consecutivos respectivamente na história, cada um subdividido em fase inferior, média e superior.

Os principais aspectos analisados por Engels na história humana primitiva são: as relações de parentesco e casamento; o surgimento do acúmulo de riquezas e da propriedade privada; e o processo de extinção da organização gentílica que culmina na organização do Estado. O autor relata a situação feminina em cada período histórico analisado, distinguindo

três grandes períodos na história: as sociedades sem classes, nas quais as mulheres ocupariam uma posição dominante; as sociedades de classes não capitalistas, onde elas dedicavam-se à produção doméstica; e, por fim, o capitalismo, que as reinsere na produção e oferece condições para sua emancipação. Segundo Vinteuil (1989), essa divisão histórica, apesar de muito simplificadora pode ser aceita, o que parece errado é a análise do estatuto das mulheres dentro de alguns períodos.

Interessa-nos aqui, principalmente, compreender de que forma ocorre na história humana a gradativa subordinação da mulher pelo homem, que, de acordo com a obra, possui um embasamento econômico, associado ao surgimento da propriedade privada e da dicotomia entre público e privado, que vai se desenvolvendo ao longo da história e tem seu auge no período da civilização, no capitalismo.

Através dos escritos de Engels, pode-se perceber como, anteriormente ao advento da propriedade privada, muitas sociedades organizavam-se de forma matrilinear e, após o surgimento dessa forma de propriedade, as formações sociais tornam-se hegemonicamente patriarcais, centradas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filhos, bens materiais ligados à produção e aos escravos.

No estado selvagem, em sua fase inferior, segundo Engels, há indícios de que os homens viviam nos bosques e em cima das árvores – pelo menos parcialmente - com o propósito de se proteger de predadores. Os frutos, nozes e raízes serviam de alimento. O principal avanço deste período foi a criação da linguagem articulada pelos homens. Consecutivamente, na fase média do estado selvagem, na alimentação inicia-se o consumo de animais aquáticos, tais como peixes e moluscos e também a utilização do fogo. Com esse novo tipo de alimentação, os homens puderam se ver independentes de clima ou localidade, podendo espalhar-se pela maior parte da superfície terrestre. Já a fase superior do estado selvagem, segundo Engels, “começa com a invenção do arco e da flecha, graças aos quais os animais caçados vêm a ser um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras”. Nesse período, já podem ser encontrados indícios de residências fixas em aldeias e certa habilidade na produção de meios de subsistência pelos homens.

A respeito da fase da barbárie, o marco de sua fase inferior é a domesticação e a criação de animais e o cultivo de plantas. Na fase média da barbárie, já começam a surgir

diferenciações entre os tipos de produção do oriente e do ocidente, sendo que aparece como mais presente a prática do pastoreio no Leste do planeta e a horticultura no Oeste. A fase superior, como afirma Engels, inicia-se com a fundição do minério de ferro e passa a civilização com o advento da escrita alfabética. A invenção do arado de ferro possibilita o desenvolvimento da agricultura, o que provoca, por sua vez, um aumento nunca antes imaginado da produção dos meios de subsistência. Isso causou um aumento populacional, com seu adensamento em pequenas áreas.

Em suma, sobre os estágios pré-históricos, Engels afirma que:

[...] podemos generalizar a classificação de Morgan da forma seguinte: Estado selvagem – período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação; Barbárie – período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano; Civilização – período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte (ENGELS, 2010).

O agrupamento de membros da tribo em parentes de várias categorias, alguns com quem se pode casar e outros com quem não se pode, é central para a organização social da maioria dos povos primitivos. Morgan deduziu que quatro sucessivas formas de famílias se seguiram a uma “promiscuidade original” humana. A primeira forma de família postulada pelo autor foi a “família consanguínea”, ou o casamento de irmãos, irmãs e primos que resultou da proibição de relações sexuais entre pais e filhas e entre mães e filhos. Nesse tipo de família, os grupos conjugais classificam-se por gerações: cada geração relaciona-se entre si como irmãos e irmãs, que tinham compromisso matrimonial e relação carnal uns com os outros.

A segunda forma, a “família punaluana”, excluía, além da relação carnal entre pais e filhas e mães e filhos, também a relação entre irmãos e irmãs. Nesse sistema, tornou-se necessária pela primeira vez, a classificação de parentesco em sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, que, no sistema familiar consanguíneo, não faziam sentido. Isso porque sobrinhos e primos na “família punaluana” representam um grau de parentesco mais distante, diferente de pais e filhos, o que ainda permitia que houvesse relações carnais e matrimoniais entre primos e primas, sobrinhas e tios, etc.

É importante destacar que, como afirma Engels (2010, p. 59), em todas as formas de famílias por grupos, não se poderia saber com certeza quem era o pai de uma criança, mas sabia-se quem era a mãe. Nesse tipo de agrupamento, todas as crianças eram chamadas e tratadas como filhos e filhas, porém era possível que a mulher diferenciasse quais eram os seus filhos biológicos. Por motivo de a descendência só poder ser visível do lado materno, nas sociedades baseadas neste tipo de família, havia um reconhecimento de uma linhagem materna, ou seja, da matrilinearidade.

Porém, um ponto problemático na análise de Engels – até pelas limitações da etnografia de sua época - é que ele parece considerar a matrilinearidade e o matriarcado como um mesmo fenômeno. Nesse sentido, Vinteuil (1989) afirma que as sociedades primitivas ou arcaicas funcionam ou funcionavam segundo o modelo de descendência matrilinear, mas, apesar disso, o sistema confere poder ao tio materno e não à própria mulher. Dessa forma, não necessariamente a referência na figura materna garantiria uma posição social privilegiada à mulher ou seu poder na sociedade.

Com a proibição das relações entre irmãos e irmãs e com a continuidade da matrilinearidade, segundo Engels, este grupo

se transforma numa gens, isto é, constitui-se num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não podem casar uns com os outros; e, a partir de então, esse círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que os distinguem das gens da mesma tribo (ENGELS, 2010, p. 60).

Com as mudanças trazidas pela formação das gens, tornava-se cada vez mais impossível o matrimônio por grupos, o que começou a impulsionar a formação de casais. Essas uniões por grupos foram então substituídas pela “família sindiásmica”, na qual um homem vivia com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada.

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originalmente abarcava a tribo inteira (Engels, 2010). Isso prova, segundo o autor, quão pouco a origem da monogamia tem a ver com o amor sexual individual.

A família sindiásmica não suprimia a família comunista que a precedia, na qual havia um predomínio da mãe na casa, pela impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai, e um grande apreço pelas mulheres. Engels afirma que, nas sociedades dos períodos selvagem e de barbárie, a mulher era livre e muito valorizada. A economia primitiva comunista era muito centrada no domicílio, onde as mulheres tinham autoridade e domínio das provisões, que eram comuns. Nos gens e clãs, as mulheres constituíam grande força.

A família sindiásmica aparece da passagem da selvageria para a barbárie. Dessa forma, podemos afirmar que o matrimônio por grupos foi a forma característica do estado selvagem, como a família sindiásmica foi para a barbárie e a monogamia para a civilização. O tipo de família em questão não teria se modificado se não fossem alguns fatores que veremos a seguir.

Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura girava em torno da habitação, vestes, aos meios de obtenção de subsistência, como armas, barcos, etc. A partir da criação de animais, os homens passaram a ter condições de adquirir posses, reproduzindo, cada vez em proporção maior, alimentação de carne e leite. Então, outros meios de subsistência, como a caça, foram relegados a segundo plano.

Em sua origem, essa “nova riqueza” pertenceu à gens. Mas, com o tempo, passou-se a desenvolver a propriedade privada dos rebanhos, que passaram a ser das famílias. O trabalho escravo que, até então, não era muito empregado até a fase inferior da barbárie, passa a ser um recurso usado para se ter mais força de trabalho e para produzir riquezas e excedente.

As riquezas em propriedade particular das famílias assestaram um rude golpe na sociedade alicerçada no matrimônio sindiasmático e na gens baseada no matriarcado (Engels, 2010, p.75). Esse tipo de família já havia construído as bases para que fosse reconhecido o direito paterno.

De acordo com a divisão do trabalho da família de então, cabia ao homem procurar alimentação e os instrumentos necessários para isso, que ficavam em sua posse. Por outro lado, cabia a mulher a posse dos utensílios domésticos e, em caso da separação, cada um ficava com seu tipo específico de instrumento. Com o advento da propriedade privada, o homem passou então a ser proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo (idem).

Na sociedade selvagem e bárbara, os bens eram herdados seguindo uma linha materna, eram comuns a gens. Esse tipo de organização não garantia que os bens possuídos pelos homens fossem passados a seus herdeiros, o que começa a mudar com o advento da propriedade privada. À medida que o homem ia acumulando riquezas, seu poder dentro da família crescia em detrimento do poder da mulher. Para a passagem da herança para os herdeiros, opera-se a abolição da filiação feminina e do direito materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno.

Para Engels (2010, p.77), o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa, convertendo a mulher em servidora, em simples instrumento de procriação. O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens foi, então, a instituição da família patriarcal que tem como principal característica a organização dos indivíduos numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Traços essenciais dessa formação familiar são o direito paterno e a propriedade de escravos e, por isso, segundo o autor, o tipo ideal dessa forma de família é a romana. Engels afirma que a origem da palavra família na sociedade romana não levava em conta o par de cônjuges e seus filhos, mas servia para designar o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem. *Famulus* quer dizer “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”.

Contudo, há polêmicas sobre o que é central para essa “derrota histórica” das mulheres. Vinteuil (1989) discorda de Engels neste ponto, afirmando que a generalização da patrilocalidade²⁵ marca mais claramente esse processo do que a aparição da escravatura, do Estado, da patrilinearidade e da família patriarcal.

A monogamia da mulher vem para coroar este tipo de configuração familiar patriarcal, garantindo que haja certeza da paternidade dos filhos. Segundo Engels, a “família monogâmica” tem seu triunfo definitivo no período da civilização, vindo de uma transformação na família sindiásmica, como vimos. Ela baseia-se no predomínio do homem, sua finalidade é procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível para que eles possam receber a herança paterna. A família monogâmica diferencia-se da sindiásmica por ter uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer uma das partes. Só o homem pode rompê-los e, além disso, ao homem também é concedido o

²⁵ Ocorre em um modelo no qual, por uma convenção social, a mulher deve residir com o clã de seu marido.

direito da infidelidade conjugal. Quanto à mulher, cometendo o mesmo tipo de prática, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior (Engels, 2010, p.83).

A família patriarcal foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade primitiva, originada espontaneamente. A monogamia não aparece na história, como uma conciliação entre homem e a mulher, menos ainda como uma forma elevada de matrimônio. Ela representa, ao contrário, a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos. Marx *apud* Engels (2010), afirma que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”.

A respeito do casamento atual – monogâmico – o autor afirma que a igualdade entre homens e mulheres no contrato do casamento é tão falsa quanto a igualdade que se supõe haver no contrato de trabalho entre proletário e burguês, como se ambos fossem igualmente livres. Na realidade, “o governo do lar” tornou-se um assunto privado, de forma que a mulher converteu-se em “escrava doméstica” - não tendo participação na produção, de acordo com a visão capitalista a respeito do trabalho doméstico. Engels acredita que só a inserção na grande indústria pode abrir para a mulher a possibilidade de inserir-se na produção da riqueza social.

Há que se problematizar, no entanto, a questão da contribuição do trabalho doméstico na produção de mais-valia. Em suma, não podemos dizer que as mulheres não contribuem com a produção realizando o trabalho doméstico, pois a partir da realização do trabalho reprodutivo – doméstico e de cuidados – opera-se a manutenção da força de trabalho e do exército industrial de reserva. Assim, podemos dizer que as mulheres contribuem, mesmo que indiretamente (ou diretamente) para a produção da mais-valia e, conseqüentemente, para a reprodução do sistema capitalista. Além disso, não podemos ver a inserção da mulher no mercado de trabalho capitalista de uma forma romantizada; ela é sim uma conquista, mas como o próprio Engels vai relatar, os empregos das mulheres são os mais precários e seus salários os mais baixos. No capitalismo, a mulher é duplamente explorada, através da sua inserção no mundo do trabalho e da realização do trabalho reprodutivo, não remunerado. As condições para plena emancipação da mulher só existirão, a nossa ver, em outra sociedade, não-capitalista, que não tenha como base dominação-exploração de classe social, nem de qualquer outro tipo.

Por fim, pode-se constatar que, com as consecutivas transformações do matrimônio, foi sendo gradativamente retirada a liberdade sexual da mulher, presente na forma de matrimônio por grupos. Por outro lado, o que é considerado impróprio e ilegal de ser realizado pelas mulheres (adultério), é considerado honroso para os homens. Esse quadro, na sociedade capitalista - baseada na mercantilização - favorece o franco crescimento da prostituição, forma degradante de vida, expressão concreta da violência patriarcal sobre as mulheres.

Segundo Engels, uma revolução social faria desaparecer as atuais bases econômicas para a monogamia e, provavelmente, a prostituição, que é o complemento necessário e oposto ao casamento monogâmico. Já que a monogamia é baseada na transmissão hereditária de riquezas, com a abolição dessa e a apropriação social da riqueza, não haverá necessidade de se preocupar com a passagem da herança e, portanto, a monogamia e a escravidão da mulher poderão desaparecer. Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade (ibidem, p.99). O autor defende que, nesse contexto, a economia doméstica se converteria em indústria social e o trato e educação das crianças se tornariam assunto público; a sociedade cuidaria de todos os filhos com o mesmo empenho, sendo ilegítimos ou naturais.

No entanto, há que se dizer que, adotando essa perspectiva, Engels restringe-se a análise econômica. Sabemos, como foi provado por várias experiências revolucionárias, que não basta a tomada do poder e dos meios de produção pela classe trabalhadora, para dar cabo à ordem patriarcal. Isso porque a opressão da mulher não advém apenas de fatores econômicos, mas de um conjunto de atitudes que envolvem também questões psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas. Todavia, “as leis econômicas determinam as leis ideológicas em última instância. No entanto, nós não partimos das inúmeras formas de opressão (da mulher, do negro, dos idosos, dos homossexuais, dos imigrantes etc) para explicar as leis gerais da sociedade, mas ao contrário” (TOLEDO, 2001).

Na obra em questão, Engels faz a caracterização da dissolução da gens e do surgimento do Estado nos três exemplos particulares dos romanos, gregos e germanos. A conclusão sobre essas formações sociais é que condições econômicas da fase superior da barbárie minaram a organização social gentílica, fazendo desaparecer na passagem para o período da civilização. Nessa parte da obra, além da publicação de Morgan, Engels baseia-se

também em várias análises contidas n'O Capital, de Marx.

A configuração gentílica consistia na existência de várias gens dentro de cada tribo, sendo um tipo de organização social espontânea. Os conflitos exteriores eram resolvidos através de guerras, que poderiam resultar no aniquilamento de toda a tribo, mas nunca em escravidão dos inimigos. Segundo Engels, no regime das gens, sua grandeza e limitação era que não permitia a dominação e a servidão de uns pelos outros. Nem podia haver, na gens ou na tribo, diferentes classes sociais.

Engels afirma que a divisão do trabalho na gens é basicamente “espontânea”: só existe entre homens e mulheres. O papel do homem é ir a guerra, procurar alimentos, caçar e produzir instrumentos necessários para tal. O da mulher, por sua vez, é cuidar da casa, cozinhar e confeccionar roupas.

Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia domestica é comunista, abrangendo várias e amiúdes numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas (ENGELS, 2010, p.200).

Fica evidente que Engels baseia a origem da degradação do estatuto das mulheres numa divisão primitiva do trabalho – como a descrita acima – suscetível de proporcionar aos homens a capacidade de apropriação sobre o produto social (Vinteuil, 1989). Porém, pensamos que não existe uma divisão sexual do trabalho natural e universal. O tipo de trabalho feito por homens e mulheres depende da cultura e do período histórico em que se encontram, ou seja, consiste em um processo socialmente construído.

Em algumas regiões do globo, como na Ásia, encontraram animais que se deixaram domesticar e puderam ser criados no cativeiro. Certas tribos mais adiantadas fizeram da domesticação e da criação do gado a sua principal ocupação. As tribos pastoras se destacaram do restante da massa dos bárbaros e esta foi a *primeira grande divisão social do trabalho*.

Quando as tribos pastoras se destacaram do resto dos selvagens, encontramos inteiramente formadas as condições necessárias para a troca entre membros de tribos diferentes e para o desenvolvimento e consolidação do comércio como uma instituição regular

(idem). O principal artigo oferecido pelas tribos pastoras aos seus vizinhos era o gado; este chegou a desempenhar as funções de dinheiro. Foi com essa necessidade e rapidez que se desenvolveu, no início mesmo da troca e mercadorias, a exigência de uma mercadoria que servisse de dinheiro.

Os principais avanços industriais deste período foram o tear e a fundição de mineiras, que possibilitava o trabalho com metais fundidos. E o desenvolvimento de todos os ramos de produção (criação de animais, agricultura, ofícios manuais) tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir para além do necessário a sua subsistência. Passou a ser conveniente, portanto, conseguir mais força de trabalho e, neste processo, prisioneiros de guerra eram convertidos em escravos. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados (ENGELS, 2010, p.203).

Nesse período, a divisão da propriedade entre homem e mulher havia se baseado na divisão do trabalho na família. O homem tinha a propriedade do gado, dos escravos, dos instrumentos do trabalho produtivo e a posse das terras. Assim, automaticamente, o excedente produzido também era de sua propriedade. À mulher, por sua vez, cabia apenas o consumo e não a propriedade desses bens. Esse tipo de divisão garantia a supremacia do homem no lar e a submissão da mulher, já que o trabalho doméstico perdia sua importância, comparado ao trabalho produtivo do homem.

A questão da propriedade dos meios de produção pelo homem vem coroar o processo que já estava em curso, de queda do direito materno, introdução do direito paterno e passagem do matrimônio sindiasmático à monogamia. Nesse contexto, a família individual foi se fortalecendo de tal forma que passou a ser uma ameaça a existência da gens.

A fase superior da barbárie, que veio em seguida, teve como marco a invenção do machado e do arado de ferro. Segundo Engels (idem, p.205) “o ferro tornou possível a agricultura em grande escala e a preparação, para o cultivo, de grandes áreas de florestas; deu aos artesãos um instrumento” com uma dureza muito peculiar, nunca vista antes em qualquer pedra ou outro metal.

A cidade começou a se tornar a residência central das tribos e a riqueza individual crescia cada vez mais, nos vários ramos de produção. Um trabalho tão diversificado não

poderia mais ser executado por um só indivíduo, assim, se produziu a *segunda grande divisão social do trabalho*: a separação entre artesanato e agricultura. O valor da força de trabalho cresceu e o trabalho escravo, antes esporádico, tornou-se um elemento essencial no sistema social. A partir dessa divisão da produção em dois grandes ramos – artesanato e agricultura – surgiu a produção mercantil, com a finalidade de troca, e com ela o comércio.

A diferença entre ricos e pobres passou a ser mais acirrada, e essa segunda divisão social do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes sociais. À transição completa da propriedade privada como principal forma de propriedade foi ocorrendo aos poucos e, além disso, a família individual tornou-se a principal célula econômica da sociedade.

Nesse período, chamado por Engels de “civilização”, torna-se necessária a criação de um Estado, utilizado para controlar a sociedade e gerir os negócios da classe dominante, a fim de garantir seus interesses econômicos e políticos. Segundo Engels (2010), a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil [...] atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior. São marcos da civilização também: a apropriação privada da produção, apesar da produção coletiva; a produção mercantil como forma dominante; a separação do trabalhador dos meios de produção e do produto do seu trabalho, que são propriedade de quem o contrata.

O casamento realizado entre os burgueses tem como base a conveniência econômica. Engels (2010) afirma que o amor sexual não é nem pode ser realmente a regra das relações com a mulher senão nas classes oprimidas, no proletariado. O autor acredita que, porém, neste caso também todas as regras da monogamia desaparecem, pois o homem não possui propriedade privada, não havendo motivo para prevalecer a supremacia masculina. Além disso, os problemas sociais e econômicos obrigam o operário e sua mulher a trabalharem juntos.

Para Engels, portanto, o fato de a mulher trabalhar fora e se inserir na grande indústria, sendo muitas vezes sustentáculo da família, tiraria o sentido da existência de uma dominação masculina. Vale aqui uma problematização/atualização da análise realizada pelo autor em questão.

No interior das classes sociais, a questão de gênero é definida pelo papel que essa classe cumpre no modo de produção. Há uma distorção importante nessa premissa, que é o fato de a noção de gênero ser definida a partir da classe dominante. Trabalhar fora era, há poucos anos, considerado masculino. A mulher era exército de reserva. Se na classe burguesa gerava mais que problemas psicológicos para a mulher, na classe trabalhadora esse processo era sinal de uma miséria, sobretudo quando o marido ficava desempregado. Assim, a situação econômica impôs uma ruptura na ideologia dominante. O que se operou foi uma transformação dessa ideologia, imposta pelas condições de vida: a crise econômica empurra a mulher para o trabalho remunerado (TOLEDO, 2001).

As relações de gênero no capitalismo são uma construção social burguesa, que integra a ideologia da classe dominante. Portanto, se as ideias da classe dominante são as ideias hegemônicas em cada momento histórico, podemos constatar que a ideologia patriarcal está incutida também no seio da classe trabalhadora, o que nos faz discordar da afirmação de Engels de que não há sentido de opressão a mulher nas famílias proletárias. Ou seja, mesmo não havendo as questões materiais apontadas por Engels para motivar a perpetuação da família patriarcal – qual seja, a herança - a família trabalhadora não deixa de ser também uma esfera privilegiada de reprodução do patriarcado e da exploração-opressão da mulher. Como exemplo, temos a questão do trabalho doméstico, que é majoritariamente exercido pelas mulheres.

Com o advento da sociedade patriarcal, a direção dos afazeres caseiros perdeu o caráter público e, conseqüentemente, a mulher deixou de ter função (direta) na produção e começou a existir o serviço privado. Com efeito, “a família individual moderna tem por alicerce a escravatura doméstica, dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa exclusivamente composta de famílias individuais, como um corpo é composto por moléculas” (idem, p.55).

Segundo Engels, o regime comunista, em contraposição, deverá promover a libertação da mulher a partir da entrada de todas as mulheres na indústria pública, o que exigirá a supressão da família burguesa (individual) como unidade econômica da sociedade. O autor afirma que as relações entre homens e mulheres deverão ser puramente privadas, sem que a sociedade intervenha nelas. E essa transformação será possível quando for abolida de uma vez por todas a propriedade privada, “forem educadas as crianças em comum e destruídas as duas bases principais do casamento atual: a submissão da mulher e dos filhos aos pais” (idem, p.47).

Ao realizar um estudo sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, Engels dá ênfase a grande exploração sofrida pelas mulheres e crianças que trabalhavam nas grandes indústrias em expansão, bem como suas consequências para a vida da família operária. O autor retrata a situação dos trabalhadores “rendeiros”, que eram em grande parte crianças em torno dos cinco anos de idade. Nesse tipo de trabalho, realizavam jornada de catorze e dezesseis horas, o que, muitas vezes, causava uma cegueira incurável em pouco tempo, pelo grande esforço a que eram submetidos os olhos dos trabalhadores. Além disso, várias outras doenças, tipos de má formação e prejuízos ao crescimento das crianças eram diagnosticadas pelos médicos da época.

Sobre o trabalho das rendeiras mulheres, Engels (1979) constata que “é sobretudo a saúde do corpo feminino a mais profundamente minada; queixam-se geralmente de perdas brancas, de partos difíceis e abortos”. Grande parte das crianças e mulheres trabalhadoras apresentava, segundo pesquisas, alimentação insuficiente e péssimas condições de vestimenta. Além disso, sobre a “questão moral”, ficava evidente que a elas não era dedicado nenhum tipo de educação ou instrução, com uma “moral fortemente lastimável”²⁶. Pela condição de miséria principalmente, a prostituição era quase uma epidemia.

Uma atenção especial é dada no estudo de Engels à situação das modistas e costureiras: “torna-se singular verificar que precisamente a confecção de artigos que servem ao vestuário das damas da burguesia se ligue às consequências mais tristes para a saúde das pessoas que aí trabalham” (idem, p.65). As lojas de modas de Londres empregavam cerca de 15000 mulheres, majoritariamente originárias do campo e completamente escravas do patronato. A jornada de trabalho era de quinze a dezoito horas, quando as operárias não passavam noites em claro trabalhando e os locais de trabalho – “ateliers” - eram usualmente apertados e pouco ventilados. Essas condições traziam consequências como fadiga, exaustão, dores no corpo todo, desvio da coluna vertebral, olhos inchados, problemas de vista, asma, dentre vários outros problemas graves de saúde. A tuberculose assolava essas trabalhadoras, diminuindo sua expectativa de vida. Além do baixo salário das modistas, elas ainda deviam pagar aos patrões pelas matérias-primas que usavam na produção e ficavam devendo, muitas

²⁶ Segundo Legardiner (2009), na realidade, ligada à urbanização massiva e à aparição da sociedade de mercado, a prostituição sempre desconsertou os Estados, divididos entre sua proibição ou regulamentação, e termina fazendo que o peso do “pecado” recaia somente sobre as prostitutas, enclausuradas, estigmatizadas, desprezadas. Assim, o tratamento dado a questão da prostituição pela sociedade vem com uma forte carga moralista e preconceituosa.

vezes, o que não tinham condições de pagar, fazendo dívidas eternas com o mesmo. Devido a essa situação, sua moradia era a mais precária, com várias moças morando em um mesmo cômodo insalubre.

Outro fenômeno constatado por Engels (1979) é o alto índice de mortalidade das crianças mais novas, que aumentava em decorrência do trabalho das mães nas fábricas àquela época. As mulheres frequentemente retornavam às fábricas cerca de quatro dias após darem a luz, tinham uma alimentação muito ruim e pouquíssimo tempo livre para amamentar e cuidar do recém-nascido. Além disso, um fato muito comum era o emprego de narcóticos, para fazer com que as crianças permanecessem tranquilas e pudessem ficar sozinhas em casa enquanto a mãe trabalhava fora. Como comenta o autor, a inserção da mulher na grande indústria teve como efeito a dissolução completa da família proletária. Os laços familiares ficaram extremamente comprometidos devido à desumana jornada de trabalho da mulher e as condições de vida precárias da família da classe trabalhadora. Além disso, através do trabalho infantil, muitos filhos e filhas puderam ter sua “independência” desde cedo, não precisando mais obedecer a autoridade dos pais.

O pensador alemão retrata ainda as situações de violência a que eram submetidas as mulheres nas fábricas. Segundo Engels “as consequências morais do trabalho das mulheres são muito graves”. A juventude e as mulheres nas fábricas conviviam com um ambiente de pior tipo, em termos de “influências perniciosas”. A situação nesse ambiente era comparável ao que ocorria nas grandes cidades, em termos de violência contra as mulheres, expressas principalmente em “grande promiscuidade” e “relações forçadas”. A esse respeito, Engels afirmou que em Manchester, com certeza, “três quartos das jovens operárias de 14 a 20 anos são defloradas” (Cowell, p.57). Eram comuns abusos por parte dos patrões – donos de fábricas – que acreditavam que, se contratavam as moças, “os corpos e os encantos” das operárias também seriam seus. Isso é uma clara expressão do patriarcado, através da prática da violência sexual contra mulheres.

Era clara a preferência por empregar mulheres em determinados ofícios, pois contratá-las em detrimento de contratar os homens garantia redução de custos para o empregador, pelos salários femininos serem significativamente menores. Ademais, existia uma preferência pelas mulheres casadas, como é retratado no trecho a seguir:

M.E., fabricante, faz-me saber que emprega exclusivamente mulheres nos seus negócios mecânicos; dá preferencia a mulheres casadas, sobretudo, àquelas que têm uma família numerosa; estas são mais atentas e mais disciplináveis do que as mulheres não casadas e, além disso, são forçadas a trabalhar até a exaustão a fim de obterem os meios de subsistência necessários. É assim que as virtudes que melhor caracterizam a mulher se voltam contra ela própria. Aquilo que há de ternura e de moralidade na sua natureza transforma-se no instrumento da sua escravidão e da sua miséria (The SPEECH OF LORD ASHLEY, 1833, *apud* ENGELS, 1979, p.91).

Progressivamente, com o aprofundamento da divisão da sociedade em classes e da família monogâmica como modelo geral, a mulher vai sendo submetida à posição de “escrava do lar”, a ser humano considerado inferior. Como afirma Leacock (1971) “para a emancipação das mulheres é crucial a sua organização compreender que a família monogâmica como unidade econômica, no coração da sociedade de classes é o fundamento para sua subjugação”.

Marx, por sua vez, possui várias passagens em suas obras dedicadas a analisar e criticar a condição das mulheres no capitalismo. Nos Manuscritos Econômicos de 1844, refuta a noção de comunismo grosseiro, que seria a socialização da propriedade privada e não a abolição desta. O comunismo grosseiro opõe o casamento – que é uma forma exclusiva de propriedade privada – a comunidade de mulheres, em que a mulher seria propriedade coletiva e vulgar. Segundo Marx (1979) esta ideia de comunidade das mulheres revela o segredo de um comunismo ainda grosseiro e desprovido de pensamento. Assim, esse comunismo, que nega a personalidade humana, não é mais do que uma expressão consequente da propriedade privada, que é a própria negação dela. O comunismo de verdade deve basear-se na destruição da propriedade privada, inclusive das mulheres enquanto tal. A respeito da emancipação da mulher, Marx cita o socialista francês, Fourier:

A evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, porque relações entre o homem e a mulher, entre o fraco e o forte, fazem ressaltar nitidamente o triunfo da natureza humana sobre a bestialidade. O grau de emancipação feminina determina naturalmente a emancipação geral” (FOURIER *apud* MARX, 1979, p.44).

Dada essa citação, vemos como é relevante, para o pensamento marxiano, a questão da necessidade da emancipação da mulher, que é inconcebível nos marcos do capitalismo. Nesse sentido, Marx fala sobre a hipocrisia da burguesia, que criou e busca preservar instituições a

qualquer custo. Mesmo que a própria burguesia transgrida essas instituições, todos devem submeter-se a elas. Assim é com o casamento, o qual o burguês libertino transgride e comete clandestinamente o adultério. Mas como a família é uma unidade econômica interessante ao capitalismo, ela continua existindo.

A família burguesa repousa sobre as bases do capital e do enriquecimento privado. Ela só existe na prática, segundo Engels e Marx, para a burguesia – devido a essa formação familiar estar diretamente ligada a posse da propriedade privada - mas ela tem por pressuposto a supressão de tudo o que se possa chamar-se família na casa dos proletários:

As declarações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança e seus pais, tornam-se cada vez mais incoerentes, à medida que a grande indústria destrói todos os laços de família nos proletários e transforma as crianças em simples artigos de comércio ou simples instrumentos de trabalho (ENGELS e MARX, 1979).

Percebe-se que a dominação-exploração sofrida pelas mulheres no sistema capitalista tem suas especificidades, desde os primórdios da industrialização, já que estas têm sido submetidas a piores condições de trabalho e vida; vêm recebendo menores salários pelo mesmo tipo de trabalho em comparação aos homens; são sobrecarregadas devido à realização do trabalho nas fábricas, do trabalho doméstico e de cuidados; e têm sofrido, ao longo dos séculos, vários tipos de violência, em casa, nas fábricas e nas ruas.

A respeito da situação das mulheres no capitalismo, Lenin (1979) acredita que, enquanto houver propriedade privada dos meios de produção, não pode haver igualdade entre homens e mulheres. Diz ainda que mesmo a igualdade perante a lei ainda não consiste em igualdade de fato, já que o capitalismo se sustenta sobre a igualdade puramente formal casada com a desigualdade social e econômica. Portanto, nenhum Estado burguês, por mais democrático que seja, pode reconhecer a inteira igualdade dos direitos entre homens e mulheres.

Discorrendo sobre as tarefas revolucionárias do proletariado, Lenin afirma: “diz-se que o nível de um povo caracteriza melhor pela situação jurídica da mulher. Há nessa fórmula um fragmento de profunda verdade. Sob este ponto de vista, só a ditadura do proletariado, só o Estado socialista podem atingir e atinge o degrau mais alto da cultura” (p.104). Destarte, a

classe trabalhadora não chegará a emancipar-se completamente enquanto não assegurar a libertação das mulheres. Uma das principais tarefas do movimento operário feminino na República dos Sovietes é, portanto, segundo Lenin, a instauração da igualdade jurídica entre homens e mulheres, já que “nas repúblicas democráticas proclama-se a igualdade, porém nas leis civis e leis sobre a mulher, sobre a família, sobre o divórcio, encontramos a cada passo a desigualdade e o rebaixamento da mulher, o que é uma violação à democracia, como acontece em relação aos oprimidos” (idem).

Sob o capitalismo, as mulheres sofrem uma dupla opressão. Operárias e camponesas são exploradas pelo capital e, além disso, estão presas a “escravidão do lar”, nas palavras de Lenin (1979), sofrendo o jugo do trabalho mais mesquinho, mais sombrio, mais bestializador, o trabalho da cozinha e, em geral, do lar individual e familiar. Nesse sentido, o revolucionário russo diz que “a verdadeira libertação da mulher, o verdadeiro comunismo, não começarão antes de começar a luta das massas (dirigida pelo proletariado no poder) contra essa pequena economia doméstica, ou mais exatamente, na hora da sua transformação maciça em grande economia socialista” (idem, p.110).

Lenin ressalta a importância da existência de restaurantes coletivos, creches, lavanderias públicas, como um passo para a libertação das mulheres, através da socialização do trabalho que tradicionalmente é atribuído a elas – cuidar dos filhos, preparar a alimentação, fazer os serviços domésticos, etc. No capitalismo, porém, esses estabelecimentos comumente são empresas comerciais ou alvo da “filantropia burguesa”, o que não atende aos interesses dos operários. No socialismo, essas instituições devem ter outro caráter, de indústria pública e estatal, com fins a socialização do trabalho e emancipação das classes operária e camponesa.

Fica evidente a necessidade de o Estado responsabilizar-se pelo trabalho doméstico e de cuidados, como parte do processo de emancipação das mulheres trabalhadoras. Quando vai detalhar de que forma essas instituições funcionarão, Lenin, porém, é contraditório ao propor que as mulheres sejam as únicas responsáveis por esse ramo da economia:

Criamos instituições modelos, restaurantes, creches, para libertar a mulher dos trabalhos caseiros. E são precisamente as mulheres que tratarão da organização destas instituições. [...] Estas devem ocupar-se do desenvolvimento de semelhantes instituições e esta atividade feminina modificará completamente a situação de suas ocupações na antiga sociedade capitalista (LENIN, 1979, p.115 e 116).

Essa proposta de responsabilização exclusiva das mulheres sobre este tipo de ramo da economia socialista – de alimentação, cuidados, etc - acaba por perpetuar a divisão sexual do trabalho dicotomizando as tarefas produtivas e reprodutivas, mesmo que essas últimas sejam realizadas em espaço público e reconhecidas como dever do Estado. Numa sociedade socialista, que pretende emancipar a classe trabalhadora, não poderá existir hierarquização entre os trabalhos de homens e mulheres, nem exclusão das mulheres de tarefas igualmente importantes – culturalmente atribuídas aos homens segundo o sistema de dominação-exploração patriarcal - como a produção nas fábricas, a participação no exército, entre outras. Como afirma o próprio Lenin: “enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável” (idem, p.101).

A participação das mulheres na vida pública deve incluir também, prioritariamente, sua participação na política. É preciso romper, segundo Lenin (1979), com a realidade presente na sociedade capitalista em que a participação política das mulheres ainda é ínfima. O líder russo afirma que é tarefa principal do governo soviético tornar a política acessível para todas as mulheres trabalhadoras, sendo elas membros do Partido ou não. Sem a participação das mulheres é impossível cumprir as tarefas necessárias para a construção de uma sociedade realmente igualitária e emancipada.

É válido dizer que, apesar de terem sido atentos à problemática da mulher e de terem tratado deste tema algumas vezes, sabemos que os pensadores marxistas clássicos, com destaque para Engels e Marx, nunca escreveram uma obra dedicada exclusivamente à problemática da mulher. Nesse sentido, segundo González (2010), na análise marxista é a classe trabalhadora em seu conjunto o motor da revolução; e assim, a mulher, não sendo identificada como grupo social diferenciado, não constituía um elemento de estudo especial. O que fica claro nessas análises sobre a mulher é que ela estava submetida a uma dupla opressão. Por um lado, estava subordinada à autoridade do marido dentro do casamento e, por outro, era oprimida enquanto classe trabalhadora, juntamente com os homens, porém, com menores salários e piores condições de trabalho, como sabemos. Enfim, caberia destacar como contribuições do marxismo ao feminismo

o enfoque histórico e material, que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta (ARAÚJO, 2000).

Levando em consideração estas contribuições do marxismo clássico para compreensão da origem da dominação-exploração das mulheres, seguiremos adiante trazendo análises teóricas que se deram a partir do surgimento do movimento feminista, com o qual Engels e Marx pouco tiveram contato. Estas constituem discussões teóricas muito importantes para compreendermos a situação da mulher no capitalismo e as concepções dos movimentos sociais contemporâneos no que diz respeito ao feminismo e/ou as questões de gênero.

2.2 - Reflexões críticas a respeito dos estudos feministas contemporâneos: as categorias gênero e patriarcado:

Os estudos de gênero despontam no movimento feminista, principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, em finais do século XX, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Este aprofundamento teórico tem como objetivo trazer elementos para a compreensão do gênero como algo originário de processos históricos e sociais, questionando as justificativas puramente biológicas e fisiológicas para explicar o que é entendido na sociedade como masculino e feminino. No entanto, desde seu nascimento até os dias atuais, o conceito de gênero foi e é dotado de diversas perspectivas, que surgem permeadas por polêmicas teóricas presentes nas ciências e na política.

Gênero é a construção cultural simbólica – advinda de determinações concretas – que compreende as representações de referência para o comportamento, atitudes e manifestações dos indivíduos dos sexos masculino e feminino. É uma categoria de análise, pois permite uma compreensão diferenciada sobre o conjunto da sociedade e das relações sociais, que têm base material, econômica e ideológica. Envolve o estudo das relações de poder e de dominação que implicam na subordinação das mulheres em determinado contexto histórico, sendo portanto, também, uma categoria histórica. Nesse sentido, segundo Safiotti:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 2004, p.45).

A despeito das diferentes interpretações sobre essa categoria, existe um consenso entre as feministas de que gênero é a construção social do masculino e do feminino. Portanto, sua importância central consiste na desnaturalização/desbiologização desse binômio. Ao desnaturalizá-los e concebê-los como construções sociais e históricas, permite não apenas a possibilidade de análise da desigualdade de gênero, mas a afirmação da possibilidade de construção da igualdade entre homens e mulheres. Em outras palavras, se a desigualdade de gênero é socialmente determinada, logo, pode ser socialmente transformada, já que não resulta de uma contingência biológica/imutável.

Como afirma Saffioti (2004), diferentemente do que se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. O primeiro estudioso a mencionar e conceituar gênero foi Robert Stoller, em 1968, porém, sem muita repercussão. Só a partir de 1975, com o famoso artigo²⁷ de Gayle Rubin, uma mulher, houve uma frutificação dos estudos de gênero, dando origem a chamada “perspectiva de gênero”. Como retrata Saffioti, Rubin defendia a existência de um sistema de sexo/gênero, segundo o qual uma sexualidade biológica é transformada pela atividade humana. Embora, no mencionado artigo, houvesse uma presença sistemática de hierarquia entre as categorias de sexo, Rubin chegou a reconhecer a existência de relações igualitárias de gênero.

Saffioti (2004) reconhece a importância do artigo de Rubin, “como porta de entrada e caminho exploratório das novas reflexões acerca das representações sociais do masculino e do feminino”. Afirmar ainda que “a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura”, fazendo a crítica ao sistema binário de Rubin. Muitos pensadores tem se preocupado em combater este pensamento dualista e cartesiano. “Trata-se de uma postura que considera sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente

²⁷ Artigo chamado *Traffic in Women*.

do contexto social em que é exercida” (idem).

No Brasil, o conceito de gênero difundiu-se de forma significativa a partir de 1990, principalmente sob influência do artigo de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, de 1989, traduzido para o português nesta década. O estudo traz relevantes contribuições, principalmente a afirmação de gênero como uma categoria analítica e histórica. Segundo Scott

no seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (SCOTT, 1989, p.3).

A consciência de que gênero é relacional, que existe através uma construção social que pressupõe a interação entre homens e mulheres, foi um ganho para as estudiosas e para o movimento feminista. Existe aí um avanço, que implica numa articulação dos estudos sobre a mulher com a compreensão histórica mais geral, que inclui relações de poder e a política, tratadas comumente como espaço privilegiado dos homens.

Scott (1989) realiza também uma análise crítica de como houve uma incorporação, na década de 1980, por alguns estudiosos, de gênero como uma categoria científica e neutra nos estudos das ciências sociais, distante da política e do feminismo. Segundo a autora, ocorreu um processo de mera substituição do termo “mulheres” de estudos anteriores para o termo “gênero”, como se sinônimos fossem. Esse termo não era utilizado então para explicar a desigualdade de poder entre os sexos, nem tampouco quem seria a parte lesada por esta relação desigual. Esse é um erro que quem está comprometido com uma compreensão crítica da perspectiva de gênero não pode incorrer, ou seja, tratar “gênero” como sinônimo de “mulher”. Isso porque o termo “mulher” ainda é muito importante, pois pontua a existência deste sujeito político coletivo do movimento feminista.

Segundo Cisne (2011) o problema desencadeado pelas novas abordagens dos “estudos de gênero” é, pois, um distanciamento entre as discussões teóricas e a luta das mulheres, o que já demonstra como essas “teorias” são vazias de sentido político, uma vez que a teoria não pode se desvincular da prática, mas dela emergir como “resposta” às demandas concretas

do real”. Saffioti, por sua vez, faz a defesa de que

gênero não é tão somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim uma inflexão de pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre a mulher. A história das mulheres ganha muito com investigações deste tipo (SAFFIOTI, 2004, p.110).

Para Scott (1989), ainda, as relações de gênero são pautadas por várias dimensões: simbólica, normativa, institucional e subjetiva. A dimensão simbólica se expressa por intermédio da reprodução de símbolos do ser homem e ser mulher e se reproduz por toda a vida das mulheres. Já a dimensão normativa, irá definir o comportamento do homem e da mulher, desde a infância, estabelecendo normas a serem seguidas, naturalizadas como inatas ou inquestionáveis. A dimensão Institucional, por sua vez, se expressa por meio da família, Igreja, escola e Estado, instituições que são responsáveis pela reprodução das relações patriarcais na formação de homens e mulheres. Devido à internalização das normas e símbolos das relações conservadoras e desiguais de gênero, manifesta-se a última dimensão destacada por Scott, a subjetiva.

No entanto, mesmo apontando tais dimensões, fundamentais para a compreensão dessa categoria, Scott não as relaciona com a dimensão econômica, ou melhor, não considera as contradições entre as classes e como isso perpassa a condição da mulher. Isto representa um limite teórico fundamental nesta perspectiva de gênero, já que acreditamos que “há uma unidade dialética entre as subestruturas básicas de poder na sociedade capitalista: classe, gênero, raça/etnia, na qual essas categorias estão organicamente integradas” (SAFIOTTI). E, ainda, “o importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó” (idem). Assim, “de acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevo distintos” (ibidem). Na condição de pensadora marxista, Safiotti afirma que essas contradições compõem o novo patriarcado-racismo-capitalismo, posição teórica a qual nos filiamos.

Faz-se necessária, portanto, uma análise teórico-crítica do conceito de gênero, “não apenas pela dualidade que induz o 'binômio' sexo/gênero, obscurecendo o caráter histórico de categorias como sexo e corpo, mas principalmente, por tendenciar a uma 'identidade global (e central)', subordinando e obscurecendo outras categorias” (CISNE, 2011, p.15) como classe,

“raça”²⁸, nacionalidade, orientação sexual, etc.

Uma das problemáticas do conceito de gênero, segundo Araújo, seria a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais. Além disso, nas análises pós-estruturalistas²⁹, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca.

Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina (ARAÚJO, 2000, p. 69).

Dentro deste contexto, é dada uma grande prioridade a dimensão simbólica, esquecendo-se das determinações que estão conectadas a essa realidade cultural. Ou seja, a utilização desta categoria pelo feminismo pós-moderno/ pós-estruturalista/ pós-feminista, a partir da sua totalização, empreende uma abdicação de análise da realidade concreta, em que estão presentes clivagens diversas. Assim, é certo que gênero não possui apenas sexo, mas possui “raça”, etnia, orientação sexual, idade, etc, e essas diferenças e especificidades devem ser levadas em conta. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que o “gênero una as mulheres”, a homossexualidade una os gays e lésbicas, a geração una os idosos ou jovens, etc, a classe irá dividi-los dentro da ordem do capital (CISNE, 2011). Na sociedade capitalista, portanto, será a classe que irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões serão vivenciadas por este sujeito. Por isso, sabemos, por exemplo, que a opressão vivenciada por uma mulher da classe trabalhadora possui determinações diferenciadas em comparação a vivenciada pela mulher burguesa.

Como afirma Safiotti (2004), nesse sentido, é de grande importância mostrar como gênero, historicamente muito anterior a conformação de classes sociais, se reconstrói

²⁸ Utilizamos o termo aqui como Kergoat (2010), “da mesma forma que classe ou sexo, isto é, como categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica”. No entanto, “dada a carga social e histórica da palavra”, a utilizaremos entre aspas. Fazemos aqui um “uso estratégico da palavra raça, apontando para um conceito político, cultural e social, que evidentemente não deve ser tomado no sentido biológico” (idem).

²⁹ Chamadas também de “perspectivas desconstrutivistas”, segundo Cisne (2011), sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo.

juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais. Gênero data do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, já as classes, são polarizadas pelo regime capitalista. Este teve início no século XVI, mas sua consolidação como sistema só ocorreu no século XVIII. Se nos remetermos aos embriões de classe, chegaremos às antigas sociedades escravocratas e, mesmo assim, gênero se apresenta como um fenômeno bem mais antigo que as classes sociais. “Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. O nó formado por essas três condições” - classe, gênero e raça/etnia - “apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram” (SAFFIOTI, 2004, p.115).

Outras problematizações a respeito de “gênero” e da sua relação com o “patriarcado” devem ser feitas. O conceito de gênero não explica, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres e, muitas vezes, essa hierarquia é apenas presumida pelas estudiosas do tema. Algumas feministas defendem que essa hierarquização sempre existiu, independente da época histórica em que a análise é situada. Segundo Saffioti (2004), aí reside um grande problema teórico, que compromete uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo gênero e as que trabalham, considerando a história como processo. Este último grupo de estudiosas, no qual situa-se a autora, admite “a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade” (idem). Para Saffioti, portanto, gênero é compreendido como muito mais vasto que patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Visto desta forma, o patriarcado é uma forma específica das relações de gênero.

Atualmente é muito comum – por parte de algumas feministas (não marxistas) - a defesa de que a dominação da mulher pelo homem existiu em um passado muito remoto e que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um “patriarcado” quase ou já superado. Evidente que o patriarcado está em permanente transformação e que houve avanço em relação à situação das mulheres. Ele não é o mesmo da Roma antiga, por exemplo, em que o patriarca detinha poder de vida e morte sobre seus filhos e esposa. Entretanto, nos dias de hoje, homens continuam agredindo e assassinando suas namoradas,

companheiras, esposas. E o julgamento desses criminosos, “sofre a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré” (SAFFIOTI, 2004, p.46). O criminoso é muitas vezes absolvido e sai impune. Durante muito tempo, usava-se, com êxito, o argumento da legítima defesa da honra. Diante de muitos protestos feministas, este recurso passou a não ser mais utilizado legalmente.

A dominação-exploração das mulheres constitui um único fenômeno, porém, apresenta duas faces: uma, de caráter econômico, que expressa-se através da divisão sexual do trabalho e todos os prejuízos que ela acarreta às mulheres; e outra, que ocorre pelo controle de sua sexualidade, sendo que este controle está sempre em mãos masculinas.

Como já vimos anteriormente, a família nuclear é uma instituição central para a perpetuação da sociedade burguesa. É um lugar privilegiado de controle da vida e do corpo das mulheres pelos homens, além de se basear na exploração do trabalho gratuito feminino. Segundo Waters (1979) *apud* Cisne (2013), o sistema familiar possibilitou as classes dominantes “a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras”.

A partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres são vistas como responsáveis por atender às necessidades da família, realizando um trabalho não remunerado e que “serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de riqueza social e para perpetuar a opressão da mulher” (idem). Assim, podemos dizer que a apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista:

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/ trabalho doméstico; fábrica, escritório/ família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de “trabalho doméstico”, não é nem a-histórica nem trans-histórica; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KERGOAT, 1989, p.8).

A divisão sexual do trabalho é uma das formas pelas quais se manifesta a divisão social do trabalho e constitui-se como base material das *relações sociais de sexo* (Kergoat, 1989, 2010). Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e,

simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (idem, 2009, p. 67).

Além disso, a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação - que determina o que são trabalhos de homens e trabalhos de mulheres - e o da hierarquização – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (ibidem). Estes princípios organizadores permanecem sempre os mesmos. Porém, essa forma de divisão sexual do trabalho não é imutável, devendo ser situada historicamente, pois suas modalidades variam fortemente no tempo e no espaço.

Essa forma de divisão do trabalho, por conseguinte, “não pode ser compreendida apenas como diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres, e sim, como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão” (CISNE, 2013) e, que se expressam, por exemplo, nas desigualdades presentes no mundo trabalho entre os sexos. Segundo Souza-Lobo (2011), as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho apontam que a subordinação é o ponto em comum das mais variadas experiências de trabalho realizado por mulheres. A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero pela dominação (idem, p. 174).

É fundamental, para a compreensão da divisão sexual do trabalho, não pensar no trabalho produtivo e reprodutivo de forma dicotômica e cindida, em que o primeiro estaria inserido na economia - no modo de produção - e o segundo não. Há que se compreender como eles se inserem na dinâmica de produção capitalista e de que forma estão relacionados. Como afirma Souza-Lobo, a ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (idem, p.152).

Além da determinação da esfera de trabalho produtiva aos homens e da reprodutiva às mulheres, a divisão sexual do trabalho também opera um prolongamento do que é esperado das mulheres em âmbito privado/familiar para sua atuação no mercado de trabalho, contribuindo para diferenciações sexuadas. Como nos aponta Souza-Lobo

No caso da divisão sexual de funções e tarefas incidem tanto estratégias de

utilização (apropriação) do corpo, através de suas “qualidades” naturais ou sociais, como representação de qualidades. Assim, os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerado próprios da força de trabalho feminina. Como observam vários pesquisadores, a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho realizado por homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal (SOUZA-LOBO, 2011, p. 154).

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis. Estas estão inseridas na *divisão sexual do poder* (Devreux, 2011), que é transversal, juntamente com a categorização de sexo. Esta forma de divisão do poder, que é hierarquizada, “organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio” (Nobre, 2005).

Uma importante contribuição para a compreensão do sistema patriarcal é a reflexão a respeito dos elementos, presentes no Contrato Social, que são essenciais para manutenção deste sistema. Segundo Coelho (2009), Pateman faz uma revisão da teoria do contrato a partir de uma perspectiva feminista, trazendo à luz o *Contrato Sexual*, retomando o conceito de patriarcado como central na história política. “Os teóricos do contrato pretendem mostrar como as principais instituições políticas devem ser compreendidas”, sem, no entanto, considerar o contrato sexual na análise destas instituições (PATEMAN *apud* COELHO, 2009). Problematizar a teoria do contrato é problematizar a noção de liberdade, pois uma vez que as mulheres estão sujeitas à dominação masculina, “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (idem). Partindo deste argumento, Pateman *apud* Coelho (2009) retoma os principais teóricos clássicos, para os quais apenas os indivíduos – livres e racionais – podem participar de contratos. Assim, as mulheres deveriam se sujeitar aos homens, inclusive ao acesso sexual deles a seus corpos. Portanto, “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (ibidem).

O patriarcado permanece um sistema vivo e forte, com diversas expressões nas relações sociais capitalistas contemporâneas. Por isso, é de extrema importância a utilização dessa categoria de análise para os estudos feministas. Saffioti faz a defesa da utilização da categoria patriarcado porque

- 1- não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem nenhuma restrição (...);
- 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4- tem uma base material;
- 5- corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p.58).

Segundo Saffioti, as mulheres já possuíram um estatuto diferente em outras épocas históricas no que diz respeito à divisão sexual do trabalho: “Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabe aos homens e a segunda às mulheres. Embora proteínas animais sejam necessárias ao organismo humano [...], em tais sociedades as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão dos víveres necessários ao grupo” (idem). Como o resultado da caça era variável, mas os frutos da coleta eram certos, a sobrevivência da humanidade com essa divisão sexual do trabalho foi assegurada durante muito tempo pelo trabalho das mulheres. Além disso, nessas sociedades, as mulheres eram consideradas seres poderosos e até mágicos, por sua capacidade de gerar vida, que se acreditava ser exclusiva das mulheres. Como a caça não é uma atividade diária, aos homens sobrava muito tempo livre, imprescindível para o exercício da criatividade. Nesse sentido, eles teriam muito tempo para criar sistemas simbólicos que destronassem suas parceiras.

Johnson *apud* Saffioti (2004) atribui dois fatores históricos a lenta transição desta sociedade igualitária às sociedades que se conhecem hoje: 1- a produção de excedente econômico, cerca de 11 mil anos atrás; 2- a descoberta de que o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida, o que se deu logo depois. Em se tratando de datas, o processo de instauração do patriarcado teve início no ano de 3.100 a.C. e só se consolidou no ano de 600 a.C., devido à grande resistência das mulheres a este sistema de dominação. Se for realizada uma contagem a partir do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado tem cerca de 5.203-4 anos. Se, todavia, fizermos o cálculo “a partir do fim do processo de transformação da relação homem-mulher, a idade dessa estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 200 mil e 300 mil anos” (Saffioti, 2004). Assim, percebe-se que o patriarcado não é um sistema em definhamento, mas uma estrutura forte e pujante, que impede que as relações de gênero sejam igualitárias.

O sistema patriarcal é como uma máquina, que funciona sem cessar, com engrenagens que sustentam a sua reprodução. Saffioti nos lembra que, este sistema, inclusive, não precisa da presença de homens para se perpetuar. Ele possui uma estrutura hierárquica, que concede aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura singular investida de poder. Assim, as próprias mulheres são capazes de punir umas as outras por transgressões cometidas contra a ordem patriarcal de gênero. Observam-se diferentes graus de domínios de homens sobre mulheres, dependendo do momento histórico e do contexto social em questão. O fenômeno social, entretanto, é o mesmo, e apresenta legitimidade que lhe atribui sua naturalização.

O patriarcado, segundo Safiotti, ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Esses meios necessários não são providos somente pelo trabalho que produz mercadorias, chamado de “produtivo”. Há, sem dúvida, uma economia doméstica que sustenta a ordem patriarcal. Nesse sentido, nesse regime, “as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras” (idem).

É importante destacar que a base do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação parlamentar e demais postos eletivos políticos. “Isto porque, se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade” (ibidem).

Por fim, endossamos o pensamento de Safiotti (2004), da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero. Segundo a autora, o conceito de gênero, ao contrário do que afirmaram muitas (os), é mais ideológico do que o de patriarcado. Como sabemos, não existe nada neutro na sociedade. Defende-se, portanto, o uso simultâneo dos conceitos de gênero e patriarcado, já que ambos têm sua importância histórica, um sendo genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios. Além disso, não podemos conceber sociedades sem representação de masculino e feminino, o que reafirma a importância desse conceito. Concluindo,

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua

generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política (Safiotti *apud* Safiotti, 2004. p. 138/139).

Outra contribuição importante para a produção teórica feminista é a categoria de *relações sociais de sexo*³⁰ (Cisne, 2013, Devreux, 2011, Kergoat, 2009, 2010) e a ideia de *consustancialidade das relações sociais de classe, sexo e “raça”* (idem). Segundo Kergoat (2010), uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]. Toda relação social é, assim, uma relação conflituosa, e com as relações sociais de sexo isso não é diferente.

Uma diferenciação importante é feita por Kergoat (2010) entre dois níveis distintos de relações: as relações intersubjetivas e as relações sociais. As primeiras dizem respeito a relações concretas entre os indivíduos e, as segundas, são relações abstratas e opõem grupos antagônicos. Estes dois níveis expressam-se nas relações entre homens e mulheres também, como não poderia deixar de ser. Sobre estas, Kergoat afirma:

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violência). Ou seja, de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas (IDEM, p. 95).

Da mesma forma, são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais (ibidem). Não estamos dizendo aqui que as relações pessoais não são importantes para mudanças na realidade das mulheres, pois elas são.

³⁰Apesar das polêmicas presentes no campo do feminismo francês a respeito da utilização da categoria *gênero* e sua opção pela utilização de *relações sociais de sexo*, optamos por não aprofundar aqui essa discussão. Apenas sinalizamos que compreendemos que existem diferenças significativas entre ambas as noções, porém não é nosso objetivo nos ater a essa teorização. Portanto, nossa postura aqui é utilizar as contribuições tanto da discussão de gênero, sempre associada ao conceito de patriarcado, quanto das relações sociais de sexo, visando enriquecer nossa análise do real a partir de uma perspectiva marxista e feminista. Ver Cisne (2013) a esse respeito.

Porém, as mudanças em nível estrutural só podem ser conquistadas a partir de práticas sociais coletivas. Daí a importância dos movimentos de mulheres organizados para a luta feminista e socialista, para a ruptura com as relações de classe e sexo constitutivas do sistema patriarcal-racista-capitalista (Saffioti, 2004).

A análise proposta por Kergoat (2009, 2010) a respeito das relações sociais busca desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta as relações sociais.

Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Essas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica (KERGOAT, 2010, P.99).

Nesse sentido, a tese da socióloga é de que as relações são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva de análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p.94).

Para as estudiosas e militantes feministas, fica o desafio de realizar “uma integração dialética entre gênero e patriarcado que nos permita transcender de meras análises das relações entre homens e mulheres, nesta sociedade, para a dimensão política de denúncia da desigualdade e em busca da construção da emancipação humana” (CISNE, 2011, p. 21).

2.3 - O feminismo e a construção do socialismo:

A Revolução Francesa de 1789 foi o marco do nascimento do feminismo como sujeito político. No processo revolucionário, as mulheres participavam massivamente dos levantes populares contra a Igreja e a monarquia. Reivindicavam, principalmente, direitos políticos e, ademais, há registros de que exigiam o direito ao alistamento na carreira militar para defenderem a revolução. Segundo Gurgel (2010), nesse momento, as mulheres iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política, o que perdura por todo o período de consolidação da sociedade moderna.

Por suas ações de resistência, as mulheres foram consideradas uma ameaça pela nascente ordem burguesa, que proibiu reuniões dos clubes de mulheres na França, em 1793. Os argumentos para essa proibição baseavam-se na afirmação de que as mulheres, tais como os estrangeiros e crianças, “que não contribuíam com o funcionamento público”, teriam direitos como “cidadãs passivas”, como direito a liberdade, a propriedade, a proteção de sua pessoa, etc; mas, não teriam o direito a ser parte ativa do poder público, de serem “cidadãs ativas”³¹.

Além dessa interdição do direito das mulheres exercerem a política, como afirma Gurgel, o regime burguês reafirmou a hierarquia na família como base para a organização social, posicionando-se contra o direito ao amor livre e ao divórcio, reclamado para as mulheres no processo da Revolução Francesa. Como já vimos, é reafirmado o poder do homem como “chefe” de família, a quem todos devem subordinar-se.

É importante observar que a organização das mulheres, nesse período, centrava-se principalmente na luta por direitos políticos, tanto em âmbito estatal e parlamentar, quanto nas próprias organizações dos trabalhadores. A luta pela igualdade incluía também, a reivindicação pelo direito ao trabalho, o que gerava muita resistência por parte dos trabalhadores homens. Gurgel (2010) afirma que, em 1866, no congresso da Internacional dos Trabalhadores, os delegados foram contrários a deliberação pelo trabalho feminino. De acordo com a autora, essa decisão provocou uma imediata reação das mulheres socialistas, que intensificaram suas manifestações e petições públicas e fundaram a Liga das Mulheres, em 1868, a primeira organização de mulheres feministas.

Como ocorre comumente em momentos revolucionários, em 1871, quando emergiu a experiência da Comuna de Paris, as reivindicações por igualdade entre os sexos cederam lugar a causa comum da conquista de uma sociedade regida pelos interesses da classe trabalhadora. “Neste contexto, as mulheres tiveram grande contribuição nas ações de boicote, confronto e resistência ao poder dominante, assumindo um claro compromisso de classe com a luta socialista” (idem).

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, as manifestações esparsas da luta sufragista deram lugar a um movimento mais orgânico presente em vários países do mundo, com o mote da luta pelos direitos políticos das mulheres, principalmente o direito de votarem e serem votadas. Segundo Pinto (2003), o movimento sufragista se espalhou pela

³¹ Ver Gurgel, 2010, p. 01.

Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo.

É importante salientar que, o movimento feminista, desde seu surgimento, realizou um enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista vigente, com críticas radicais à propriedade privada, à igreja, à família e ao Estado, segundo seu papel na reprodução das relações de gênero desiguais e opressivas. É importante, no entanto, esclarecer que, nem todo movimento de mulheres é um movimento feminista. Segundo Duriguetto e Montaña (2011), o movimento feminista é caracterizado pela luta contra todas as formas de opressão, subalternidade e discriminação sobre as mulheres, buscando, para tanto, liberdade, igualdade e a autonomia. Já o movimento de mulheres, não necessariamente adota a perspectiva feminista. Há, inclusive, movimentos de mulheres que são “anti-feministas”, ou seja, reivindicam bandeiras que vão de encontro à busca por direitos encampada pelo movimento feminista. Um exemplo disso é a campanha das mulheres evangélicas contra a legalização do aborto, pauta historicamente defendida pelo movimento feminista em vários países.

Várias estudiosas têm adotado a divisão histórica das manifestações do movimento feminista em três momentos, chamados de fases ou ondas do feminismo. A primeira onda corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade estendeu-se das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. A categoria “gênero” começa a ser empregada de forma mais expressiva nesse período. A terceira onda começou em 1990, quando as estratégias foram repensadas, as mulheres buscam mudanças culturais, criticam a imagem feminina propagada pelos meios de comunicação em massa e exigem reconhecimento social.

As primeiras mobilizações feministas – chamadas de *primeira onda* do feminismo - ocorreram nos séculos XVIII e XIX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, colocando em pauta questões em torno dos papéis e dos direitos das mulheres, principalmente direitos políticos e denunciando a forma específica de exploração da força de trabalho feminina, inaugurada pela segunda revolução industrial. Nos EUA, existiam movimentos de mulheres que reivindicavam, além do sufrágio universal, a ampliação dos direitos das mulheres no casamento, direito a educação e ao trabalho. Alguns, inclusive, envolveram-se na luta abolicionista.

No Brasil do século XIX, muitas mulheres aderiram à causa abolicionista também, principalmente as que ousavam realizar trabalhos que eram tradicionalmente masculinos e projetavam-se no espaço público. Eram escritoras, musicistas, cantoras, etc, a exemplo de Chiquinha Gonzaga. A luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no país, obtendo êxito no ano de 1934, tendo como um dos ícones dessa mobilização, a escritora Patrícia Galvão, mais conhecida como “Pagu”.

A história do surgimento do Dia Internacional da Mulher nos diz muito sobre a efervescência do movimento feminista neste período. Segundo SOF “em 3 maio de 1908 em Chicago, nos Estados Unidos, se comemorou o primeiro 'Woman's day' (Dia da Mulher) [...] com a participação de 1500 mulheres que 'aplaudiram as reivindicações por igualdade econômica e política das mulheres; no dia consagrado à causa das trabalhadoras’”. Essa manifestação foi, então, dedicada “à causa das operárias, denunciando a exploração e a opressão das mulheres, mas defendendo, com destaque, o voto feminino. Defendeu-se a igualdade dos sexos, a autonomia das mulheres, o direito de voto para as mulheres, dentro e fora do partido” (SOF, 2011).

Já em 1909, o “Woman's Day”, de acordo com SOF (2011), foi atividade oficial do partido socialista americano, organizado pelo comitê nacional de mulheres, comemorado em 28 de fevereiro de 1909. O material de publicidade da época convocava o "Woman suffrage meeting", ou seja, um encontro em defesa do voto das mulheres, em Nova York.

Em 1910, os jornais noticiaram a comemoração do “Woman's day” em Nova York, em 27 de fevereiro de 1910, no Carnegie Hall, com a participação de 3000 mulheres, onde se reuniram as principais associações em favor do sufrágio.

O encontro foi convocado pelas militantes socialistas, mas contou também com participação de mulheres não socialistas. Também participaram dessa comemoração várias operárias do setor têxtil que há poucos dias haviam terminado uma longa greve, que durou de novembro de 1909 a fevereiro de 1910, terminando 12 dias antes do Woman's Day. Essa foi a primeira greve de mulheres de grande amplitude nos Estados Unidos, denunciando as condições de vida e trabalho, e demonstrou a coragem das mulheres costureiras, recebendo apoio massivo do movimento sindical e do movimento socialista. Muitas dessas operárias participaram do Woman's Day e engrossaram a luta pelo direito ao voto das mulheres (conquistado em 1920 em todos os EUA), mas como se pôde ver, não foi a greve que motivou a criação do woman's day, como aparece equivocadamente algumas vezes (SOF, 2011, p.2).

Em agosto do mesmo ano - como afirma SOF - durante a Segunda Conferência de

Mulheres Socialistas, Clara Zetkin, dirigente socialista alemã, e outras militantes, propõem que o “woman's day” ou “women's day” se torne "uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres, seguindo o exemplo das companheiras americanas". Aprova-se, assim, um Dia Internacional das Mulheres, para ser organizado em todos os países, com a reivindicação central sendo o direito de voto para as mulheres. No entanto, não é deliberada uma data específica para sua comemoração, o que faz com que nos próximos sete anos, as lutas referentes a esse evento fossem realizadas em diferentes datas, em diferentes países.

Em fevereiro de 1917, na Rússia, manifestações de mulheres tomaram as ruas de Petrogrado. Eram manifestações contra a guerra, a fome, a escassez de alimentos e, ao mesmo tempo, operárias do setor têxtil entraram em greve. Era o dia 23 de fevereiro - que corresponde ao dia 08 de março no antigo calendário ortodoxo – no qual estava sendo comemorado o Dia Internacional das Mulheres na Rússia. Segundo SOF (2010) essas manifestações cresceram, envolveram outros grupos, duraram vários dias e deram início à Revolução Russa, ou seja, a mobilização de mulheres precipitou as mobilizações que tornaram vitoriosa a revolução russa. A partir daí, o Dia Internacional das Mulheres começou a ser comemorado na data de 08 de março em diversos países, como forma de remeter a importante luta das mulheres russas, por melhores condições de vida e pela revolução socialista.

A partir desses relatos históricos, vê-se como foi importante a luta das mulheres, principalmente das mulheres socialistas, presente em diversos países, para a conquista de uma série de direitos civis e políticos. Além disso, fica evidente a articulação do movimento feminista com o movimento socialista em vários momentos da história, articulação esta que tem como marco a contribuição da luta das mulheres para a revolução vitoriosa de 1917, na Rússia.

Cabe aqui problematizar que, apesar das enormes contribuições das mulheres no processo revolucionário, a experiência do chamado socialismo real na URSS evidenciou as dificuldades da articulação entre a causa da emancipação e da igualdade das mulheres e a experiência do “socialismo real”.

Fato que reafirma a necessidade histórica da continuidade da auto-organização das mulheres nas organizações de esquerda e na luta anticapitalista, como forma de se construir um campo político no qual a igualdade entre os sexos e a ruptura radical com as estruturas de opressão-

dominação do capitalismo, caminhem com a mesma intensidade e força política no interior do projeto libertário (GURGEL, 2010, p. 4).

Ainda dentro da primeira onda feminista, também despontou como ícone mundial para a luta das mulheres, a escritora e filósofa Simone de Beauvoir, por meio de sua publicação “O Segundo Sexo”, de 1949. A obra foi marcante para a discussão feminista pela criação de conceitos, pelas reflexões inéditas e pelo comportamento adotado pela autora na sociedade francesa, o que incentivou mulheres de todo o mundo a lutarem contra a discriminação. Uma frase emblemática do livro é “Não se nasce mulher: torna-se”, que questiona os papéis atribuídos a homens e mulher na sociedade.

Outro fato relevante é que, nesse contexto, surge nas produções feministas a categoria analítica “gênero”, que se refere à construção social de identidade sexual, que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades (GOHN, 2007). Essa construção analítica, como já observamos anteriormente, visa superar a terminologia sexo, que se refere a diferenças biológicas e dá abertura para as teorias deterministas. É neste contexto que começam a multiplicar o número de tendências do movimento feminista.

Na América Latina, essa segunda onda do feminismo se dá de forma diferenciada, já que coincide em grande parte com o período da ditadura militar. Nesse sentido, não havia espaço para grandes manifestações feministas. A partir de 1975, as mulheres começam a reivindicar direitos em seus diferentes papéis sociais, como mães de desaparecidos da ditadura, como mães reivindicando o direito a creche, como militantes e intelectuais que foram exiladas, etc. Organizavam-se, principalmente, em um movimento contra a ditadura e a violência. Nas produções acadêmicas, por sua vez, a partir da década de 1970, iniciou-se uma aproximação da discussão feminista com a teoria marxista. Além disso, segundo Gohn (2007) os estudos feministas foram ficando majoritariamente no campo da academia, não se difundindo significativamente entre as mulheres da periferia, os sindicatos, os partidos e os movimentos populares.

Nesse período, no continente, as envolvidas no movimento feminista eram, em sua maioria, militantes ou ex-militantes de organizações de esquerda e muitas tiveram contato com as discussões feministas no exílio, iniciando sua organização política como feministas em seus países de origem. “O papel do feminismo na luta pela libertação da classe trabalhadora e a relação entre as formas de se organizar as mulheres, a autonomia e a relação

entre a luta feminista e a luta partidária foram temas recorrentes e centrais no feminismo latino-americano” (Duriguetto e Montaña, 2011).

No Brasil, particularmente, no início do século XX, várias mulheres trabalhadoras participaram dos movimentos operários e de suas greves por melhores salários e pela redução da jornada. Na década de 1910, foi criado o Partido Republicano Feminista, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio. Nessa mesma época, surgiu também a Associação Feminista, que teve forte influência nas greves operárias de 1918.

De acordo com Duriguetto e Montaña (2011), a partir dos anos 1920, cresceu o número de organizações de mulheres no país, principalmente em torno da luta pelo direito ao voto feminino e por uma legislação de amparo a mulher trabalhadora. Nos anos 1940, muitas mulheres participaram das lutas pela redemocratização e contra a pobreza. Na década de 1960, as mulheres passam a engrossar a luta pelas reformas de base. Com o processo de redemocratização, na década de 1970, cresce o número de organizações feministas no país.

Inicialmente, o movimento feminista surgiu no Brasil nas camadas médias, mas expandiu-se por meio de uma articulação com os setores populares, principalmente com as mulheres das associações de bairro. Essa atuação conjunta, segundo Duriguetto e Montaña (2011), acabou gerando uma cisão dentro do movimento feminista, entre bandeiras democráticas e feministas.

Nos anos de 1977 e 1978, houve uma aproximação do movimento feminista e de mulheres com o movimento operário e aconteceram os primeiros encontros de mulheres trabalhadoras. E, a partir da década de 1980, acentuou-se a pluralidade presente no conjunto do movimento feminista. De maneira geral, podemos identificar três tendências teóricas e ideopolíticas no interior do movimento feminista nacional e latino-americano:

um feminismo que possui uma perspectiva socialista, ao entender que a emancipação da mulher demanda a construção de um outro projeto societário que se contraponha ao capitalismo para o alcance da igualdade e da liberdade substantivas; um feminismo que busca a igualdade e a liberdade para as mulheres por meio da reivindicação de direitos que consubstanciam a cidadania nos marcos do capitalismo; e um feminismo filiado às premissas pós-modernas. Nesse campo, o feminismo limita-se ao culturalismo, atuando na subjetividade, no simbólico e nas “representações sociais” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 287).

A despeito de todas essas diferenças, o feminismo no Brasil unifica-se em torno de

algumas bandeiras históricas e não conquistadas ainda, como o direito ao aborto legal e seguro; a luta por autonomia da mulher em relação ao seu corpo e sua vida; a mobilização contra qualquer tipo de violência sofrida pela mulher (física, verbal ou sexual), etc.

A *terceira fase do feminismo*, segundo Gohn, que se inicia nos anos 1990 e estende-se até os dias atuais é marcada no Brasil, pela institucionalização das reivindicações das mulheres e por sua expressiva participação nas Organizações Não Governamentais (ONG's). No contexto de neoliberalismo, a inserção das mulheres nos processos de luta se dá, muitas vezes, nas palavras de Gohn, como uma cidadania outorgada. Dessa forma, as mulheres têm grande participação na questão das políticas sociais, vistas como mais um grupo minoritário, alvo das ações fragmentadas do Estado neoliberal.

Nesse contexto, os organismos internacionais atuam no sentido de inserir a pauta do direito das mulheres nos países latino-americanos, o que coloca os movimentos feministas e de mulheres no dilema entre a contestação e a institucionalização. Este dilema persiste notadamente nas décadas de 1980 e 1990, ocorrendo uma inflexão em grande parte das organizações feministas, que passam a atuar por meio das ONG's, firmando “parcerias” com o Estado e organismos internacionais. Esta conjuntura complexifica o enfrentamento necessário dos movimentos feministas ao sistema capitalista-patriarcal. Nesse sentido, Gurgel afirma que

o feminismo buscou se contrapor a ofensiva regressiva conservadora, da década de 90, mediante a construção de amplas articulações entre si e com outras organizações do campo antiglobalização. Iniciando, um novo momento de internacionalização de suas demandas. Neste processo fica cada vez mais evidente, a necessidade de uma unidade programática que possibilite ações conjuntas com amplas repercussões no campo da política, da economia e da ideologia (GURGEL, 2010).

Dessa forma, se coloca como um desafio a construção da unidade na esquerda em torno de um projeto estratégico que fortaleça a construção do feminismo e que dialogue amplamente com a sociedade.

Se o capital se apropria e se sustenta na subalternidade da mulher temos que quebrar essa base de sustentação. Então, para nós, levanta-se mais um desafio que é articular as lutas classistas e feministas, e além disso, inserir as lutas feministas nas lutas dos instrumentos da classe trabalhadora. Dessa forma, podemos dar um salto para a construção de uma força feminista, com a organização política feminista em articulação com a luta da classe trabalhadora. Afinal, a classe trabalhadora têm duas grandes tarefas: lutar contra o patriarcado e contra o capital (RODRIGUES, 2012).

No campo da esquerda brasileira estão presentes grupos, de âmbito nacional, de diversas naturezas, que possuem auto-organização das mulheres e pautas feministas em suas lutas. Nas organizações camponesas, temos a Via Campesina (Brasil) e a Articulação do Semiárido (ASA). Nas organizações sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a CSP-Conlutas, entre outras. Nos partidos de esquerda – PSOL, PSTU, PT, PCB, PCR, PC do B, etc – que, muitas vezes, criam movimentos próprios auto-organizados de mulheres.

Além disso, temos movimentos auto-organizados feministas, que também tem articulação em nível nacional, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o Movimento Mulheres em Luta (MML) e a União Brasileira de Mulheres (UBM). Segundo Gurgel:

O feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia levando em consideração em três aspectos: 1- o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão da mulher; 2 – a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo; 3- a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista (GURGEL, 2010, p.7).

Essas discussões tem se refletido na organização e na tática dos movimentos feministas latino-americanos, principalmente por meio das ações do Dia Internacional da Mulher, que têm sido marcadas por pautas de luta anticapitalistas e antipatriarcais.

Nesse sentido, um importante movimento social de mulheres da contemporaneidade é a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Esta está sendo destacada aqui pelo seu caráter internacional e massivo, pelos seus métodos diferenciados de agitação e propaganda e pela sua capacidade de aglutinar outros grupos de mulheres para a ação política feminista. O movimento teve como impulsionadoras as ações internacionais que começaram em 8 de março de 2000, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro de 2000, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”.

A inspiração para a criação da MMM partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 860 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. De acordo com o próprio movimento, ele

tem articulado ações locais, nacionais e internacionais, construindo sua força e legitimidade organizando as mulheres em torno a uma agenda radical anti-capitalista e anti-patriarcal. Neste trajeto, utilizou como estratégia fortalecer a auto-organização das mulheres, concomitante com a presença nos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos. A marca deste movimento que estamos construindo, também a partir do Brasil, são ações políticas em espaço público, em que se criaram formas irreverentes e alegres de crítica à sociedade capitalista, machista e patriarcal (MMM³²).

Outro expressivo movimento social no que concerne a luta das mulheres, também de caráter internacional, é a Via Campesina, além dos movimentos sociais que a compõem, notadamente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esses movimentos adotam uma perspectiva de que, como afirma Campos (2006), a participação feminina não pode ser um projeto para o futuro, ela precisa ser garantida desde agora pelas organizações das classes trabalhadora e camponesa. Nesse sentido, as organizações de esquerda – movimentos sociais e partidos políticos - têm que aprender um novo jeito de fazer luta de classes, respeitando as diferenças e criando condições objetivas e subjetivas para as mulheres participarem.

Os movimentos sociais em questão têm a característica de tratarem de questões que vão para além das reivindicações específicas das mulheres – como o combate à violência sexista, a luta pela autonomia das mulheres, etc -, colocando em pauta outras mais gerais - como a soberania alimentar, a reforma agrária, a agroecologia, a paz e a desmilitarização, dentre outras.

Apesar dos avanços políticos conquistados por estes movimentos sociais, em termos de participação das mulheres e da construção de um feminismo classista, os mesmos ainda possuem contradições, reproduzindo, muitas vezes, valores e práticas deste sistema patriarcal e capitalista em que vivemos. Cisne (2010) problematiza a reprodução da ideologia dominante – patriarcal – na militância política:

A incorporação desse sistema no interior das práticas de organizações da esquerda é percebida com facilidade ao analisarmos: a composição das direções, majoritariamente masculinas; a ‘divisão sexual’ do exercício da política, que revela desigualdade de poder entre os gêneros; a militância como tripla jornada de trabalho feminino [...] - devido à responsabilização com as crianças e atividades domésticas (CISNE, 2010, n.p.).

³² Fonte: página eletrônica da MMM, não mais existente. Consultada em novembro de 2010.

A presença ativa da mulher nas lutas sociais contribuiu para o questionamento e/ou a ruptura com algumas práticas cotidianas que relegam a ela um papel secundário na sociedade. Contribuiu, ainda, para que a mulher se organizasse para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente, inclusive, no seio da esquerda. É desse contexto que o MMC encontra uma das suas determinações de existência, a necessidade da auto-organização das mulheres no seio da Via Campesina, questão que abordaremos no próximo capítulo de forma mais aprofundada.

Capítulo 3 – O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil e sua atuação na Via Campesina

Neste capítulo, apresentaremos as análises dos materiais resultantes da pesquisa de campo sobre o MMC. Alguns pontos abordados nessa análise serão o histórico do movimento na trajetória camponesa brasileira, suas concepções políticas e lutas, a escolha pela auto-organização, bem como a questão da participação do movimento na Via Campesina e sua contribuição para a organização das mulheres deste campo político. Por fim, apontaremos alguns desafios concernentes aos movimentos de mulheres na atualidade.

3.1 - MMC – Trajetória histórico-política na luta camponesa no Brasil:

Como já foi dito, a Revolução Verde, implantada na América Latina pós Segunda Guerra Mundial, como parte de um plano de replanejamento mundial de desenvolvimento do capital, foi um elemento marcante na conjuntura do campo no Brasil. Ela consistiu numa reestruturação da agricultura, implantando no campo brasileiro a mecanização, o monocultivo, a quimificação e o endividamento da agricultura. Como consequência desse modelo imposto,

a agricultura familiar estava passando por uma grande crise: muitas famílias estavam endividadadas por causa dos altos juros dos financiamentos agrícolas e outras tantas já sem terra, porque nunca tiveram posse alguma, ou porque o pouco que tinham lhes foi tomado por causa de dívidas nos bancos. Nesse período houve a expansão da mecanização e uma grande concentração de terras, além do consequente êxodo rural (PALUDO, 2009, p.89).

Nesse modelo de agricultura, as mulheres começaram a ser visadas e são foco de atuação, especialmente da EMATER³³. Esta foi responsável por criar, nas comunidades rurais, “clubes de mães” que ofereciam cursos de bordado, crochê, culinária, etc. Tudo isso tinha como foco, segundo Paludo (2009): a domesticação da mulher como “rainha do lar”, reforçando nas mulheres as funções de agradar e servir, tirando-lhes o papel central no trabalho considerado produtivo nas unidades de produção.

³³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

As condições de vida a que estavam submetidas as mulheres camponesas foram o grande impulsionador do surgimento da Organização das Mulheres da Roça, que posteriormente viria a ser o MMTR-RS, que hoje compõe o MMC nacionalmente.

Segundo Paludo (2009), grande parte da esquerda, em fins dos anos 1970, achava que os problemas das mulheres seriam resolvidos assim que fosse feita a transformação das estruturas capitalistas de produção. As mulheres, porém, tinham uma leitura diferente da realidade, percebendo a necessidade de construir espaços de poder – com a convicção de que, para chegarem a ter poder, voz e vez, não havia alternativa a não ser se organizar.

A opressão de classe passou a ser discutida simultaneamente à opressão de gênero, porque diz respeito à estrutura patriarcal que perpassa e também sustenta a estrutura capitalista. Assim, faz-se necessário as mulheres terem espaços e organizações próprias para superação da desigualdade de gênero na sociedade classista, que explora e oprime as mulheres duplamente (IDEM, p.95).

As mulheres da roça se mobilizaram na década de 1980, notadamente no norte do estado do Rio Grande do Sul e na região Oeste de Santa Catarina, durante o processo de reabertura política do Brasil e das reivindicações por direitos que demarcaram as lutas populares no processo Constituinte³⁴. Nesse sentido, foram realizados encontros de mulheres em muitas regiões de ambos os estados para a discussão de temas relativos aos direitos das mulheres camponesas na Constituinte. Ademais, muitos debates a esse respeito foram feitos nas comunidades, nas igrejas, sindicatos, rádios, etc. Um grande elemento impulsionador dessa organização das mulheres foram as Comunidades Eclesiais de Base, como veremos mais adiante.

É importante ressaltar que, na busca por informações sobre o histórico do MMC, encontramos algumas diferenças no que diz respeito a sua origem. Um determinado livro, que trata sobre o MMC, chamado “Mulheres: resistência e luta em defesa da vida”, de Paludo (2009), dá maior foco ao processo embrionário do movimento ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, enquanto algumas militantes do movimento vão dizer que ele surgiu de fato em Santa Catarina. O que nos parece – com base na pesquisa de campo realizada por nós - é que o Movimento de Mulheres Camponesas como é conhecido hoje, com amplitude nacional, foi fruto de uma articulação de várias organizações autônomas de mulheres camponesas do Brasil de caráter estadual, dentre elas, cumprindo um papel político decisivo o Movimento de

³⁴ O processo constituinte caracterizou-se por uma grande mobilização social de debate com a população do campo e da cidade sobre os direitos sociais e políticos no Brasil, que culminou na eleição dos Deputados Constituintes e na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC-RS) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA-SC). Nesse processo, um marco importante foi a criação da ANMTR, da qual trataremos posteriormente.

É importante recuperarmos os elementos que tratam da Organização Mulheres da Roça (OMR- RS), que posteriormente se tornou Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR- RS) e que, por sua vez, deu origem ao MMC-RS. O nascimento oficial da OMR ocorreu em 1985, no Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais³⁵, no Rio Grande do Sul, para discutir acesso a direitos, com a participação de cerca de dez mil mulheres. As militantes que compunham a Organização, segundo Paludo (2009), eram atuantes em sindicatos combativos, pastorais sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Pastoral da Juventude Rural e outras organizações de luta.

Foi no bojo dos elementos conjunturais, em 1988, que houve a definição pela construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR- RS). A criação do movimento se deu devido à necessidade de encampar as lutas específicas das mulheres, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural; pelo direito à aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais, com idades de 60 e 55 anos, respectivamente; pelo salário maternidade; pelo direito à saúde; e pelo acesso à documentação profissional e pessoal. É nesse processo de lutas, que se deu inclusive em articulação com outros movimentos sociais e sindicatos do campo, que se firmou a construção do movimento autônomo de mulheres.

MMC6, que é de Chapecó- SC, afirma que o movimento de mulheres no estado de Santa Catarina surgiu em 1983, a partir do incentivo da Teologia da Libertação³⁶ - existente na Igreja Católica e na Igreja Luterana - com a meta de trabalhar com três públicos compreendidos por eles como oprimidos: os indígenas desterritorializados, os agricultores e os sindicatos rurais.

De 1993 a 1994, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, foi criada a AIMTR Sul – Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco Estados. Nesse processo, foram articuladas as organizações: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS), Movi-

³⁵ Segundo Paludo (2009) o encontro aconteceu em Porto Alegre.

³⁶ A Teologia da Libertação é um movimento supra-denominacional, apartidário e inclusivista de teoria política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

mento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP/PR), CUT/PR, Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais Mato Grosso do Sul (MMTR/MS) e Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais de São Paulo (MMTR/SP), com o objetivo de se formar um elo de diálogo com vistas à formação e lutas conjuntas. É importante destacar que, no mesmo período, a AIMTR Sul passa a fazer parte da CLOC – Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo. A respeito disso, MMC6 retrata que

[...] Deliberamos que a nossa articulação internacional se daria através da CLOC, embora fosse mista, porque tinha uma deliberação clara que seria anti-imperialista e tinha uma abertura para se trabalhar essa questão de gênero e classe. Nós tínhamos a compreensão que a nossa tarefa era levar para dentro o debate da questão de gênero, de classe, do feminismo.

Outro evento importante para a luta das mulheres camponesas foi a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995, composta por vários movimentos, de diversos estados brasileiros. Segundo MMC6, em 1994, houve um congresso da CLOC no México, no qual a AIMTR Sul assumiu o compromisso de voltar para o Brasil e organizar a ANMTR. Realizaram então um encontro nacional em Cajamar-SP, onde estiveram presentes mulheres de várias organizações, tais como o MST, a CONTAG, CUT, MMA de SC, MMA de SP, MMTR-RS, dentre outros, e fundaram a Articulação.

O surgimento do MMC é resultado de um processo de mobilização das mulheres camponesas iniciado na década de 1980. Vários movimentos de mulheres camponesas foram sendo criados pelo Brasil afora, articulações políticas e lutas sendo feitas. Mas é a partir de 2002, segundo Paludo (2009), que o debate em torno da criação do movimento se intensifica.

Finalmente, em março de 2004, ocorreu o 1º Congresso Nacional do MMC, em Brasília, oportunidade em que se deu a unificação dos movimentos de mulheres camponesas autônomos de 16 estados brasileiros através dessas organizações. Avaliou-se que essa unificação, que tinha o mesmo entendimento sobre a necessidade de unidade, consolidaria e daria maior força à luta das mulheres e da classe trabalhadora.

O Congresso contou com a participação de 1200 mulheres camponesas e foi o momento de fundação do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. Durante o evento, houve a afirmação do caráter feminista e camponês do movimento. Paludo afirma que

como camponês³⁷, o Movimento se afirma com a identidade de mulheres que produzem sua subsistência com respeito a terra e ao ambiente como um todo e que resistem no campo. Além disso, o resgate da palavra camponês é de cunho político e ideológico de luta, trazendo presentes as Ligas Camponesas³⁸. E como feminista, o Movimento afirma a luta história das mulheres como instrumento de luta por direitos, comprometimento com a transformação social das relações de gênero e classe (PALUDO, 2009, p. 117).

Os princípios, valores, missão e simbologia do MCC foram também discutidos nessa ocasião. Houve a unificação nos símbolos: uma bandeira única, o chapéu de palha, a cor lilás e o lenço lilás. Começava aí então o desafio de conquistar mulheres para o movimento e a causa feminista e camponesa em âmbito nacional. Nesse sentido, a justificativa principal para a unificação dos movimentos locais e regionais em um Movimento Nacional, em 2004, foi a necessidade de fortalecer e ampliar o trabalho de base nos estados do Brasil.

Após muito esforço e articulação por parte das militantes do MMC, o 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil aconteceu do dia 18 a 21 de fevereiro de 2013, em Brasília – DF, com o lema *Na Sociedade Que a Gente Quer, Basta de Violência Contra a Mulher*. Contou com a presença de cerca de 2 mil mulheres, de 23 estados brasileiros.

As plenárias do encontro buscaram trabalhar quatro grandes eixos de reflexão: a) As lutas camponesas feministas e populares; b) A produção diversificada de alimentos saudáveis; c) A Seguridade Social, universalização do salário maternidade e ampliação de 4 para 6 meses para todas as mulheres trabalhadoras; d) A importância da organização do Movimento Mulheres Camponesas.

Após as plenárias, houve oficinas em grupos menores, com aprofundamento nos seguintes temas: direitos reprodutivos e saúde da mulher; saúde integral, alimentação saudável e diversificada; a luta contra os agrotóxicos; divisão social e sexual do trabalho; políticas públicas e seguridade social; superação das desigualdades de gênero, raça, gerações e etnia; papel da mulher na agroecologia com destaque à necessidade da autonomia econômica; política e social das mulheres para o enfrentamento à violência.

³⁷ No MMC Brasil, camponesas são agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas, assentadas, assalariadas rurais e indígenas.

³⁸ Movimento de luta pela terra, protagonizado por camponeses e camponesas, com origem no Nordeste brasileiro. Surgiu na década de 1950 e perdurou até o início da ditadura militar, que perseguiu suas lideranças e desmobilizou o movimento a partir de 1964.

Outro ponto importante do encontro foi a Mostra de Produção das Mulheres Camponesas, que consistiu em uma exposição de “uma grande diversidade de sementes, plantas medicinais, artesanato e alimentos, dando visibilidade à importância do trabalho das mulheres no projeto de agricultura camponesa feminista e agroecológico” (MMC, 2013)³⁹.

Ao final do encontro, no último dia, houve um grande ato pela cidade administrativa em Brasília, tendo como principal tema a luta pelo fim da violência sexista. Segundo o próprio movimento:

A caminhada pelo fim da violência contra a mulher chamou atenção da sociedade pelo gesto de solidariedade às mulheres vítimas de violência, pela indignação diante dos assassinatos e outras formas de violência e o convite para mudança nas relações. Também serviu para fazer a denúncia junto às autoridades e órgãos públicos da responsabilidade e urgência de medidas que possibilitem a todas as mulheres terem mecanismos e estrutura necessária para avançar no enfrentamento e o fim da violência (MMC, 2013).

Sem dúvida, o MMC é um movimento social muito importante na conjuntura política brasileira, em termos de organização da classe trabalhadora, classista e feminista. Primeiro, porque apesar de ser um movimento recente - em seu caráter nacional - traz em si um histórico de luta e organização das mulheres camponesas que vem desde a década de 1980, a partir do processo de redemocratização do país. Contudo, traz também características de um movimento novo, tanto pela sua organicidade ainda incipiente e poucos espaços massivos de mulheres em âmbito nacional - realizados enquanto MMC Brasil -, quanto pelos elementos inovadores que apresenta em sua prática política, sua irreverência e radicalidade, principalmente a partir da auto-organização das mulheres e do embate constante com o capital e suas formas de reprodução.

3.2 - Concepções e lutas do MMC:

O Movimento de Mulheres Camponesas se destaca no contexto brasileiro por ser um movimento feminista de caráter classista e socialista. Tem como ponto de partida de suas ações o protagonismo da classe trabalhadora, camponesa e, nesse sentido, busca organizar as mulheres como sujeitos da luta revolucionária, como podemos perceber em sua missão e princípios:

³⁹ Declaração do I Encontro do Movimento de Mulheres Camponesas.

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. O Movimento de Mulheres Camponesas se caracteriza por ser:

- **Autônomo:** quem decide os rumos são as próprias mulheres.
- **Democrático e popular:** as mulheres têm voz e voto e buscam organizar todas as trabalhadoras do campo.
- **Classista:** pertence às trabalhadoras do campo, que compõem a classe trabalhadora.
- **Novas relações de igualdade:** entre as pessoas, com a natureza e a vida como um todo.
- **De luta:** para transformar a sociedade e as relações.
- **Socialista:** onde todos tenham direito de viver com dignidade e igualdade (MMC⁴⁰).

Uma das questões que buscamos conhecer na pesquisa documental foi a atuação política do Movimento de Mulheres Camponesas, que se traduz em suas principais ações e bandeiras de reivindicação. A respeito destas, segundo o próprio movimento:

A luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPO- NESAS⁴¹).

O Projeto Popular de agricultura camponesa defendido pelo MMC engloba: a realização da Reforma Agrária no Brasil; a implementação de políticas públicas que privilegiem a agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis; a produção agroecológica de alimentos, com o uso de formas alternativas de energia e com acesso e controle dos meios de produção pelas famílias camponesas; a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, entre outros pontos. Este projeto de agricultura é coletivo, proposto também por outros vários movimentos sociais camponeses, notadamente pela Via Campesina e os movimentos que a compõem.

É pertinente acrescentar que esse modo de pensar a agricultura está inserido em um projeto mais amplo, que é o Projeto Popular para o Brasil, em torno do qual um campo da es-

⁴⁰ Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/menu/missao_por.html. Acessado em maio de 2012.

⁴¹ “Bandeiras de luta do MMC”. Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>. Acessado em maio de 2012.

querda do país de organiza, com destaque para os movimentos que compõem a Via Campesina. Esse projeto possui como foco a luta por reformas estruturais na sociedade que atendam aos interesses das maiorias, ou seja, da classe trabalhadora. São exemplos de bandeiras que orientam esse Projeto as lutas pelas reformas agrária, urbana e tributária, a luta contra as privatizações e transgênicos, bem como as lutas pela desmercantilização e universalização com qualidade da saúde e da educação.

Essas reformas nunca foram e nunca serão realizadas pela burguesia nacional, pois, vão de encontro aos seus interesses. Logo, por em curso a defesa de um Projeto Popular para o Brasil, demanda a clareza da dimensão da luta classista que o mesmo empreende em antagonismo ao projeto e interesses burgueses. Como discutimos no Capítulo 1, a burguesia nunca foi revolucionária no sentido clássico, mas pelo contrário, sempre teve um ranço conservador, buscando operar movimentos de “contra-revolução” (Coutinho, 2007) e “revolução passiva” (idem). Esses processos buscam cumprir dois propósitos: primeiro, efetivar seus interesses particularistas como se fossem os interesses da maioria e, segundo, conter os conflitos sociais e evitar que as classes dominadas se levantem contra o projeto burguês. Assim, segundo Fernandes (1981, p. 300), as classes burguesas buscaram compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo, tomando diante da dupla articulação uma atitude política “realista” e “pragmática, em suma, uma demonstração da sua racionalidade burguesa.

Algumas medidas necessárias para a construção do Projeto Popular para o Brasil são, segundo Benjamin (s/d): a democratização da terra, a democratização dos meios de comunicação, a democratização da riqueza e a democratização da cultura. Além disso, o autor afirma que o Brasil não sairá de sua prolongada crise – econômica e de valores - sem alterar o atual sistema de poder, que repousa no controle, por minorias descompromissadas com o povo e a nação, desses recursos e instrumentos que determinam nossa forma de organização social.

Nesse sentido, acreditamos que as lutas em torno do Projeto Popular tensionam dimensões estruturantes da luta de classes no Brasil e, portanto, guardam um horizonte revolucionário que, para nós, deve estar orientado para o socialismo. O socialismo, por sua vez, exige a tomada de poder orientada para radicalização da democracia e da igualdade social, ou seja, demanda o fim da sociedade de classes, a socialização da riqueza, o fim da propriedade privada, do trabalho assalariado e de todas as formas de exploração e opressão.

Contextualizando historicamente, este projeto tem sido construído desde a década de 1970, ganhando corpo a partir do surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), que aglutinava as massas e militância em torno do Projeto Democrático e Popular (PDP)⁴². Posteriormente, houve um processo de institucionalização do partido associada à adoção da tática eleitoral como a sua estratégia central, o que levou à aliança com setores da burguesia e o consequente abandono das bandeiras defendidas pelo PDP. Diante desse abandono e distanciamento do PT do PDP ao passo que estreita laços com a burguesia em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, diversas organizações se empenham na construção do Projeto Popular⁴³.

No MMC, essa opção pelo Projeto Popular se traduz na centralidade dada à luta pela soberania nacional, além da importância dada a “proteção, conservação e preservação da biodiversidade, recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro” (idem). Nesse sentido, o MMC é contra as políticas neoliberais, impostas pelo Fundo Monetário Nacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC); contra o pagamento da Dívida Externa; contra os transgênicos e contra todo tipo de discriminação e racismo.

Damos destaque ao que é colocado no Projeto sobre a questão das mulheres: além da defesa da “valorização e valorização do trabalho e renda gerada pelas mulheres, garantindo sua autonomia”, o movimento propõe “a organização coletiva do grupo familiar na construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista” (idem).

Esse esforço de questionamento do MMC em relação à questão da família é muito importante, visto que raros são os movimentos sociais que refletem explicitamente a respeito do tipo de modelos familiares sobre os quais se apóiam e sobre aqueles que almejam. Segundo Falquet (2006), a família “é com certeza, uma instituição complexa: pode se revelar como um lugar de opressão, de exploração e de violência, ao mesmo tempo em que é um refúgio contra a sociedade global racista e classista”. Nesse sentido,

Aspectos como o “modo de produção doméstica” (Christine Delphy, 1998), as “relações de sexagem” (Collette Guillaumin, 1992) e o “regime político da heterossexuali-

⁴² O PDP foi aprovado em 1987, no 5º Encontro do PT, como parte de suas Resoluções Políticas. Ver “O que foi o Projeto Democrático e Popular do PT?”. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf>

⁴³ Podemos citar os movimentos da Via Campesina, a Consulta Popular, o Levante Popular da Juventude, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, dentre outros.

dade” (Monique Witting, 2001), merecem ser mais visíveis e interrogados, sobretudo porque nos movimentos rurais, camponeses e/ou indígenas, a mobilização simbólica e material da família é uma das chaves do funcionamento, e até mesmo do sucesso do movimento (IDEM, p. 213).

Outra bandeira central para o movimento é a Ampliação dos Direitos Sociais, notadamente da Seguridade Social, que engloba a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social. O documento também reivindica

o direito e acesso à educação pública, de qualidade, libertadora, emancipatória e não sexista; voltada à realidade camponesa e de cada região; efetivada junto às trabalhadoras e trabalhadores que vivem no campo; com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular. Isso é possível, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPO-NESAS⁴⁴).

Além disso, um ponto muito discutido pelo movimento é a garantia da documentação para as mulheres, principalmente as trabalhadoras rurais. Por isso, o MMC tem uma campanha permanente chamada “Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos”, que tem como objetivo incentivar que as mulheres tenham seus documentos pessoais a fim de acessarem os direitos conquistados – pelos trabalhadores em geral e pelas trabalhadoras rurais. Uma cartilha, de 2004, que leva o mesmo nome da campanha, traz informações sobre os documentos necessários para as mulheres acessarem seus direitos. Essa cartilha - como todas que o movimento produz - é destinada aos grupos de mulheres existentes nas comunidades rurais.

Outra importante bandeira do movimento é a Participação Política das Mulheres na Sociedade. Nela estão incluídas duas reivindicações:

1 - participação, valorização e autonomia da mulher em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias; de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato, na construção de um projeto popular para o Brasil; 2- garantia de autonomia e não mercantilização do corpo das mulheres com o fim de todas as formas de violência (sexual, física, psicológica, estrutural,...), opressão, discriminação e dominação praticada contra as mulheres e a classe trabalhadora (ibidem).

⁴⁴ Idem.

Por meio dessa pauta da participação das mulheres, vemos o MMC dialogar com as bandeiras do movimento feminista contemporâneo. A esse respeito, pudemos perceber nas entrevistas que realizamos e no I Encontro Nacional do MMC, que há articulação deste com outros movimentos feministas brasileiros, tais como a Marcha Mundial das Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), as mulheres da Central Única dos Trabalhadores, dentre outros.

A partir da pesquisa documental foi possível perceber também uma peculiaridade do movimento em relação ao papel das mulheres na produção agrícola e, principalmente, no manejo das sementes. Fica evidente na cartilha *Sementes de Vida nas mãos das mulheres* que o MMC entende que estas últimas historicamente foram e devem continuar sendo as “guardiãs das sementes” e da vida em geral: “Nós, mulheres camponesas, temos a grande tarefa de manter esta relação de responsabilidade com as sementes e a geração de vida. Somos desafiadas a continuar semeando e cultivando: nossos filhos e filhas, cultivando outras espécies, bem como lutar pela preservação da natureza”.

A respeito disso, acreditamos que colocar as mulheres como “guardiãs das sementes” é problemático, visto o caráter feminista do MMC, sendo uma forma de reforçar o papel socialmente atribuído às mulheres como responsáveis pela reprodução social, tanto da vida em geral, como das sementes. Reforça a imagem da mulher como “mãe”, terna, carinhosa, acolhedora, etc, como algo natural e inato. Sabemos que a realidade não é essa, já que essas relações e papéis sociais são construídos e reproduzidos historicamente por intermédio dos costumes, da cultura e, por isso, podem e devem ser modificadas com vistas à construção de uma sociedade pautada em relações igualitárias entre os seres humanos.

No MMC, em que pese todo o esforço da luta contra as desigualdades patriarcais e, portanto, de combate à naturalização da subalternidade da mulher, há, contraditoriamente, a naturalização da relação entre a mulher e a natureza no debate ecofeminista (Cisne, 2013, p. 341). Esta vertente do feminismo tem suas raízes no essencialismo, que acredita que todas as coisas no mundo têm uma essência própria, inclusive os seres humanos. Para o essencialismo,

Todas as mulheres são A MULHER, e da mesma maneira, todos os homens são O HOMEM. Os seres humanos seriam determinados por uma essência feminina e masculina, atemporal, universal, imutável, que se personificaria e se manifestaria neles ou nelas, agindo externamente a toda determinação histórica, social, cultural. **O essencialismo se opõe a ideia de que as pessoas são construídas historicamente, culturalmente, socialmente e são o produto de relações de**

poder, de uma época, de uma sociedade, de uma categoria social, etc (FALQUET, 2011, p. 02, tradução nossa).

Assim, segundo o essencialismo, as características “naturais” das mulheres, como seu papel de mãe, por exemplo, deveriam ser cultivadas e reproduzidas. Não é demais reafirmar que todos os nossos estudos vão no sentido de se contrapor a esse viés, como discursamos no Capítulo 2, apresentando as discussões sobre o caráter social, histórico, cultural e econômico dos papéis atribuídos à mulher e às relações sociais de sexo.

O MMC promove uma Campanha Nacional de Alimentos Saudáveis há alguns anos, que tem como objetivo principal estimular a produção de alimentos livres da contaminação de agrotóxicos ou provenientes de sementes geneticamente modificadas e trabalhar a diversidade na produção. Segundo as Mulheres Camponesas:

Essa campanha visa propor uma nova forma de produção na agricultura, de relações sociais e principalmente de relação com o meio ambiente. A campanha quer tornar visível o potencial produtivo da agricultura camponesa e evidenciar o trabalho exercido pelas mulheres nesse espaço. Também se propõem a ser um espaço de diálogo com o meio urbano, principalmente no que se refere a produção e consumo de alimentos (MMC).

O movimento faz sempre críticas ao modo de produção capitalista, no que tange à produção material e a sociabilidade burguesa. Como tem caráter camponês, o MMC faz sempre a crítica contundente à forma do capitalismo se apropriar da agricultura, que tem como máxima expressão o agronegócio. A respeito deste, afirma:

O resultado deste modelo de agricultura leva as pessoas apenas a sobreviverem no campo. Nós queremos viver na roça com dignidade e não apenas sobreviver. Queremos nossas sementes crioulas e a ciência pesquisando em sintonia com a natureza. Entendemos que a ciência é importante e deve estar a serviço da humanidade e não somente ser usada para criar coisas que beneficiam apenas o lucro de alguns (MMC⁴⁵, s/d).

Nesse trecho, o MMC chama atenção para as consequências da implementação do agronegócio para a vida camponesa, que são devastadoras, como vimos no Capítulo 1. Além disso, o movimento questiona o papel atribuído a ciência na sociedade atual, de produzir conhecimento que gere lucro para as empresas capitalistas. As Mulheres Camponesas entendem que a produção de conhecimento e os recursos naturais devem estar a serviço da

⁴⁵ Cartilha “Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres”.

humanidade e não do lucro. Sabemos que essa realização só ocorrerá em outra sociedade, que não a capitalista.

Uma questão também investigada por nós, tanto na pesquisa documental como também nas entrevistas, foi a concepção das mulheres militantes do MMC acerca da condição de exploração-dominação das mulheres e das relações sociais de sexo. Interessa-nos, portanto, a leitura que o movimento tem a respeito da realidade das mulheres na sociedade atual.

Como é possível perceber nas falas das entrevistadas, o MMC faz uma análise marxista da realidade, inclusive no que diz respeito às relações sociais de gênero. Como afirma MMC2, “a sociedade que nós vivemos é patriarcal e capitalista. E ela tem reforçado a questão da propriedade das mulheres como posse dos homens”.

A situação da mulher no capitalismo passa a ser atrelada aos destinos da propriedade privada. Como esposa ela garante os filhos legítimos que vão herdar a propriedade; se a mulher é herdeira garante o aumento do capital do marido. Quando é proletária, vai garantir os operários, ou seja, mão de obra para as indústrias capitalistas. As mulheres burguesas são apenas reflexos/ esposa de seus maridos. São modificadas e adequadas conforme a necessidade de seus donos. As mulheres trabalhadoras do campo e da cidade são como animais de carga, enfrentam uma tripla jornada de trabalho penoso e difícil (MMC⁴⁶).

Essa crítica à sociedade patriarcal-capitalista é uma característica importante que o MMC compartilha com vários movimentos sociais e outras organizações da classe trabalhadora, notadamente com os movimentos feministas que têm uma perspectiva anti-capitalista e anti-patriarcal.

Nesse sentido, a problematização sobre a ideologia burguesa aparece em documentos do movimento, que afirma que a ideologia dominante impede de ver a realidade como ela é, ela “vela e encobre a realidade, naturaliza e justifica as relações desiguais na esfera econômica, política, social, cultural, de gênero, étnico-racial e com a natureza” (idem).

É fundamental entendermos que o modelo de funcionamento da sociedade capitalista não acontece de forma mecânica, mas é **garantido pelo Estado que por sua vez utiliza as instituições: escola, família, meios de comunicação, exército, igreja, repassando uma ideologia com objetivo de manter o controle sobre a sociedade.** (MMC⁴⁷).

Como afirmam Engels e Marx (1979, p.72) “as ideias da classe dominante são em

⁴⁶ Cartilha Em Defesa da Vida.

⁴⁷ Cartilha Em Defesa da Vida.

cada época as ideias dominantes”. Essa universalização da visão de mundo da classe dominante se explica não apenas pela posse dos meios ideológicos e de difusão, mas também e fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes (Iasi, 2011, p. 21).

O MMC frisa que “apesar dos avanços que as mulheres fizeram em muitos países, as diferenças entre homens e mulheres continuam servindo de fundamento para as desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais” (MMC⁴⁸). Ou seja, ao mesmo tempo em que fazem as críticas a essa sociedade, as Mulheres Camponesas reconhecem que houve avanços na conquista de direitos, fruto de sua luta histórica das mulheres, mas que ainda há muitas contradições e desafios presentes, como podemos ver nos depoimentos abaixo:

Ao longo dos anos e através de nossas lutas, fomos conquistando direitos. **Direito ao estudo, ao voto, a escolher a forma de vestimenta, a opção sexual, a construir família ou não, escolha da profissão, entre outros. Em alguns lugares o machismo, o patriarcado, o capitalismo impõe ainda certas ações e atitudes, negando as mulheres os direitos conquistados.** Nessas conquistas as relações foram mudando, as mulheres que tem possibilidade de conhecer seus direitos e fazer uso deles lutam para mudar as relações sociais de desigualdade, que ainda são muitas, existentes em nossa sociedade (MMC1).

[...] Temos avançado em algumas coisas nessa questão da igualdade. Porque **não podemos comparar, do ponto de vista de igualdade, como foram criadas nossas mães, nossas avós e nós hoje. Tem uma certa diferença que é fruto das lutas das mulheres.** Se hoje temos algumas conquistas é porque as mulheres se colocaram em luta e construíram esse novo caráter de igualdade das mulheres. Porém, nós temos percebido que ainda as mulheres são mortas pelo patriarcado, ainda as mulheres recebem menos que os homens no trabalho, são oprimidas pelo modelo de agricultura [...] (MMC5).

A gente não pode negar que houve avanços e conquistas e isso não foi de graça, foi com as mulheres na rua, mobilizadas, negociando. Mas ainda falta muito a conquistar, a avançar. Por exemplo, a questão da terra. Nós podemos até ser reconhecidas como mulheres trabalhadoras, mas ainda existe uma disparidade muito grande na questão da propriedade da terra. **De quem tem os títulos de terra no Brasil, somente 13% são mulheres.** Então ainda temos desafios muito grandes. Uma coisa é a luta que conseguimos fazer na rua e dentro das organizações, outra coisa é a **conquista de políticas públicas efetivas.** E como a gente vive numa sociedade patriarcal, é muito difícil de avançar. **Tem políticas direcionadas para as mulheres, mas ainda há uma dívida muito grande, histórica com as mulheres na questão da participação e no acesso aos seus direitos** (MMC3).

Em suma, as entrevistadas avaliam que houve avanços em relação aos direitos

⁴⁸ Idem.

femininos, mas a libertação das mulheres não é uma realidade hoje e nem vai ser na sociedade atual, caracterizada pelas militantes como “patriarcal e capitalista”. Por isto, o MMC reafirma, o tempo todo, a importância da construção de um projeto popular feminista, como expressa a palavra de ordem “Sem feminismo não há socialismo”, utilizada pelo movimento.

Uma bandeira permanente do Movimento tem sido a luta pelo fim da violência contra as mulheres, de forma que existem muitos documentos, tais como jornais, panfletos e cartilhas que tratam deste tema. Na cartilha “Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência” (2009) podemos perceber a análise do movimento sobre essa questão. Nela estão presentes reflexões a respeito das diversas expressões de violência contra a mulher na sociedade capitalista e patriarcal.

A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade [...] onde as relações pessoais e afetivas estão fundamentadas, não nos princípios dos sentimentos e do afeto, mas no princípio da propriedade, do domínio e controle da mulher. E, é isto em via de regra que “garante” o ser masculino violentar uma mulher – por ser coisa ou propriedade sua, para provar sua “macheza”, para mostrar quem manda, quem é superior... e assim por diante (MMC, 2009, p.8).

Uma questão interessante é que o MMC preocupa-se também em dar um enfoque classista no tratamento à violência de gênero, como podemos perceber nesta reflexão que segue:

Outro **elemento diferenciador** para as mulheres que sofrem violência é a sua **condição sócio- econômica, que é fator preponderante para a reação da mesma**. As estatísticas apontam as mulheres pobres como a maioria das que registram queixas em delegacias, que procuram os serviços médicos e não negam a origem das agressões; as mulheres da classe média chegam a denunciar as agressões, mas com cautela, e as mulheres ricas, em geral, não registram queixa policial, procurando solução via jurídica para resguardar as convenções sociais e o patrimônio (MMC, 2009, p. 10).

Acreditamos que é muito pertinente esta observação das especificidades na realidade da mulher trabalhadora, já que as relações sociais se dão não só a partir da dimensão sexual, mas também das dimensões de classe e raça – como desenvolvemos no capítulo 2. Não se trata de hierarquizar o fenômeno da violência de acordo com o critério sócio-econômico, como se pudéssemos mensurar as agressões e o sofrimento das mulheres de acordo com sua classe social. O que se defende, no entanto, é que a consubstancialidade das relações – de

classe, raça e sexo – complexificam a análise da questão, de forma a trazer diferentes clivagens para a compreensão da violência sexista.

Um fenômeno muito criticado pelo movimento feminista, no que se refere à questão da violência contra a mulher, é a culpabilização da mulher que sofre a agressão e a justificação da forma como o agressor agiu ao violentá-la. O MMC endossa essa problematização e afirma que:

Não há desculpas para o ato da violência contra a mulher. A bebida, o álcool, a droga é indutor, isto é, leva o agressor a colocar para fora todas as suas concepções violentas reafirmando assim o seu domínio e o seu poder sobre as mulheres, também não somos nós mulheres as culpadas por ele agir assim. **Essa culpa também é um processo construído em nossas mentes e corações através da ideologia patriarcal e essa culpa nos leva muitas vezes a justificar a violência que sofremos.** Romper com essas justificativas é a melhor forma de começarmos a enfrentar a violência e o patriarcado (IDEM).

Tendo em vista o nível de naturalização da violência em nossa sociedade, algo que deve ser feito, com o propósito de desvelamento da realidade é a discussão sobre os diversos tipos de violência contra a mulher. Nesse sentido, o Movimento se preocupa em informar sua base sobre as diferentes formas de violência sexista presentes na Lei Maria da Penha⁴⁹, quais sejam:

- 1) Violência física: toda ação que produz danos à integridade física das pessoas;
- 2) Violência psicológica: Toda ação ou omissão que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;
- 3) Violência sexual: qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada;
- 4) Violência patrimonial: Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos;
- 5) Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Estes esclarecimentos são importantes para que as mulheres reconheçam essas situações no seu cotidiano e as vejam de forma crítica. Assim, abre-se a possibilidade de que sejam tomadas atitudes que visem por fim a qualquer situação de violência vivenciada por elas. É importante dizer, que as conquistas nas relações pessoais dessas mulheres – no âmbito individual - são essenciais para seu processo de emancipação. Porém, o fim da violência contra a mulher só será possível com a extinção da ordem patriarcal, ou seja, com uma

⁴⁹ Artigo 7º da [LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006](#).

mudança das relações sociais, em nível estrutural na sociedade, pois nessa ordem societária, ocorre que

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas (*mulheres, crianças e adolescentes*), recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001, p. 01).

A cartilha traz também informações sobre os direitos das mulheres no que tange a questão do enfrentamento à violência, principalmente em relação ao conteúdo da Lei Maria da Penha, defendida como uma conquista das mulheres. Percebe-se, de forma geral, que o MMC tem uma postura de apoiar as políticas públicas existentes e divulgá-las para a sua base social. No entanto, é importante verificar que esta defesa não exclui seu caráter combativo, de criticar os ataques e sempre reivindicar mais direitos das mulheres junto ao Estado ou até mesmo outra concepção de sociedade no seu aspecto mais geral.

Outro ponto a ser destacado a respeito da concepção que o MMC possui sobre a situação de exploração-opressão das mulheres na sociedade atual é a questão da mercantilização do corpo e da vida das mulheres – tema muito discutido pelo movimento feminista contemporâneo.

A expressão “nosso corpo nos pertence” tem sido uma das bandeiras centrais do movimento feminista desde os anos 1970. Ela expressa a vontade de autonomia das mulheres, de ter desejos e exercê-los sem o controle dos homens de sua família, do Estado ou das instituições religiosas. Ela recobre o questionamento à imposição de padrões de beleza, de normas na sexualidade e na reprodução (NOBRE, 2005, p. 07).

O MMC problematiza o fato de a sociedade burguesa transformar tudo em mercadoria, inclusive o corpo e a vida das mulheres, afirmando que

há uma articulação entre o sistema capitalista e patriarcal e a exploração do corpo das mulheres, que forma um conjunto de motivações que as impede de serem plenamente livres onde, ao mesmo tempo em que forja um discurso de modernidade

e liberdade, mantém um conservadorismo e outras formas de colonialismo sobre as ações a vida das mulheres” (MMC, 2009, p. 16).

Nesse sentido de análise, as Mulheres Camponesas fazem a crítica à imposição de um padrão de beleza cruel às mulheres, propagado principalmente pelos meios de comunicação de massa, através dos quais é construído o ideal da “mulher perfeita”, detentora de um “corpo perfeito” que alimenta a “indústria da beleza” e, muitas vezes, se dá em detrimento da própria saúde da mulher, tanto física como mental. Com isso, as mulheres “comuns”, que se encontram fora deste “padrão”, têm sua auto-estima abalada, sendo marginalizadas socialmente.

Além disso, a cartilha do MMC fala de outras formas de apropriação do corpo da mulher pelo capitalismo, como a prostituição: “a globalização tem sido fator determinante na decolagem da prostituição e tráfico de mulheres, que atualmente gera muito dinheiro e tem se tornado a quarta maior fonte de lucro do mundo” (MMC, 2009, p. 18). Segundo Legardinier, a análise feminista considera a prostituição a situação mais extrema na relação de poder entre as categorias de sexo. Transformadas em objeto e então sujeitas à violência, as mulheres são coisificadas em prol da sexualidade irresponsável dos homens (2009, p.198).

Podemos perceber que o MMC possui bandeiras e reivindicações em vários níveis de debate e compreensão política. Algumas discussões feitas pelo movimento fazem parte de lutas mais corporativas e imediatas, como é o caso da Campanha pela Documentação das Mulheres, por exemplo. Também existem debates de caráter socialista, de busca pela construção de novos valores e práticas, visando um horizonte longínquo de transformação da sociedade, como é o caso das pautas do Projeto Popular para o Brasil e da luta feminista.

Acreditamos que estes níveis diferentes da luta política são essenciais para a construção de uma sociedade emancipada. Nesse sentido, nos lembramos da discussão marxiana sobre a emancipação política e a emancipação humana. Segundo Montañó e Duriguetto (2011), para Marx, a emancipação política remete ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma "liberdade", uma "igualdade" formais dos cidadãos (p.131) no âmbito da sociedade capitalista. Já a emancipação humana exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, recorrendo à necessária superação da ordem do capital para o comunismo (idem). Em suma, a emancipação política é um momento importante para a conquista da emancipação humana, mas não corresponde a ela, nem é garantia de sua conquista. As lutas empreendidas pelos movimentos sociais, portanto, devem

se voltar para estes dois níveis de discussão e prática política, de forma complementar e dialética, não linear.

Considerando o MMC um movimento feminista auto-organizado, interessa-nos saber mais sobre a questão da auto-organização das mulheres, suas motivações e seus propósitos. Enfim, queremos buscar apreender qual a importância deste instrumento de organização para a luta das mulheres da classe trabalhadora.

3.3 - Auto-organização das mulheres no MMC: uma metodologia indispensável à construção da luta feminista:

Como é de nosso interesse, compreender não só a auto-organização das mulheres no MMC, mas também a interlocução e contribuição do movimento nos processos organizativos das mulheres também na Via Campesina, achamos importante resgatar aqui o histórico, bem como alguns elementos políticos da participação das mulheres e da discussão de gênero neste movimento camponês internacional.

O papel das mulheres é apontado, por Vieira (2011), como um dos desafios políticos internos da Via Campesina. A autora afirma que, ao consolidar o movimento internacional, a questão do papel das mulheres e da igualdade de gênero apareceu rápida e espontaneamente. Assim, logo após a Conferência de Tlaxcala, em 1996, as mulheres do movimento começaram a se organizar de forma autônoma e a promover seus fóruns de discussão.

Desde a Conferência de Bangalore, esse se tornou um tema de debate e vem sendo amadurecido no movimento. Já ocorreram três Assembleias Internacionais das Mulheres da Via, em 2000, 2004 e 2008⁵⁰, que antecederam as Conferências Internacionais. Em outubro de 2006, foi realizado também, em Santiago de Compostela (Espanha), o Congresso Mundial de Mulheres da Via Campesina.

Segundo Vieira (2011), em todos esses eventos, o papel da mulher no campo na defesa da vida e dos modos de vida camponeses é ressaltado. Ao mesmo tempo, a violência contra a mulher e a desigualdade de gênero são denunciadas. Os debates também visam contribuir para que essa questão seja incorporada nas práticas no interior da Via Campesina. Os principais avanços conquistados nesse sentido foram a conquista da paridade de gênero nas instâncias representativas e a inclusão do tema das mulheres entre uma das Comissões Temáticas. A

⁵⁰ Na III Assembleia Internacional das Mulheres da Via Campesina foi proposta a realização da Campanha Mundial Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

preocupação com a participação das mulheres na luta camponesa é ressaltada em documento da Via:

As mulheres têm um papel fundamental no trabalho da Via Campesina. Segundo a FAO, as mulheres produzem 70% dos alimentos mundiais, mas estão marginalizadas e oprimidas pelo neoliberalismo e o patriarcado. O movimento defende os direitos das mulheres e a igualdade de gênero em todos os níveis, além da luta contra todas as formas de violência contra as mulheres (VIA CAMPESINA, 2011, tradução nossa).

No Brasil, a Via Campesina tem mobilizado as mulheres camponesas principalmente em torno das atividades do Dia Internacional da Mulher. Segundo Esmeraldo (2008), a estratégia formulada por essas mulheres busca dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política para dentro e para fora de seus movimentos e afirmar novas formas de fazer política, não mais nos moldes da repetição, da cópia, nem da identidade unitária da classe trabalhadora. Assim, essas ações tem sido uma demonstração de ousadia das mulheres e de tentativa de construção de um campo político calcado em novos valores e novas práticas, comprometidos com uma sociedade igualitária em termos de classe, raça e gênero.

Por meio de uma pesquisa realizada na página eletrônica do MST⁵¹, é possível encontrar registros de ações nacionais das mulheres da Via Campesina, em torno do Dia Internacional da Mulher, desde o início dos anos 2000. De forma geral, os eventos e as mobilizações das mulheres camponesas têm visado o enfrentamento ao modelo capitalista - que tem o agronegócio como sua principal expressão no campo - e tem afirmado, em contraposição, a importância da agricultura familiar, como um projeto alternativo de produção de alimentos, capaz de preservar a biodiversidade e propiciar a soberania alimentar. Além disso, têm sido pautadas também reivindicações mais específicas das mulheres, como a luta contra a violência sexista. Com este intuito, têm sido realizados espaços auto-organizados de formação política sobre diversos temas; marchas nas principais cidades do país; bem como ocupações de prédios públicos e empresas do agronegócio.

Algumas ações realizadas pelas mulheres da Via Campesina ganham destaque pela sua radicalidade, como a do ano de 2006, quando construíram a Marcha Nacional das Mulheres nas ruas da cidade de Porto Alegre, numa ação paralela à II Conferência Internacional sobre

⁵¹ Pesquisa realizada em 2010, em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, na página www.mst.org.br.

Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural organizada pela FAO⁵². Daremos um destaque especial a essa ação, que será analisada mais adiante no ponto sobre a atuação do MMC na Via Campesina.

Nas ações do Dia Internacional das Mulheres, as militantes da Via Campesina têm buscado indicar também a necessidade da construção de um projeto alternativo de sociedade, “livre de critérios produtivistas e da cega lógica capitalista que torna impossíveis condições igualitárias para homens e mulheres” (VIA CAMPESINA, 2008). Ademais, fizeram uma crítica à forma como o capitalismo tem se utilizado dessa data para estimular o consumo: “Ao longo dos anos, o 08 de março foi se tornando um dia de valorização do fútil, da beleza, do comércio, da confraternização. Porém cultivamos o princípio de sua criação como um momento em que as mulheres vão às ruas para se manifestar, fazer suas reivindicações” (idem). Fica claro que, para estas mulheres, o 08 de março é visto como um dia de luta das mulheres trabalhadoras.

As ações de 2010 foram comemorativas do centenário do Dia Internacional das Mulheres. Na carta da Via Campesina, publicada nessa data, um ponto de reivindicação importante é o fim da violência contra as mulheres:

Por um mundo sem violência contra as mulheres - nossa luta também é pelo fim de toda forma de violência cometida contra as mulheres. A violência está alicerçada no machismo, no modelo de sociedade patriarcal e capitalista, que nos coloca como mercadorias e objetos, e outras formas de mercantilização do nosso corpo, além da exploração da nossa força de trabalho não remunerada. Temos o direito de decidir sobre os rumos de nossas vidas e de nossa sexualidade. A violência contra a mulher precisa acabar no nosso país e devemos construir uma sociedade onde todos e todas tenham o direito de viver com dignidade. E para isso, convocamos todo o povo brasileiro a ir à luta, e a nos unir para construir um novo projeto de desenvolvimento, que beneficie o povo brasileiro e que seja alicerçado por novos valores e novas relações sociais (VIA CAMPESINA, 2010).

Vale destacar como a articulação política das mulheres na Via Campesina, além da relação com outros movimentos feministas, tem contribuído para o protagonismo e para a formação política das mulheres. Acredita-se que esta auto-organização das mulheres seja o primeiro passo para fortalecê-las na luta contra o capitalismo e o patriarcado.

A auto-organização tem sido uma metodologia historicamente utilizada pelas mulheres, não só da classe trabalhadora, mas também pelas mulheres da burguesia, materializando-

⁵² A FAO, criada em 1945, é a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, da qual a Via Campesina participa.

se em espaços coletivos de discussão e proposição exclusivamente femininos. Nas organizações de esquerda, muitos têm sido os embates quando se trata deste assunto, já que grande parte dos revolucionários acreditava/acredita que os processos auto-organizativos dividem a classe trabalhadora. E, mais ainda, alguns atestavam/atestam que o próprio feminismo opera um enfraquecimento no interior das organizações da classe trabalhadora.

A perspectiva que defendemos, porém, é a de que o feminismo - tal como a auto-organização das mulheres - são essenciais para o amadurecimento político das organizações revolucionárias, em sua busca pela construção da igualdade entre os sexos desde já. Os elementos para essa análise estão na própria realidade, visto que as relações de classe apenas não são suficientes para expressar a complexidade das relações sociais que se estabelecem na sociedade contemporânea. Temos que levar em consideração as relações sociais de gênero, “raça” e classe, de forma consubstancial e coextensiva, como trabalhamos no Capítulo 2.

Dessa forma, podemos afirmar que o feminismo não divide a classe, mas sim, buscar abarcar as diferentes dimensões de opressão/exploração que estão imbricadas na prática social, o que se traduz em sua forma organizativa (auto-organização). Pensamos que quanto mais elementos tivermos na análise da realidade social, maior será a possibilidade de transformá-la.

Além da necessidade de pautar as demandas específicas das mulheres, a nosso ver, a auto-organização das mulheres da Via Campesina se faz necessária por três contradições principais, que estão intrinsecamente relacionadas: as relações de gênero na agricultura familiar, a divisão sexual da política nos movimentos sociais e a violação dos direitos das mulheres camponesas - que vai desde a violência doméstica ao déficit de políticas estatais que proporcionarem uma vida digna para estas mulheres.

Como vimos, a Via campesina e os movimentos sociais que a compõem buscam fazer um enfrentamento ao modo de produção capitalista e fazem críticas contundentes ao agronegócio. Em contrapartida, são tecidas propostas de construção de um modelo de produção familiar e agroecológico. No último período, a agricultura familiar tem sido um assunto de bastante destaque para o movimento sindical, pesquisadores, governo e organismos internacionais relacionados à questão. Ela aparece como base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural, capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais (Nobre, 2005). O objetivo, na maioria das vezes, é pensar formas de torná-la mais eficiente e com maior capacidade de resistência ao mercado cada vez

mais concentrado.

Porém, poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do chefe da família. Assim, o trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos são negligenciados, como se os interesses do pai incluíssem os de todos. Nesse sentido, Nobre (2005) nos coloca uma indagação pertinente: “A ideia de um pai que decide pela vida de todos parece uma coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Por que então é aceita sem questionamentos para as famílias de trabalhadoras rurais?”.

Acreditamos que a naturalização da Divisão Sexual do Trabalho impede que essa se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Ainda hoje parte-se do pressuposto de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. Nos estudos brasileiros sobre campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado.

Concordamos com Falquet (2006) quando afirma que a pequena produção familiar é um modelo que se mostra eficaz e corresponde aos hábitos dos camponeses, porém, ele se apoia na exploração do trabalho “gratuito” e invisível das esposas, das crianças e de outros parentes dos “chefes de família”. Podemos constatar essa presença de contradições no seio da agricultura camponesa a partir um exemplo concreto:

Beatriz Heredia e outros (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, **apontam a relação entre roçado e casa como definidora das áreas de trabalho e não-trabalho**. No roçado são produzidos vários alimentos, considerados fundamentais à sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são consideradas trabalho. O pai encarna essas atividades, logo, é trabalho dele. **Mesmo que os filhos e as esposas desempenhem tarefas do roçado, essas são consideradas “ajuda”**. Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para a casa e as mulheres geralmente não participam da comercialização de produtos (NOBRE, 2005).

Uma questão a ser problematizada também é a divisão sexual da política, presente em organizações políticas em geral, tais como sindicatos, partidos e movimentos sociais. Nesses espaços, vemos que a maior parte das direções e lideranças são homens, enquanto isso é mais raro para as mulheres. Isso ocorre por diversos motivos, tais como a dificuldade das mulheres em falar em público; o controle exercido sobre a vida das mulheres por intermédio de seus

maridos, irmãos, pais, etc; falta de tempo livre para o estudo e a militância, devido à sobrecarga de trabalho, sobretudo o trabalho doméstico e de cuidados; dentre outros.

Além disso, comumente, quando envolvidas na militância, as mulheres tendem a cumprir tarefas dentro da organização que são vistas como um prolongamento das suas atribuições “naturais”, ligadas à educação e aos cuidados. Em pesquisa por nós realizada sobre o MST⁵³, foi possível perceber que as mulheres estão mais inseridas em setores⁵⁴ como o de Educação, Gênero e Saúde, enquanto os homens estão em sua maioria nos setores de Produção e Frente de Massas, que tem maior visibilidade dentro da organização. Quando existe uma hierarquia entre as tarefas, as consideradas secundárias, na maioria das vezes, ficam com as mulheres e as consideradas “mais importantes” são assumidas pelos homens. Isto é muito problemático, visto que se as imagens/ representações de homens e mulheres

que atravessam a cultura de uma sociedade são também imagens de poder, a construção da problemática das relações de gênero remete necessariamente a inversão dessas imagens, às formas de confrontação. Assim, quando a participação das mulheres é atribuída a um prolongamento de sua atividade reprodutiva ou simplesmente não é questionada, a continuidade ou invisibilidade também são imagens que colocam as mulheres nos seus lugares” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 184).

Em suma, a Divisão Sexual do Trabalho existente na sociedade é reverberada também nas organizações políticas em geral, inclusive nas revolucionárias. Dessa forma, acabamos por encontrar a existência de poucas políticas afirmativas e de formação para as mulheres poderem se apropriar dos espaços de direção e formulação da política, muitas vezes sendo relegadas as tarefas de organizar espaços para as reuniões, se responsabilizarem por garantir a alimentação, creches e pensar a política relacionada às mulheres. É raro ver uma real transversalidade entre a discussão política-econômica e a discussão política-feminista nas organizações.

Daí a necessidade da organização feminista, das próprias mulheres pautarem a igualdade dentro e fora das organizações da classe trabalhadora, realizando uma luta unitária: contra o capitalismo e contra o patriarcado. Temos claro que a transformação social, rumo ao socialismo, crucial para a emancipação das mulheres, é tarefa de homens e mulheres. Se gênero é relacional, a transformação das relações de gênero também precisa do esforço de ambos. Po-

⁵³ Trabalho de Conclusão de Curso: "Questão de Gênero e Organização das Mulheres da Classe Trabalhadora no Capitalismo: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ".

⁵⁴ Parte da organicidade do MST consiste na organização em setores, que têm o papel de propor e executar atividades, tendo como norte as deliberações feitas nas instancias organizativas do MST.

rém, as protagonistas dos processos de estudos, debates e de questionamento acerca do patriarcado sempre foram as mulheres, afinal, como afirmou Freire (1987), “quem melhor que os oprimidos para entender a necessidade de libertação? Libertação que não chegará pelo acaso, mas pela práxis, de sua busca: pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”. Assim, a luta feminista não pode ser realizada senão, centralmente, pelas mulheres, na condição de ser o sujeito estruturalmente mais explorado e oprimido pelo sistema patriarcal-capitalista.

A formação política a respeito da divisão sexual do trabalho, das relações de gênero no capitalismo e da relação entre socialismo e feminismo, dentre outros temas, é essencial para qualificar essa participação política das mulheres. Certamente, com maior aprofundamento e compreensão dessas discussões, a participação se tornará cada vez mais qualificada.

A realização das ações das mulheres da Via Campesina, nos meses de março, tem fortalecido a auto-organização e o protagonismo das mulheres camponesas. Esses espaços têm sido de agitação, propaganda, formação política, convivência e troca de vivências entre as mulheres. Acredita-se que as ações realizadas em âmbito nacional, principalmente nos anos 2000, têm contribuído para incentivar a participação das mulheres, seu envolvimento com o movimento ao qual pertencem, suas reflexões sobre a realidade de opressão e exploração vivida.

A partir de uma pesquisa exploratória realizada por nós, pudemos constatar que, atualmente, os movimentos sociais da Via Campesina Brasil que tem um trabalho voltado para as mulheres são o MST, o MAB e o MMC. Cada um tem sua trajetória peculiar e especificidades no trato com o feminismo, o que torna delicado realizarmos comparações entre eles nesse sentido. O que podemos afirmar a princípio é que estes três movimentos, cada um a sua maneira, tem participado e contribuído na articulação das mulheres da Via Campesina, que tem como maior expressão as atividades anuais do Dia Internacional de Luta das Mulheres, no 08 de março.

Sobre a questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) alguns pontos devem ser destacados. Segundo Silva (2010), desde seu nascimento, em 1984, ocorreu uma expressiva participação de mulheres no processo de organização e consolidação do movimento. Entretanto, ao mesmo tempo, começou a haver uma percepção de que a situação da mulher era de subordinação ao homem e que havia relações desiguais de gênero entre os sem-terra, que precisavam ser modificadas.

Num processo importante, os debates sobre feminismo e as lutas das mulheres foram cada vez se intensificando mais, porém, não sem resistências dentro da organização. O debate de gênero foi sendo incorporado de tal forma que, em 2000, foi deliberada a criação do Setor Nacional de Gênero do MST. Este tem propiciado muitos avanços na participação política das mulheres e no debate de gênero. Contudo, ainda existem muitos desafios políticos a serem enfrentados no interior do movimento, como a divisão sexual da política, mencionada anteriormente.

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), criado em 1991, tem se preocupado também com a questão da participação política das mulheres mais recentemente. Após 20 anos de existência do movimento, ocorreu o 1º Encontro Nacional das Mulheres do MAB, em Brasília-DF, que foi um importante passo para a organização e fortalecimento político das mulheres no movimento.

As mulheres do MAB têm buscado, no último período, denunciar as formas da sociedade atual – que é “capitalista, imperialista e patriarcal” (MAB, 2011⁵⁵) – e do atual modelo energético de “violação dos direitos humanos das populações atingidas pela construção de barragens, que afeta a vida das mulheres” (idem). De acordo com um documento do movimento⁵⁶, alguns dos pontos desta denúncia dizem respeito: ao não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo realizado pelas mulheres; a ausência de mulheres em espaços deliberativos; a ausência de serviços básicos que inviabilizam mobilização e a participação das atingidas; o agravamento da violência sexual e da prostituição, dentre outros. Como resposta a esse quadro, as mulheres na ocasião do 1º Encontro Nacional lançaram algumas propostas políticas:

- Organizar todas as trabalhadoras (es), sobretudo, aquelas (es) que são atingidas (os) por barragens e por grandes obras de infra-estrutura;
- Seguir avançando nos espaços de formação para que através do estudo possamos compreender o atual modelo energético e construir as formas de combatê-lo;
- Estimular o protagonismo das mulheres, criando as condições para sua efetiva participação em todos os espaços de decisão política e do processo de organização e luta;
- Construir a unidade da classe trabalhadora, a partir da articulação com as demais organizações, especialmente com as categorias e organizações de mulheres, dos eletricitários, dos petroleiros, dos trabalhadores da construção civil, com a Via

⁵⁵ Carta Final do 1º Encontro Nacional das Mulheres do MAB. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acessado em agosto de 2013.

⁵⁶ Idem.

Campesina, com a Assembleia Popular e com os demais povos da América Latina.

- Por fim, nos comprometemos cada vez mais a fazer do Movimento dos Atingidos por Barragens, uma organização bonita, forte, com a participação das mulheres como protagonistas, dos homens, dos jovens e das crianças, fortalecendo a unidade nacional, fazendo a luta por nossos direitos e pela construção de um projeto energético popular (MAB, 2011).

Como pôde ser visto, várias deliberações do movimento vão no sentido de fortalecer o protagonismo e a participação política das mulheres. Como expressão disso, temos visto que a palavra de ordem histórica do movimento - “Água e Energia não são Mercadorias” - foi substituída por “Mulher, Água e energia não são mercadorias”. Aí fica clara a importância da pauta feminista para o movimento e a sua crítica à mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

Dentre os movimentos da Via Campesina, no entanto, o que mais nos chama atenção é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - único movimento auto-organizado deste campo político -, pela sua contribuição no processo de politização e organização das mulheres camponesas em geral. Reafirmamos que, por isso, este é objeto principal de nossa pesquisa.

Ademais, como destacou MMC5, antes do surgimento do MMC não havia nenhum movimento de mulheres feminista e camponês no Brasil de caráter nacional. Logo, ele surge para responder às demandas reais das mulheres, com caráter diferenciado em meio aos outros movimentos sociais existentes, inclusive no seio da Via Campesina. Isso representa um avanço na consciência das mulheres calcado no processo de construção destas como sujeitos coletivos:

[...] a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela **construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade**. É desse processo que a análise de participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora” (SOUZA-LOBO, 2005, p.178).

A consciência feminista é algo muito caro a um movimento social como o MMC, que tem como perspectiva a construção de uma nova ordem societária. Cisne (2013) sistematiza alguns elementos que considera fundamentais para a formação da consciência militante

feminista. São eles: (1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (2) o sair de casa; (3) a identificação na outra da sua condição de mulher; (4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento.

Indagadas sobre o porquê do caráter auto-organizado do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), as militantes entrevistadas trouxeram vários argumentos. O principal deles foi a necessidade de lutar pelas demandas específicas das mulheres, motivo primeiro pelo qual foi criado o Movimento:

Viu-se a necessidade da construção do movimento, primeiro, **para ter um espaço específico de formação, de auto-organização e de discussão da pauta das próprias mulheres**. Nós definimos o MMC enquanto movimento feminista, mas que compõe a classe trabalhadora. É um movimento que tem um compromisso com a transformação da sociedade, que é capitalista, patriarcal, machista. Então, se a gente sonha com um mundo mais justo, como o socialismo, isso tem que estar dentro do processo. **Não dá para gente ganhar primeiro o poder e depois discutir as questões das mulheres**. Esse debate tem que ir fluindo, no processo da caminhada da transformação da luta de classes (MMC 3).

Além disso, como podemos perceber na trajetória histórica do MMC, em sua origem, havia a presença de muitas mulheres que já tinham militância em outras organizações políticas, como sindicatos de trabalhadores(as) rurais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). De acordo com MMC 3, essas organizações não tinham as discussões das mulheres como prioridade; ou, ainda, eram espaços em que as mulheres queriam participar mas não conseguiam, pela resistência dos militantes homens. A auto-organização das mulheres é, então, uma estratégia para fortalecê-las com vistas a sua participação nos espaços políticos mistos – de homens e mulheres – e, mais do que isso, para que elas possam colocar suas pautas de reivindicação na ordem do dia.

Nas entrevistas, apresentou-se também a afirmação de que “as mulheres devem ser protagonistas na luta por seus direitos”. Esse tom também é dado no histórico do MMC, presente em sua página eletrônica⁵⁷: “Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”. Nesse sentido, uma das militantes entrevistadas afirmou que

⁵⁷ <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>

Só as mulheres organizadas podem lutar por seus direitos, dificilmente os direitos que precisamos virão de graça, como oferta ou doação, ou de algum homem. E só organizadas em grupos (movimento social popular) de mulheres conseguimos fazer nossas reivindicações e fazer nossas vozes serem ouvidas (MMC1).

Uma asserção presente nas entrevistas foi a de que “a auto-organização é um acúmulo histórico do movimento das mulheres trabalhadoras”. Esse caráter é realmente muito relevante, visto que as mulheres da classe trabalhadora têm lutado por seus direitos e buscado se organizar autonomamente ao longo da história, seja em momentos revolucionários, seja na sociedade em geral e/ou no interior de organizações e partidos de esquerda. Sobre isso, há que se problematizar que

As conjunturas históricas em que surge a questão dos direitos das mulheres ou da igualdade entre os sexos são marcadas pelos projetos de transformação social e política ou pelas grandes utopias revolucionárias (Perrot, 1979). Ao mesmo tempo, as mulheres desaparecem quando a ordem volta a reinar e a sociedade se disciplina (SOUZA-LOBO, 1991, p. 181).

Outro elemento importante, apontado nas entrevistas, foi o fato de que “as mulheres tem mais liberdade para falar sobre suas questões nos espaços autônomos do que nos espaços mistos” (MMC4). Ou seja, com a presença dos homens nos ambientes, as mulheres podem se sentir inibidas, tendo assim dificuldade para se expressarem publicamente. Sabemos que, para a luta feminista, os homens não são inimigos e também podem e devem se somar nessa luta. Contudo,

na medida em que o opressor jamais libertará o oprimido e pode-se dizer também, que o opressor, de maneira geral, resiste à libertação do oprimido, é preciso que se tenha uma estratégia que viabilize um processo de libertação aonde os oprimidos vão tomando consciência de sua posição e vão acumulando forças o suficiente para não mais permitir a opressão por parte do opressor (BARBOSA, 2011).

Outrossim, em um espaço com a presença exclusiva de mulheres, existe uma abertura maior para se conversar sobre situações de vida que outras mulheres também podem estar vivenciando. Nesse sentido, a auto-organização possibilita construir a solidariedade ao reconhecer a opressão e perceber com clareza os danos que ela causa às mulheres, individual e coletivamente. Permite, ainda, o fortalecimento das mulheres para que possam se colocar em posição de igualdade com os homens no dia-a-dia da luta revolucionária (idem).

Um traço importante que revelou-se na pesquisa foi o da auto-organização das

mulheres como forma de realização do trabalho de base no MMC:

Para o MMC **o trabalho de base é o conjunto das ações organizadas pelas mulheres e pelo povo: reuniões, estudo, visitas, lutas, contatos pessoais, divulgação da luta pela vida, mutirões, atos de resistência e enfrentamento...** Essas ações possibilitam conhecer e entender a realidade para, a partir dos problemas vividos localmente, buscar, na prática-teoria uma nova prática social. [...] Fazer trabalho de base é seguramente encontrar o farol que conduzirá às grandes mudanças, tanto das relações de gênero, de raça, etnia..., bem como, a mudança da estrutura social capitalista e patriarcal. **À medida que se avança na capacidade de fazer trabalho de base, mais mulheres camponesas vão encontrando o rumo da libertação**, deixando de ser objeto dos homens e do capitalismo, realizando-se como sujeitos sociais constituídos de dignidade. Assim, o Movimento cresce e a luta da classe trabalhadora se fortalece! O trabalho de base é o alicerce do MMC (MMC, 2007)⁵⁸.

Pode-se perceber que um espaço privilegiado de trabalho de base tem sido os grupos de mulheres – ou grupos de base - existentes nas comunidades rurais. Eles se constituem como espaço de formação política e são fundamentais para a organicidade do Movimento, porque são neles que as mulheres realizam diversas atividades e se reconhecem como militantes e sujeitos de uma mesma luta. Como afirma Peloso

Trabalho de base é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em determinado território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra a opressão. A finalidade prioritária do trabalho de base é: a) responder às necessidades concretas de uma categoria profissional ou setor da sociedade; b) produzir quadros militantes para dirigir politicamente a luta econômica e política de transformar, pela raiz, as estruturas da sociedade capitalista (PELOSO, 2012, p.68).

Segundo Paludo (2009, p.119), não raras vezes um grupo de mulheres do MMC é visto como instância de subversão, porque justamente ali são discutidas as situações de opressão patriarcal e machista do cotidiano. O grupo é um espaço em que as mulheres aprendem a fazer o enfrentamento, como afirma o Movimento.

É preciso entender que as **formas de enfrentamento e luta**, a partir da ótica do MMC, são diversas e **se materializam em mobilizações e enfrentamentos massivos, mas também em ações de resistência e enfrentamentos cotidianos**. Nesse último caso, trata-se de uma árdua luta dentro do espaço produtivo e reprodutivo, com as pessoas com as quais se convive. Trava-se uma luta permanente por visibilidade, consideração pessoal e do trabalho realizado, e por espaços de poder, de decisão, de autonomia (PALUDO, 2009. p. 120).

⁵⁸ Folder “Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir as bases para a libertação”.

Visto que é persistente na história das lutas sociais a resistência em incorporar às reivindicações das mulheres por parte dos movimentos revolucionários, torna-se essencial e necessária a auto-organização dessas, visando seu fortalecimento político para a conquista da igualdade substantiva que o movimento feminista e socialista tanto almeja.

3.4 – Atuação do MCC na Via Campesina:

Uma das questões principais levantadas em nossa pesquisa é sobre a participação do MMC na Via Campesina e sua contribuição para organização das mulheres deste campo político, que possui diversos movimentos sociais em seu interior.

Como já mencionado, desde a década de 1990, alguns dos movimentos de mulheres regionais que hoje compõem o MMC nacional, notadamente a AIMTR-Sul, participam da CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. E com a incorporação da CLOC pela Via Campesina⁵⁹, o MMC, desde sua gênese, vem integrando esta articulação internacional.

A respeito da participação na Via Campesina, as militantes do MMC entrevistadas responderam que ela se dá através da integração do movimento como membro da Via Campesina, da participação em lutas conjuntas, campanhas e reuniões em nível estadual e nacional. As mulheres responderam que uma das maiores contribuições políticas nesse sentido tem sido a discussão da produção de alimentos saudáveis que, segundo MMC2, era uma discussão feita há anos no MMC antes de ser incorporado como bandeira da Via Campesina.

Há algum tempo o movimento de mulheres camponesas tem pautado a questão da soberania alimentar e de um projeto para a agricultura. As mulheres sempre fizeram isso, desde sempre, organizadas ou não, elas têm trabalhado essa questão da agricultura camponesa, da biodiversidade, do cuidado com as plantas, com as ervas, plantas medicinais, enfim... Um certo período nós do movimento pautamos essa questão da agricultura camponesa e não se tinha um certo respeito em relação a isso. E hoje se tu vai olhar é um dos pontos principais e fundamentais que a Via Campesina internacional e do Brasil também tem pautado (MMC5).

A maior expressão da centralidade dada pelo movimento campesino à questão da

⁵⁹ Na América Latina, houve uma fusão entre a CLOC e a Via Campesina, de forma que a CLOC é a forma de organização da Via no continente.

produção de alimentos saudáveis é a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida, encampada pela Via Campesina e outras organizações da sociedade civil brasileira e lançada em 2011. Ela tem como principais objetivos:

- 1- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando assim todos os seus efeitos degradantes à saúde, ao meio ambiente, etc;
- 2- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos;
- 3- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada;
- 4- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
- 5- Explicitar a necessidade e o potencial que o Brasil tem de produzir alimentos diversificados e saudáveis para todos, em pleno convívio com o meio ambiente com base em princípios agroecológicos (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2011).

Por meio dessa campanha, podemos perceber como os movimentos sociais do campo tem se articulado contra o modelo de agricultura vigente e suas formas de produzir, explorar o meio ambiente e causar danos à saúde do povo brasileiro. Além de contribuir no processo de educação popular, a campanha também tem exigido medidas junto ao poder público, como por exemplo, que a “Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – faça reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público” (idem).

Ademais, o MMC contribui significativamente para a formação de consciência feminista junto às mulheres da Via Campesina, associada a organização para as lutas de enfrentamento e “garantia de espaço e de reivindicações das mulheres camponesas, seja do MMC ou de outros movimentos sociais, dentro da Via” (MMC1). O que fica latente, porém, é que todos esses processos não se deram, no passado – e nem se dão, no presente - sem a luta das Mulheres Camponesas e sem resistências dentro da Via Campesina ao debate feminista.

O MMC compõe a Via Campesina antes de o movimento surgir, com a ANMTR. **O debate da luta feminista, conquista de direitos, participação das mulheres, só conseguiu ser levado na Via através da gente.** É lógico que ainda existe um machismo muito grande nas organizações e muitos dirigentes são homens. É um desafio muito grande ainda para as organizações levar essa discussão. E nada é de graça, só com muita discussão para mostrar e convencer da importância da participação das mulheres e da luta das mulheres. Foi meio que na marra que a gente foi se colocando e fazendo ser respeitadas internamente na Via. Não foi muito fácil (MMC3).

Eu acho que o fato de nós existirmos (MMC) já é uma coisa que desafia a todos, acaba forçando a todos a ter uma organização com as mulheres. [...] Com certeza o fato de o movimento existir ajuda todas as mulheres a avançar na Via Campesina, não só a nível nacional, mas também internacional [...] (MMC2).

Endossamos esse pensamento, pois acreditamos que a própria existência do MMC questiona o machismo dentro das organizações campestinas, instiga reflexões a respeito do feminismo, incentiva e reforça a necessidade da auto-organização das mulheres dos movimentos da Via Campesina.

Dentro da Via, o movimento tem conseguido pautar questões das mulheres. Não é fácil pautar essas questões dentro da Via Campesina porque somos o único movimento autônomo e os outros são todos movimentos mistos. Mas se tem trabalhado bastante. E as mulheres dos outros movimentos têm, de certa forma, abraçado a luta conjunta das mulheres. Penso que o movimento tem esse mérito de conseguir juntar essas mulheres da Via para fazer as lutas no 08 de março, acho essa uma importante conquista das mulheres e que foi a partir do impulso do MMC (MMC5).

Com a **construção do movimento autônomo dá um incentivo para que as mulheres nas organizações mistas comecem a fazer debates** sobre gênero, violência doméstica, seguridade social... Vários debates que eram muito próprios do MCC. Outra coisa é o feminismo que pautamos dentro da Via, isso é um diferencial, que faz as mulheres da Via se fortalecerem como mulheres, como dirigentes para atuarem dentro de seus movimentos (MMC3).

Como temos afirmado, um importante momento de articulação das mulheres da Via Campesina têm sido as atividades de 08 de março, realizadas anualmente. Uma em especial ficou marcada, pela sua radicalidade e pela sua repercussão política. O fato ficou conhecido como a “Ação da Aracruz Celulose”, ocorrido na Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, no ano de 2006.

A data coincidiu com a 2ª Conferência Internacional da FAO, que estava acontecendo de 07 a 10 de março, em Porto Alegre. Por isso, analisando a conjuntura, as mulheres acreditaram que seria uma “ocasião propícia para denunciar a exploração das empresas transnacionais da celulose, assim como denunciar que a Reforma Agrária andou a passos muito lentos, quase estagnados” (Paludo, 2009, p.153) naquele governo. Os vultosos investimentos em créditos e infra-estrutura anunciados para as transnacionais do agronegócio e em contrapartida, os poucos recursos destinados ao PRONAF⁶⁰, eram movimentos de indignação para os movimentos sociais naquele momento.

⁶⁰ Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sobre as articulações políticas realizadas para a ação foram feitas paulatinamente entre as mulheres camponesas de diversos movimentos, principalmente a partir da articulação das mulheres da Via Campesina do Rio Grande do Sul, desde 2005. Segundo Paludo (2009), no processo que levou ao ato, reuniões e debates avaliavam que as próximas ações das mulheres deveriam produzir o enfrentamento ao agro/hidronegócio e, conseqüentemente, à monocultura.

A escolha por uma empresa produtora de celulose se deu por vários motivos concretos, sendo o primeiro deles o fato de o Brasil ser responsável por 18% da produção mundial de fibra curta branqueada de eucalipto, sendo, dessa forma, o maior produtor mundial (Paludo, 2009, p.141). Os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais da cadeia florestal, notadamente as grandes fábricas de celulose, têm se instalado no chamado Cone Sul da América do Sul, que compreende o Rio Grande do Sul, os pampas do Uruguai e da Argentina, bem como o sul do Chile.

Os impactos ambientais do monocultivo de eucalipto e da produção de celulose são muitos, que vão desde o secamento de riachos, a degradação do solo e à poluição da água e do ar pelos agrotóxicos. A respeito do consumo de água na produção da celulose, como aponta Paludo:

Há diferentes estudos tratando do consumo de água pelo eucalipto. Segundo Buckup (2005), em um ano, uma árvore de eucalipto consome 36,5 mil litros de água. Outros estudos comprovam que o eucalipto consome de 30 a 45 litros de água por dia. No processamento, a necessidade de água é ainda maior. Para uma tonelada de celulose são necessários 120.000 litros de água. Em um dia, a fábrica utiliza 1.750.000 m³ de água para o branqueamento de água, o equivalente ao consumo de uma cidade com 2,8 milhões de habitantes, como a região metropolitana de Porto Alegre (PALUDO, 2009, p.145).

Preocupante ainda é o fato de que, abaixo da superfície da região do Pampa, encontra-se o Aquífero Guarani, considerada a maior reserva de água subterrânea do mundo. A compra das terras nesta região é estratégica do ponto de vista das empresas. Porém, paradoxalmente, as monoculturas de árvores exóticas podem comprometer o Aquífero Guarani, pela intensa contaminação que causam os agrotóxicos necessários à manutenção das plantas nos moldes lucrativos para as empresas (WRM, 2006, *apud* Paludo, 2009, p.145).

Além destes malefícios apontados acima, a produção de celulose por estas grandes empresas tem tido também conseqüências sociais, prejuízos à vida das pessoas e à sua saúde.

Em De'Nadai (2005), consta que as populações que circunvizinham as plantações são atingidas pelo uso de agrotóxicos, tanto pela ação do vento, no momento da aplicação, quanto pela água, que fica contaminada (idem). Dessa forma, os camponeses vão perdendo seus meios de vida e vão sendo expulsos de suas terras.

Paludo aponta sinteticamente um montante de questões sociais e políticas advindas da atuação das empresas produtoras de celulose, tais como a Aracruz, que motivam a reação contra este modelo de produção e instigaram também a ação protagonizada pelas mulheres. Destacamos alguns deles:

- Concentração da terra, com expulsão de camponeses e camponesas, os quais são obrigados a deixar suas terras porque o monocultivo impossibilita a pequena produção;
- É mais um obstáculo para a Reforma Agrária, visto que as empresas compram áreas mapeadas pelo Incra, que seriam destinadas para à Reforma Agrária;
- Fortalecimento do modelo de concentração de terra, de capital e de renda;
- Impulsiona o modelo exportador [...];
- Não gera emprego [...], pelo contrário, diminui os postos de trabalho;
- Concentração de tecnologias com grupos transnacionais [...] (PALUDO, 2009, p. 152).

Além dessas questões, o MMC destaca o crescimento da prostituição de meninas e mulheres nos locais onde as empresas se instalam. Tanto porque as mulheres são vistas como “distração” para os homens trabalhadores em seus períodos de folga, como porque estas empresas geram poucos empregos e expulsam famílias do campo, contribuindo para o crescimento da pobreza e miséria, que coopera para a expansão da prostituição feminina.

Diante desse quadro de ataques do capital aos direitos de camponeses e camponesas e ao meio ambiente - dentre outras questões que já levantamos no Capítulo 1, que caracterizam a conjuntura da agricultura na atualidade - as mulheres foram acumulando elementos de indignação e rebeldia. Estas compreendiam que era hora de enfrentar o agronegócio e deixar claro que o projeto de agricultura imposto não servia aos camponeses e camponesas (idem). Então, várias reuniões foram feitas para pensar o ato político em si. De acordo com o relato de uma liderança do MMC, quem fez a proposta da ação junto às mulheres da Via Campesina foi o Movimento:

o MMC como parte da Via Campesina, na reunião da Via de novembro (2005), então leva pra conjuntura dizendo: “companheirada, pra jornada de lutas, nós queríamos chamar a atenção pra uma questão, essa questão do avanço da celulose, a questão do eucalipto, a questão dos transgênicos e tudo mais. E temos um fato no calendário oficial que é a Conferência da Reforma Agrária que vai acontecer em Porto Alegre”

(MMC6).

Por fim, no dia 07 de março de 2006 chegaram as mulheres camponesas ao assentamento Lagoa de Junco, em Tapes, de diversas organizações camponesas do estado do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil, para se prepararem para o ato. Em seguida, no dia 08, cerca de 2000 mulheres ocuparam o horto florestal da Aracruz Celulose e destruíram mudas de plantas geneticamente manipuladas⁶¹.

As mulheres camponesas ocuparam um horto florestal de uma grande empresa capitalista, opondo-se ao monocultivo florestal, de mudas clonadas de plantas exóticas; destruíram experimentos da negação da biodiversidade, dizendo não à violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas de celulose (PALUDO, 2009, p.158).

É fundamental conhecer a perspectiva das mulheres dos movimentos sociais que protagonizaram essa ação, principalmente abrindo um espaço de construção de contra-hegemonia, já que, como veremos adiante, vários sujeitos envolvidos neste fato político não foram ouvidos pela grande mídia, sendo injustiçados, sem poder contar a sua versão sobre os fatos. Dando voz a estes sujeitos que, no caso, são as mulheres trabalhadoras e camponesas, seguem algumas análises⁶² sobre a “ação na Aracruz”:

O 8 de março de 2006 representou a afirmação e a construção de um feminismo proletário contra o capital. Porque até o momento, o feminismo era muito vinculado à classe média, às demandas que são importantes para as mulheres, mas até então não tínhamos uma ação mais concreta de enfrentamento com o capital” (Cláudia Teixeira, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD).

Chegamos no momento de dizer que neste modelo de sociedade, nem homens nem mulheres têm vida. Também teve uma repercussão grande nos movimentos, pois as mulheres assumiram todas as instâncias da preparação do ato. Isso representou um empoderamento interno muito importante (Sarai Brixner, do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA).

Essa ação nos projetou enquanto referência política de luta de classe. Nós temos que responder a altura e isso ultrapassa as pautas dos movimentos (Ana Hanauer, do MST).

Foi um momento histórico para as mulheres. Elas começam a não aceitar o que o capital impõe. Essa ação na Aracruz demonstra que as mulheres têm condições de fazer a luta contra o capital (Patrícia Prezotto, MAB).

⁶¹ Sobre a ação, ver documentário “Rompendo o Silêncio”, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=A0oONHsHhK4>

⁶² Relatos disponíveis em: <http://www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos>

As mulheres se identificaram, pois a ação bateu forte na questão do monocultivo, na questão ambiental e na questão do capital. Isso fortaleceu muito os movimentos que participaram da luta (Elci da Paz, do MMC).

Houve muitas críticas a respeito do caráter “violento”, “radical” do ato. A respeito disso, Paludo e Ana Hanauer pontuam

Se o enfrentamento ao capital feito pelas mulheres camponesas foi um ato violento, ele foi gerado por uma situação violentadora silenciada, legalizada e institucionalizada, tida como normal. A ação, efetuada daquela maneira (pelas mãos das mulheres) foi o jeito que encontraram para contribuir para a desnaturalização de todas as violências causadas pelo capital (PALUDO, 2009, p. 155).

Nós mulheres não temos nada a perder. E esse gesto de radicalidade é compreensível a partir do momento em que as mulheres dizem que só o socialismo que resolve o problema das mulheres. Não é possível remediar em nenhum aspecto. Não tem reforma, não tem ação governamental que amenize a condição de opressão da mulher na sociedade em que a gente vive (ANA HANAUER⁶³, MST).

O MMC e demais movimentos, como o MST e a Via Campesina, foram criminalizados em duas frentes: pelos grandes meios de comunicação de massa e pela ação judicial. Após a ocupação da Aracruz, vários militantes foram indiciados e, dentre eles, várias que nem estavam presentes no local, mas que são lideranças dos movimentos sociais camponeses, como podemos aferir no fragmento da notícia abaixo:

Na sexta-feira, 7 de abril, a **Polícia Civil do Rio Grande do Sul indiciou 37 pessoas pela ocupação do horto florestal da empresa Aracruz Celulose**, ocorrida em 8 de março, envolvendo aproximadamente 2.000 trabalhadoras rurais. O **coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, foi apontado como mentor intelectual da ação**. Além dele, **estão entre os indiciados e as indiciadas os líderes internacionais da Via Campesina, Paul Nicholson (País Basco) e Henri Saragin (Indonésia) e a brasileira Luciana Piovesan**, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Todos foram enquadrados em crimes de danos qualificados e cárcere privado, com penas que podem chegar a seis anos de prisão (CMI BRASIL⁶⁴, 2006).

Percebemos, portanto, que a repressão estatal às expressões da questão social vem ganhando novas roupagens no Brasil contemporâneo. A repercussão do caso da Aracruz é mais um dos casos criminalização dos movimentos sociais brasileiros⁶⁵ pelo Estado e pela

⁶³ Depoimento disponível em <http://www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos>

⁶⁴ Notícia publicada em 12/04/2006. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/04/350927.shtml>

⁶⁵ Ver Bruziguessi e Bezerra (2010).

classe dominante por meio de suas instituições propagadoras de consenso e coerção:

Dentre elas, **vale mencionar o Poder Judiciário**, que se define claramente na perspectiva de manutenção da hegemonia conservadora, com a “cultura do medo e da insegurança”, que acaba por justificar os argumentos de necessidade de endurecimento das penas e de criação de novos tipos criminais como forma de conter a indisciplina e o inconformismo de setores específicos da população. **É importante também compreender que esta lógica vem reforçada pela atuação de meios de comunicação de massa** que, ao banalizarem a violência e clamarem por segurança pública, não mencionam a raiz do problema, qual seja, a desigualdade social e econômica própria do desenvolvimento contemporâneo do modo de produção capitalista. Assim, **o capitalismo busca os caminhos materiais e ideológicos para garantir a sua reprodução e a apropriação, pela lógica do individualismo, da exploração e da alienação, da totalidade das relações sociais** (BRUZIGUESSI e BEZERRA, 2010, p.70/71).

Além disso, a grande mídia também operou um processo de criminalização aberta à ação das mulheres camponesas, fazendo matérias que só contaram com informações e posicionamentos da empresa Aracruz Celulose, reafirmando sua defesa do capital e da ideologia dominante, como pode ser percebido por uma das matérias jornalísticas levantada por Berger (2006) sobre o fato:

O terror contra o saber

As **queimas de livros durante a inquisição e no regime nazista** de Adolf Hitler já mostraram ao mundo como o obscurantismo é incapaz de conviver com o conhecimento. **Na semana passada, uma horda de 2.000 militantes de um chamado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) reproduziu um pouco dessa bestialidade** ao invadir e destruir um centro de pesquisas da companhia Aracruz no município de Barra do Ribeiro (RS), a pouco mais de 50 quilômetros de Porto Alegre. **Foi a maneira que esse braço até então desconhecido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) armou para celebrar o Dia Internacional da Mulher e estrear na prática medieval das invasões bárbaras** (Revista Veja).

É clara a intenção de criminalizar o MMC e demais movimentos envolvidos na ação, exigindo, inclusive “que as autoridades cumpram sua obrigação constitucional de garantir a ordem pública”, ou seja, pedindo que a coerção do Estado contenha esses movimentos. Ademais, do ponto de vista jornalístico, Berger nos chama atenção para o fato de que

Elencando as fontes usadas pelos jornalistas para descrever e comentar o fato, observamos o predomínio das fontes oficiais: governo do Estado, ministro da agricultura, presidentes de entidades de classe, representantes dos setores brasileiros de celulose e papel, presidente, diretor e gerentes da Aracruz, senadores e deputados. **Se olharmos o acontecido, no entanto, encontramos outros sujeitos passíveis de**

serem chamados à falar: os militantes, as mulheres, o presidente da pastoral da terra, os representantes de entidades ecológicas, pesquisadores da universidade (BERGER, 2006, p.6).

Pode-se perceber também que o protagonismo das mulheres camponesas é desqualificado pela mídia e pelo Estado, já que é o MMC é tratado como um “braço do MST” e João Pedro Stédile, um homem, dirigente do MST, foi apontado judicialmente como “mentor da ação”. Dessa forma, vemos como a ação das mulheres incomodou, não só por serem de movimentos sociais da classe trabalhadora, que fazem um enfrentamento claro ao capital, mas também por ter sido pensada e concretizada por mulheres, como comenta Paludo:

A luta das mulheres foi um marco da luta de classe, com recorte de gênero, da classe trabalhadora no confronto com o capital. Foi uma mostra de organização, disciplina, segurança, solidariedade e resistência; de rompimento com a passividade e o caráter secundário que costumeiramente se dá para a presença das mulheres nas lutas⁶⁶ (PALUDO, p. 158).

É forçoso reconhecer a relevância desta ação para a luta dos movimentos sociais camponeses, para a luta das mulheres e para o seu protagonismo. Essa foi a manifestação mais radical empreendida por movimentos sociais no Brasil num lapso de muitos anos, na medida em que foi na raiz das contradições do agronegócio enquanto um modelo de produção falido do ponto de vista do desenvolvimento humano e ambiental, porém muito poderoso político e economicamente. Temos que admitir que a ousadia das mulheres camponesas foi muito grande. Porém, todo este processo de criminalização já descrito teve rebatimentos negativos para o MMC, principalmente pela falta de incorporação desta radicalidade por outros movimentos feministas, numa perspectiva de unidade em torno de lutas deste tipo no período que seguiu a ação.

Apesar da grande repercussão dessa ação de 2006, o feminismo brasileiro como um todo não conseguiu incorporar essa perspectiva de radicalidade para as suas lutas subsequentes. Nem mesmo por parte do MMC, pois, apesar dessa ação ter se tornado uma referência para muitas mulheres, também teve impactos negativos, provocados, especialmente, pelos desdobramentos da criminalização que algumas militantes sofreram. O MMC avalia, portanto, que não tem como manter ações desse porte de forma contínua, especialmente, quando os demais movimentos não incorporam esse tipo de luta para se ter um fortalecimento em torno de uma unidade de movimentos (CISNE, 2013, p.341).

Na tentativa de reverter o quadro de desmobilização causado pela repercussão

⁶⁶ Segundo Paludo, essa avaliação foi feita pelas mulheres camponesas em abril de 2006.

negativa da ação da Aracruz, algumas estratégias têm sido pensadas pelo movimento, principalmente para resgatar o trabalho de base e trazer para perto do movimento mulheres que se afastaram, como nos apresenta uma liderança do MMC:

Já tínhamos colocado o debate da celulose, das transnacionais e tudo mais. Mas também era preciso ganhar a sociedade, inclusive aqueles públicos mais difíceis. Foi aí que a gente decidiu em 2007 que lançaríamos a campanha de produção de alimentos saudáveis. Que ela vem como uma estratégia, tanto no sentido de ganhar a sociedade como de ganhar nossas mulheres que estavam um tanto assustadas com a ação. Tivemos que fazer muito trabalho de base no sentido de mostrar a importância daquela ação, da necessidade e tudo mais, porque não é tão tranquilo assim a questão da repressão, da criminalização e tudo mais (MMC6).

Uma informação importante obtida em nossa pesquisa de campo foi sobre a participação do MMC na Campanha Mundial pelo Fim da Violência contra as Mulheres, da Via Campesina, lançada em 2008. Isto se expressa na discussão constante realizada pelo movimento a respeito da violência sexista e, mais recentemente, no próprio tema do 1º Encontro Nacional do MMC: “Na sociedade em que a gente quer, basta de violência contra a mulher!”. Segundo a Via Campesina, a campanha tem como foco central o enfrentamento a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres do campo, mas também quer dar visibilidade à violência praticada contra todas as mulheres da classe trabalhadora (2012). Neste sentido, algumas propostas da campanha são:

- Fortalecer as alianças entre os grupos, movimentos e pessoas que estejam dispostas a assumir como bandeira de luta essa campanha;
- Implementar lutas e mobilizações a fim de avançar na criação e/ou efetivação de instrumentos jurídicos/leis e estruturas públicas (físicas, humanas/profissionais e financeiras) de proteção às mulheres vítimas de violência em cada um dos países;
- Desenvolver a campanha “Basta de Violência Contra as Mulheres” com ações de curto, médio e longo prazo, **promovendo lutas concretas de enfrentamento em cada país, principalmente nos dias 08 de março e 25 de novembro** como já estabelecido em nosso calendário;
- Constituir coordenações locais, nacionais e regionais da Via Campesina para a implementação desta campanha de forma processual e orgânica;
- Desenvolver processos formativos sobre esta temática na perspectiva da autonomia e emancipação das mulheres em todos os países e o fim de todas as desigualdades sejam elas sociais, de classe, gênero, culturais, étnicas/ raciais;
- Lutar pela igualdade nas nossas organizações, garantir a participação das mulheres na tomada de decisão, garantir a visibilidade política das mulheres e criar espaços específicos para as mulheres (VIA CAMPESINA, 2012, p. 40/41).

Enfim, podemos perceber que, apesar de ser um movimento relativamente recente, a própria existência do MMC tem causado impactos políticos importantes na Via Campesina Brasil. Primeiramente, o movimento tem contribuído na luta pelo Projeto Popular para Agricultura, principalmente na discussão da produção de alimentos saudáveis, junto com os demais movimentos sociais. Além disso, tem contribuído para a auto-organização das mulheres, sua participação política nos movimentos mistos, para trazer para as pautas dos movimentos reivindicações das mulheres, para mostrar a necessidade da construção do feminismo e também para trazer irreverência e radicalidade às ações políticas do movimento campesino no Brasil.

A discussão do feminismo não pode se dar apenas entre as mulheres. Sabemos da importância da auto-organização, como já apontado neste trabalho, porém, acreditamos que seja fundamental que o que é formulado e debatido no movimento feminista se espraie também por outras esferas políticas, inclusive nas organizações e espaços mistos, ou seja, em que militam juntos homens e mulheres. Acreditamos que aí reside a grande relevância do MMC no interior da Via Campesina, que é uma organização mista, bem como os outros movimentos sociais que a compõem.

3.5 - Desafios aos movimentos de mulheres na atualidade:

Por fim, queremos abordar aqui alguns desafios que se apresentam aos movimentos de mulheres na atualidade, dialogando com alguns apontamentos sobre o movimento feminista campesino, notadamente para a Via Campesina e o MMC em particular.

O primeiro desafio que se coloca para os movimentos de mulheres nos parece ser a construção de uma consciência⁶⁷ feminista em suas militantes e base social. Nesse sentido, a desmistificação da ideologia dominante, das estruturas e pensamentos sociais dados historicamente, é muito importante para o processo de consciência.

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem [...]. Processo esse que estamos denominando de **apropriação de si**, no sentido das mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. As mulheres ao adquirirem uma

⁶⁷ Entendemos consciência como processo, “não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes da sua posse, poderíamos supor um estado de 'não consciência’” (IASI, 2011, p.12).

consciência feminista, elas passam a perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que as pertence, enfim, que possuem vontades e desejos próprios e que esses têm o direito de serem expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas (CISNE, 2013, p. 297).

Uma questão que colabora para a construção da consciência feminista é, sem dúvida, a organização das mulheres, o compartilhamento de experiências, valores e ideais, vislumbrando objetivos em comum. Como afirma Cisne, a participação num “movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crê na perspectiva de transformar sua situação – para o processo de organização política coletiva” (idem, p. 304). Para essa integração ao movimento e construção de identidade com ele, o trabalho de base é fundamental.

Sobre o trabalho de base, alguns apontamentos devem ser feitos. Primeiro, é que o processo do trabalho de base tem a ver com uma disputa ideológica, em que é preciso mostrar para o sujeito que se quer atingir, a importância dele estar organizado, construindo um movimento social, com uma perspectiva de modificar a realidade.

Algumas dificuldades colocam-se no caminho das organizações da classe trabalhadora na sua tentativa de realizar o trabalho de base e conquistar mentes e corações para o projeto emancipatório. A ideologia dominante é uma delas, que no caso das mulheres camponesas, expressa-se por meio das tradições com forte cunho machista, como os papéis atribuídos à mulher na família e na sociedade, limitando, principalmente, sua participação no espaço público, na produção e na política. Essas características aparecem ainda mais acentuadas na realidade rural, que tem como traço fundamental a divisão sexual do trabalho, como apontamos neste mesmo capítulo.

Esse trabalho de base é importantíssimo, não só para a construção do movimento social, como sujeito coletivo, mas também para as mudanças na vida das mulheres que participam dele. O feminismo tem o potencial de provocar transformações, nas formas de ver e de agir no mundo, das mulheres individualmente, de modificar suas relações pessoais, questionando o poder instituído pela sociedade capitalista-racista-patriarcal. Assim é que, como afirma Rowbatham (1981), o slogan “o que é pessoal é político” é uma contribuição importante do movimento de mulheres à luta socialista. “Seu surgimento indica como

mudanças nas relações e gênero afetam os termos em que se pode ver as noções e identidade individual no capitalismo moderno” (p.131).

As mudanças em âmbito pessoal são muito importantes e tem uma relação dialética com as lutas empreendidas pelo feminismo como sujeito político. Nesse sentido, Cisne afirma que “com a formação da consciência militante feminista as mulheres percebem que a luta pela sua autonomia e liberdade individual demanda a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração” (2013, p. 274).

Como visto anteriormente, desde o surgimento do MMC Brasil - quando vários movimentos regionais de mulheres unificaram-se em um só movimento de abrangência nacional -, um dos propósitos era expandir o trabalho de base com mulheres camponesas pelo país todo. Vemos que este continua sendo um desafio permanente do movimento, que pôde ser percebido principalmente devido a nossa participação no 1º Encontro Nacional do MMC. Nos discursos das militantes e no documento final do evento estava expressa a preocupação em avançar na organicidade do movimento, tanto em nível nacional como nos grupos de base.

O MMC, como um movimento recente, ainda possui uma organicidade muito incipiente, de forma que, em alguns estados, ele ainda não está consolidado, existem apenas mulheres de referência que estão dispostas a começar um processo de organização do movimento na região. No estado de Minas Gerais, por exemplo, temos essa situação. Tanto que um dos desafios apontados pelo movimento na carta final do 1º Encontro Nacional foi o de “fortalecer e ampliar a organização dos grupos de mulheres como espaço de reflexão, conscientização de sua condição na sociedade e formulação de estratégias da luta camponesa e feminista”.

Para que o MMC e outros movimentos camponeses - como a Via Campesina - obtenham cada vez mais êxito na desconstrução de valores capitalistas e patriarcais, há que se encontrar formas de diálogo entre o projeto feminista e camponês. E aí reside um diferencial do MMC, que pode parecer paradoxal, num primeiro momento, como afirma Paludo

Para explicar um pouco do que é a caracterização de um Movimento que se afirma como camponês, de cunho popular e feminista faz-se necessário um grande esforço. Até parece que, repentinamente, tenta-se colar o conceito de feminista sobre o conceito de camponês e camponesa. Em uma primeira mirada, alguns diriam que isso é uma loucura, que isso não combina. Numa segunda, seria possível dizer que essa pretensão é bastante ousada e, de fato, o é (PALUDO, 2009, p.121).

A ousadia das mulheres camponesas em se organizarem num movimento autônomo como o MCC é realmente algo a ser destacado, pois são muitos os embates ideológicos entre a cultura camponesa e o feminismo. Outrossim, sabemos que também existem interseções, como a questão da soberania alimentar; a busca pela construção de uma outra sociedade, com outro modo de produzir no campo e relações sociais mais igualitárias. Desenvolver essas interseções – articulando as lutas mais gerais e lutas mais específicas das mulheres - é um desafio para o próximo período, não só para o movimento camponês, mas para todas as organizações da classe trabalhadora.

Algumas contradições na realidade dos movimentos camponeses colocam-se atualmente como entrave para a conquista da realidade substantiva entre homens e mulheres. Para ilustrar, recorreremos a reflexão feita por Falquet (2006), a respeito de alguns movimentos sociais classistas - dentre eles o MST. Ela faz três indagações que nos parecem fundamentais: 1- O que dizer da divisão sexual do trabalho reproduzida dentro dos movimentos?; 2- Quais são os tipos de famílias nas quais esses movimentos se apoiam para se construir e quais modelos de família estruturam seu projeto de sociedade?; 3- E para os movimentos que explicitamente fazem a defesa ou a promoção de uma ou outra cultura, pode-se perguntar: em que medida esta cultura é favorável às mulheres?

De acordo com a autora, essas três questões são centrais, pois a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a “cultura”, estreitamente entrelaçadas, estão entre os principais pilares do sistema patriarcal de opressão. De uma forma geral, como apresentamos neste estudo, essas são questões muito arraigadas ideologicamente e que necessitam de um longo e árduo trabalho dos movimentos sociais para repensá-las e desconstruí-las.

Segundo Falquet (idem), esses movimentos atacam de frente o sistema de exploração capitalista, mas no que diz respeito à opressão sexista, pode-se fazer duas constatações: 1- Há uma grande derrota quanto a ultrapassar as simples declarações de princípios. 2 – A sociologia dos movimentos sociais não se debruçou sobre este paradoxo que, no entanto, deveria fazê-lo pensar.

Outro desafio do movimento de mulheres é difundir o debate feminista nas organizações e espaços mistos da classe trabalhadora. O convencimento neste momento é essencial, pois é preciso mostrar a todos e todas que a emancipação das mulheres é premissa essencial para a realização do projeto socialista, ou seja, que “a luta específica das mulheres contra a opressão a que se encontram submetidas se vincula, sem que isto signifique a perda

de sua particularidade, à luta mais ampla pela transformação integral da sociedade” (IASI, 1991, p. 1). A relação entre feminismo e socialismo no debate das organizações é, portanto, fundamental para esse processo.

Apesar da sua situação de privilégio social na sociedade patriarcal, deve ser dialogada com os homens a necessidade deles também encamparem à luta contra o patriarcado, pela construção de novos valores societários. Afinal, a luta feminista “não é contra os homens, mas contra a manutenção da organização patriarcal que todos [...] produzem e reproduzem, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo e que atendem diretamente os interesses da lógica do capital” (NOGUEIRA, 2011, p.37).

É neste contexto que devemos compreender a afirmação que nos diz que não haverá libertação dos trabalhadores se não houver a libertação da mulher. Isto significa que além do fato da irrefutável vinculação da luta das mulheres no campo da luta de classes (igualdade de remuneração do trabalho, direitos sindicais, possibilidades iguais de ascensão, etc), sua luta específica atua incisivamente na superação da opressão materializada na forma patriarcal da família, nos valores dominantes na cultura, no senso comum e na ideologia, nas relações de poder (na fábrica, na escola, mas também no sindicato, no partido), superação esta que não se dando, impede a efetiva libertação do ser humano na sua busca de uma transformação radical da sociedade (IASI, 1991, p.3).

Como já apresentamos no Capítulo 2, “o feminismo encontra o seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade” (CISNE, 2013, p. 163).

A despeito da ideologia pós-moderna⁶⁸ que tem tomado, em grande parte, os movimentos de mulheres na atualidade, reafirmamos o sentido de radicalidade do movimento feminista. Ou seja, para nós, o movimento feminista deve fazer a crítica ao modelo capitalista-patriarcal instituído, reconhecendo as desigualdades entre os sexos e as questões culturais como algo que advém do mundo material, objetivo, da produção e reprodução da sociedade. Nesse sentido, deve-se ter a clareza de que lutar pelo feminismo significa necessariamente lutar contra o capitalismo e pela instauração de outra ordem social. Assim, sobre o feminismo, nos traz Cisne:

⁶⁸ De acordo com Cisne (2013): “ainda que seja difícil uma conceituação mais precisa sobre a pós-modernidade, dada a sua diversidade ou mesmo ecletismo, José Paulo Netto nos oferece algumas dimensões que a caracterizam e dão, de uma maneira mais geral, uma unidade ao pós-modernismo: o estudo da realidade reduzido à aparência dos fenômenos; a negação do conceito de totalidade; a construção da realidade por meio dos signos e símbolos, tornando-a um simulacro; o ecletismo teórico-metodológico; o relativismo e o idealismo, em contraposição ao materialismo histórico (2010, p. 261-263)”.

Perceber como o feminismo pode contribuir com a luta anti-capitalista intensifica nossas forças no desvelar e no combate ao inimigo. Assim, tanto a compreensão do socialismo que queremos, como a análise da apropriação estrutural que o capital faz sobre a condição de subalternidade das mulheres, são fundamentais para a clareza e construção das nossas táticas, já que essa apropriação encontra uma base material de superexploração da mulher no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo (2010, n.p.).

Outro ponto que aparece para nós como desafio é da relação do feminismo com as questões ambientais, discussão muito em voga na conjuntura atual. Vários movimentos sociais têm pautado essa questão, a exemplo do MMC e da MMM, fazendo um contraponto importante ao discurso do capital da “sustentabilidade”, que propõe alternativas para a preservação do meio ambiente que se dão dentro da ordem capitalista e, mais ainda, a reforçam. Destarte, a crítica a forma de produção e exploração da natureza pelo capitalismo é muito pertinente e necessária. Porém, o ecofeminismo nos parece uma opção teórica-política problemática quando o assunto é desconstrução do patriarcado, pois o discurso essencialista acaba indo de encontro a isso, como já comentamos anteriormente.

Existe um desafio que nos parece central ao movimento feminista, que é a unidade entre os diversos movimentos existentes que lutam por essa causa, abrangendo, inclusive, as lutas das mulheres do campo e da cidade. A solidariedade entre as mulheres é fundamental para o feminismo. Além disso, qualquer movimento social precisa de força social, porque é através dela que ele torna-se capaz de obter conquistas. Assim ocorre também com a luta das mulheres, pois o movimento fica mais forte, tem mais possibilidade de fazer pressão política, quanto mais organizações estiverem mobilizando-se em torno de bandeiras unitárias – tanto para fazer o enfrentamento ao capital, quanto para exigir mudanças junto ao Estado.

Por um lado, a luta contra a violência sexista encampada com centralidade pelo MMC e pela Via Campesina é uma das suas maiores interseções com as pautas dos movimentos feministas urbanos. Por outro, fica como desafio para o movimento de mulheres camponês, a incorporação de discussões importantes feitas historicamente pelo movimento feminista, como por exemplo, as discussões sobre sexualidade e sobre a legalização do aborto. A partir de uma perspectiva de totalidade, é possível afirmar que, ao que nos parece, a bandeira – que é ampla - da auto-determinação das mulheres em relação ao seu corpo e sua vida tem um grande potencial de unificação dos campos feminista e de esquerda.

Como retratamos anteriormente, uma das dimensões da luta feminista se dá no âmbito da busca pela emancipação política. Impreterivelmente, essa luta requer uma interlocução com o Estado, no intuito de reivindicar políticas públicas e ações governamentais relativas às questões das mulheres. A interlocução da qual falamos, porém, pode se dar de diversas formas. Para o movimento feminista da América Latina, a década de 1980 representou uma encruzilhada no tangente a essa questão, pois nesse período iniciou-se um processo de grande institucionalização do movimento, principalmente a partir da sua participação em organizações não-governamentais e inserção de militantes nos aparelhos burocráticos do Estado neoliberal⁶⁹. Claro que não foram todos os movimentos que passaram por este processo, muitos continuaram fazendo suas lutas de forma autônoma e combativa.

Nesse sentido, um assunto debatido atualmente no movimento feminista latino-americano tem sido a questão da autonomia – princípio ontológico para o feminismo (Cisne e Gurgel, 2008) –, tanto em sua dimensão política, quanto financeira. Pois, até que ponto esta inserção institucional pode comprometer a radicalidade do feminismo, ou seja, sua combatividade frente ao modelo patriarcal-racista-capitalista de sociedade? Modelo que estrutura-se por meio de instituições como família, Igreja e Estado, contra os quais o movimento feminista sempre se confrontou, criticando seu papel na reprodução de valores discriminatórios de gênero. Ademais,

No plano teórico, esse contexto é acompanhado pelos “estudos de gênero” que ganham corpo na sociedade, fortemente influenciados pela perspectiva pós-moderna. Tais estudos conquistam uma grande penetração em diversas universidades e instituições públicas e privadas, inclusive, no plano internacional, encontrando não apenas as portas abertas, mas, o estímulo e patrocínio, de instituições como o Banco Mundial e a Fundação Ford (CISNE, 2013).

Assim, afirmamos que a autonomia política e financeira é um grande desafio hoje para o movimentos feminista. Em pesquisa realizada sobre alguns movimentos de mulheres brasileiros, Cisne (2013) relatou que a auto-sustentabilidade apareceu como uma das maiores dificuldades dos movimentos investigados. Isto é problemático, já que

O apoio financeiro governamental e a incorporação de militantes feministas nos quadros governamentais, têm arrefecido a capacidade de crítica e de combatividade do feminismo frente às políticas sociais familistas, a falta de recursos para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a inércia governamental frente às

⁶⁹ A respeito desses processos e da questão da autonomia, Ver Cisne (2013).

problemáticas históricas que afetam as mulheres, como a criminalização do aborto (IDEM, p. 385).

Não é nossa intenção esgotar todos os desafios colocados aos movimentos de mulheres e feminista hoje, apontamos apenas alguns que consideramos importantes. O que nos parece crucial é a construção do movimento feminista como uma entrada, um catalisador, da auto-determinação das mulheres como sujeitos de sua vida e da história, e a sua contribuição para a elaboração de uma proposta societal em que seja possível construir caminhos efetivos para a consolidação da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa documental e das entrevistas, pudemos perceber que o MMC está em fase de consolidação como movimento nacional, processo que vem se delineando desde 2004, ocasião de seu 1º Congresso Nacional. Com base nessa realidade, é pertinente observar que o discurso das militantes do movimento entrevistadas demonstrou grande coesão sobre os assuntos trabalhados, não apresentando divergências significativas de nenhuma ordem, mas pelo contrário: a reprodução dos valores, princípios e das experiências da organização, perpassou todas as falas de forma bem semelhante. Acreditamos que isto ocorre devido, primeiramente, a esse processo político de firmação do movimento no país como um sujeito coletivo novo, que ainda tem muita construção adiante; e, também, pela formação política proporcionada à essas lideranças, que promove análises políticas muito alinhadas.

Apesar de trazer em seu bojo, mesmo que indiretamente, todo o acúmulo da história de luta das mulheres camponesas no país, que remonta desde as mulheres presentes nas Ligas Camponesas, passando pela organização na ANMTR na década de 1990, até chegar no MMC, o Movimento tem apresentado alguns pontos diferenciais nunca vistos em nosso país. Como já apontamos, os elementos que compõem a identidade do MMC são inusitados, pois ele possui caráter camponês, feminista, classista e autônomo.

Ademais, a ousadia na proposição e realização de ações de enfrentamento ao capital, notadamente no Dia Internacional de Luta das Mulheres - tendo como exemplo a ocupação da Aracruz Celulose, em 2006, em conjunto com mulheres de outros movimentos sociais - também aparece como uma questão importante no contexto nacional.

A nossa hipótese inicial de que o MMC contribui qualitativamente na organização das mulheres da Via Campesina afirmou-se verdadeira por meio da pesquisa. Algumas questões trazidas pelo Movimento para o campo político em questão, contribuem para este fato, quais sejam: o elemento diferencial da auto-organização das mulheres, que tem possibilitado a formação das mulheres como militantes, se fortalecimento politicamente; a publicização do caráter particular da inserção feminina nas relações sociais e na política, inclusive no interior dos movimentos sociais; a reivindicação das pautas específicas das mulheres - a exemplo do combate à violência sexista; a articulação entre bandeiras do movimento camponês com questões relacionadas às mulheres – como a discussão que o MMC faz em torno da luta pela

soberania alimentar; o caráter combativo que traz para as lutas das mulheres, notadamente as mobilizações do Dia Internacional da Mulher; bem como, a articulação deste com os movimentos feministas urbanos.

Acreditamos que o MMC, além de fortalecer a resistência da Via Campesina no enfrentamento ao agronegócio e ao capital como um todo, contribui, ainda, para o processo de radicalização da democracia no interior da Via Campesina ao questionar a divisão sexual da política e, portanto, confrontar relações de hierarquia de forma a valorizar o trabalho e a importância política das mulheres.

Como afirmamos anteriormente, nos movimentos mistos, as diversidades presentes no interior a classe trabalhadora – diferenças de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual – são, comumente, colocadas à margem, de forma que

A participação unificada parece ser um pressuposto implícito, não dito, das categorias de identidade e da unidade, para dar à mulher o status de pertencimento ao movimento. A lógica da identidade organiza, classifica, hierarquiza, normatiza e cria imagens e pensamentos a representação identitária sobre corpos e mentes. Com isso garante a sua repetição e universalidade (ESMERALDO, 2008, p. 2).

Um dos méritos do movimento feminista, por conseguinte, é trazer à tona a heterogeneidade da classe trabalhadora – expressa por meio da consubstancialidade das relações de classe, sexo e “raça” (Kergoat, 2009, 2010) - pois só assim é possível organizar os diversos sujeitos da revolução e lutar contra o capital de forma mais efetiva, combatendo toda as suas formas de dominação-exploração utilizadas por ele para sua produção e reprodução.

Uma das expressões dessa heterogeneidade, na forma específica de exploração da mulher, como vimos, é a divisão sexual do trabalho, que tem no campo, como sua expressão, a visão do trabalho da mulher, tanto doméstico como na lavoura tido como “ajuda”, justamente por ser executado por ela, figura dissociada culturalmente do processo produtivo, do trabalho valorizado, visto como esfera do homem. Uma das contribuições do feminismo tem sido questionar essa ordem das coisas, trazendo elementos para que as mulheres tenham consciência dessa exploração e tentem enfrentá-la em seu cotidiano na divisão de tarefas mais igualitária, na exigência de políticas públicas junto ao Estado que abarquem a questão do trabalho doméstico e de cuidados e na luta por uma sociedade igualitária e libertária.

Nesse sentido, a pauta feminista ao ganhar visibilidade no interior das organizações

políticas, possibilita ampliar o entendimento da classe trabalhadora e da organização do trabalho em uma perspectiva de totalidade, desvelando as formas diferenciadas e intensificadas da exploração do capital sobre o trabalho por meio das relações sociais de “raça” e sexo. Ao mesmo tempo, o feminismo questiona os valores e posturas conservadoras e opressoras, ao afirmar a liberdade e a quebra de hierarquias como princípios de sua práxis política.

Outra questão problematizada aqui e discutida no movimento feminista é sobre o modelo de família hegemônico na sociedade atual. Como constatamos a partir dos estudos de Engels (2010), a família monogâmica como conhecemos é uma instituição social burguesa, sendo constituída a partir dos interesses de perpetuação da propriedade privada capitalista. O modelo familiar, portanto, não é algo imutável, sendo variável no espaço e no tempo. Além disso, esse modelo tem se ancorado no trabalho gratuito das mulheres, por meio da divisão sexual do trabalho e no controle da sexualidade destas. O movimento feminista tem, historicamente, criticado a propriedade privada e a apropriação da mulher como tal pela forma de família nuclear, que tem sido fundamental para a reprodução do capitalismo.

Demarcamos ainda, por tudo que foi apresentado ao longo de nossa exposição, a importância da auto-organização para o movimento de mulheres, que nos parece indispensável nesse momento histórico – em que temos como estrutura econômico-social um sistema patriarcal-racista-capitalista - como metodologia de subversão à ordem estabelecida e de fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos, de suas vidas e da história. Nesse sentido, segundo Wainwright, o movimento de mulheres:

despertou a consciência e encorajou a auto-organização de milhares de mulheres. Desse modo, também começou a desafiar as relações de poder. Se a esquerda deve alcançar a mudança na consciência e o crescimento pela auto-organização, que é condição para que resolva o problema do poder, então os socialistas têm muito a aprender com os valores e as formas de organização do movimento de mulheres (1981, p.14).

Endossamos que o movimento feminista classista tem conseguido conjugar a luta pela emancipação política com a luta pela emancipação humana e, por isso, os socialistas tem muito o que aprender com o ele.

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade racial e étnica, contra as

diversas formas de segregação, desigualdade e preconceito. Ela deve reunir todos estes campos de batalha, orientados num curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e no longo prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana) (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 132).

A emancipação humana vincula-se, portanto, ao desejo de instauração de um novo modelo social que supere o sistema do capital. Ela “envolve características específicas e complexas: a) consiste em um processo coletivo e social; b) para que a emancipação ocorra é necessária uma mudança na forma de pensar e agir em sociedade, através da formação [...]; c) superação da alienação e sistema do capital” (CANIELLES e OLIVEIRA, 2011, *apud* CASTRO, 2011, p.79).

Existe uma relação histórica entre socialismo e feminismo. Acreditamos que ambos tem uma base substancial em comum, que é a luta pela liberdade e igualdade, por uma sociedade sem dominação-exploração de nenhum tipo. Um traz contribuições ao outro, de forma dialética. O feminismo chama atenção para a necessidade de construção de novos homens e mulheres, de novos valores, desde já, como aponta Rowbotham:

O feminismo foi a principal forma organizacional através da qual a ideia de uma política prenunciadora começou a influenciar a esquerda contemporânea. A conscientização, a terapia e o apoio mútuo implicarão que queremos mudanças já. [...] Não supõem que, num dia futuro, subitamente chegaremos a controlar o modo de produção, a distribuição e a divisão de bens e serviços e de que isso nos tornará simples e rapidamente novos seres humanos. A luta pela sobrevivência e pelo controle é vista como parte do aqui e agora. Podemos assim contribuir para o processo e constante renovação de nós mesmas no movimento para construção do socialismo (1981, p.137).

Alguns desafios colocam-se para o movimento de mulheres em sua luta histórica pela emancipação, como mencionamos anteriormente. Destacamos alguns que consideramos mais importantes e prementes na conjuntura atual. Primeiramente, é preciso avançar no trabalho de base, que é fundamental para a existência e consolidação de força social de qualquer movimento. Além disso, a construção da consciência feminista nas militantes dos movimentos de mulheres é premissa necessária para a compreensão da necessidade de ruptura com a ordem colocada - única forma de conquistar a emancipação plena das mulheres e dos seres humanos em geral.

O desafio da autonomia política e financeira, de criação de alternativas para a auto-

sustentação econômica, bem como meios para preservar a radicalidade do movimento em questão, parece ser algo muito relevante para a continuidade da existência do movimento feminista como sujeito coletivo que luta contra a ordem patriarcal-capitalista. Ademais, a articulação dos movimentos feministas do campo e da cidade em torno de pautas unitárias é essencial para que as mulheres tenham conquistas concretas e se fortaleçam na luta por direitos de forma qualificada, com envergadura para influir significativamente na correlação de forças que permeia a luta de classes. Nesse sentido, o sectarismo e a pulverização do movimento são vícios políticos que devem ser superados. Por fim, a discussão feminista nas organizações e espaços mistos da classe trabalhadora é importantíssima para que “o novo homem” e “a nova mulher”, os novos valores, sejam construídos desde agora no caminho árduo para a conquista da igualdade substantiva. Pois, como afirma Meszáros,

estando a liberação das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica entra em movimento, sem encontrar saídas para sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (2002, p.307).

Esperamos ter contribuído para agregar a uma compreensão materialista histórico-dialética da questão da mulher e do feminismo na sociedade atual. Nesse sentido, apresentaram-se fundamentais, na análise, a articulação dialética entre as categorias gênero e patriarcado; a análise da divisão sexual do trabalho como fundante da desigualdade entre os sexos; a consubstancialidade e coextensividade das relações sociais de gênero, classe e “raça”; e a relação necessária entre feminismo e socialismo. Essas premissas pretendem afastar qualquer perspectiva “culturalista” ou “pós-moderna” da interpretação da situação de dominação-exploração da mulher na sociedade atual e da sua forma de organização enquanto sujeito de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, .G e ANTUNES, R. AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. Revista Educação e Sociedade, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. Campinas, 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Olhar o mundo com olhos de mulher? (À respeito dos homens e a luta feminista). Mimeo, 1991.

ARAÚJO, C. **Marxismo, Feminismo e o Enfoque de Gênero**. In: Revista Crítica Marxista, Nº 11, 2000.

ARAÚJO, D. **A Invisibilidade das Mulheres na Memória das Lutas Sociais na América Latina**: Protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. Ensaio de pós-graduação: *Estudos Latino Americanos*. Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2005.

BARBOSA, I.S. **Auto-organização das mulheres para unificação da classe trabalhadora**. In: CONSULTA POPULAR. Cadernos de Debates: rumo à IV Assembléia Nacional. Vol. II. Brasil, 2010.

BATISTA, A.F. e ANZILAGO, J. O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD. In: Ensaio sobre a questão agrária. Ana Terra Reis; Andréa Francine Batista (org.).1.ed. São Paulo : Outras Expressões, 2013.

BEHRING, E.R. e BOSCHETTI, I. Política Social – fundamentos e história. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

BENJAMIN, César. Um Projeto Popular para o Brasil, sem data. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/biblioteca/textos-hist%C3%B3ricos> . Consultado em dezembro de 2012.

BERGER, C. O Caso Aracruz. Do fato ao acontecimento jornalístico (um outro, o mesmo). UNIREvista - Vol. 1, nº 3 :(julho 2006).

BEZERRA, C.S. e BRUZIGUESSI, B. **COERÇÃO E CONSENSO: OS FUNDAMENTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**. In: Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 42 - 73, jul / 2010.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa**. Cap. 8: A crise da sociabilidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BRUZIGUESSI, B.B. **OS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA NO BRASIL**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social - UFJF, 2012.

CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Ano V, N.4. Recife: SOS Corpo, dez. 2004.

CAMPOS, C. **A participação da mulher na transformação social.** In: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 259, fevereiro de 2006.

CISNE, M. e GURGEL, T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. In: Revista Ser Social, v.10 n.22. Brasília, 2008.

CISNE, M. **A relação orgânica entre gênero e patriarcado na sociedade capitalista: uma análise teórico-crítica.** In: CONSULTA POPULAR. Cartilha do II Encontro Nacional de Mulheres da Consulta Popular. Brasil, 2011.

_____. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____. **Socialismo e Feminismo: uma relação necessária.** In: CONSULTA POPULAR. Cadernos de Debates: rumo à IV Assembleia Nacional. Vol. II. Brasil, 2010.

COELHO, C.M.S. **Gênero: teoria e política.** Revista Dimensões. Vitória, v. 23, p. 13-27, 2009.

COUTINHO, C.N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **Revista Praia Vermelha**, v.1 nº1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DEVREUX, A. A Teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: Cadernos de Crítica Feminista, nº 4, dez. de 2011.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade Civil e Democracia. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª ed., 2010.

ENGELS, F., LENIN, V.I. e MARX, K. **Sobre a Mulher.** São Paulo: Global Editora, 3ª ed., 1981.

ENGELS, F. e MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista - 1848.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. A ideologia Alemã. Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

ENGELS, F., LENIN, V.I. e MARX, K. Sobre a Mulher. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979.

ESMERALDO, G.G.S.L. **Movimentos Sociais, Participação e Democracia.** Anais do II Seminário Nacional, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

_____. **Mulheres da Via Campesina: Ação política por novas formas de libertação?** Anais do evento Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. UFSC, Santa

Catarina, 2008.

FALQUET, J. ECOFEMINISME : NATURALISME OU REVOLUTION ? Paru dans: Lia Marcondes (coord.). Eau et féminismes. Petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature. Paris : La Dispute, 2011.

_____. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais, 2006.

FERNANDES, B. M. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Espaço e Geografia, V. 04, n. 01, p. 07-24. Brasília, 2001.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERMER, C.M. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária**. In: A questão agrária hoje. Org. João Pedro Stedile. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GOHN, M.G. Mulheres - Atrizes dos Movimentos Sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. In: Cultura e Sociedade, nº 11, Outubro de 2007.

GONZALES, A.I.A. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução de Alessandra Seregatti. São Paulo: Expressão Popular/ SOF – Sempreviva Organização Feminista, 1ª ed., 2010.

GURGEL, T. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Anais do evento Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC, Santa Catarina, 2010.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. O Estado-Nação na época da globalização. In: Revista Econômica da Universidade Federal Fluminense, nº1, v.1. Niterói, 2010.

_____. O novo palco da história. In: Capitalismo, Violência e Terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

IASI, M.L. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KERGOAT, D. e HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. In: Revista Estudos feministas v.2 n.3. Florianópolis: UFSC, 1994.

KERGOAT, D. **Da divisão do trabalho entre os sexos**. In: Hirata, H. (org.). Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social; Ver. Social. USP, S.Paulo, 1(2): 73-103, 2 sem.1989.

_____. Divisão sexual do trabalho. In: Dicionário Crítico do Feminismo. Hirata, H.

[Et al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. Relações sociais. In: Dicionário Crítico do Feminismo. Hirata, H. [Et al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LEACOCK, E. B. **Posfácio a edição estadunidense**. In: A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª ed., 2010.

LEGARDINIER, C. **Prostituição I**. In: Dicionário Crítico do feminismo. Org.: Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** - livro I, 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (Cap. XXIII).

MESZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO, C e DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J.P. e BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: Feminismo e Luta das Mulheres – Análises e debates. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005.

NOGUEIRA, C.M. Anotações sobre a auto-organização das mulheres: o exemplo da Via Campesina no Brasil e do MST. In: Revista Pegada, vol. 12 n.1, junho de 2011.

_____. O trabalho duplicado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PALUDO, Conceição. Mulheres: Resistência e Luta em Defesa da Vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PELOSO, R. Trabalho de Base. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. In: Clássicos sobre a Revolução Brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RODRIGUES, L. de O. **A luta feminista na esquerda**: articulação das lutas e reflexões sobre os caminhos atuais. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, Escola Nacional Florestan Fernandes e Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

SAFIOTTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - SOF. **Dia Internacional da Mulher**: em busca da memória perdida. SOF, 2010.

SILVA, G.F. As disputas territoriais no Maranhão. In: Ensaio sobre a questão agrária. Ana Terra Reis; Andréa Francine Batista (org.). 1ª ed. São Paulo : Outras Expressões, 2013.

SILVA, I.C. QUESTÃO DE GÊNERO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DA CLASSE TRABALHADORA NO CAPITALISMO: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2010.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: Cadernos Pagu. N16, 2001.

SIQUEIRA, S.M.M. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE OUTRA SOCIABILIDADE. *Mimeo, n.d.*

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A Classe Operária tem Dois Sexos. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2011.

STÉDILE, J.P. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Editoria Atual, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos**. In: THOMAZ JR, A. & FRANÇA JR, L. B. (orgs.). *Geografia e trabalho no século XXI*. v. 5. Presidente Prudente: Centelha, 2010. p. 176-216

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Revista Marxismo Vivo. Nº 02, Outubro 2001.

TRAT, J. Movimentos Sociais. In: Dicionário Crítico do Feminismo. Hirata, H. [Et al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

VIEIRA, F. B. **Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança**: Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

VINTEUIL, F. Marxismo e Feminismo. In: Cadernos Democracia Socialista, vol. 8. Editora Aparte, 1989.

WAINWRIGHT, H., SEGAL, L. e ROWBOTHAM, S. **Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

WANDERLEY, Luiz E. W. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho**. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C.; WANDERLEY, M.B. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p.51-161.

WOOD, E.M. As origens agrárias do capitalismo. Tradução de Lígia Osório Silva. Monthly Review, vol. 50, n. 3, julho/agosto de 1998.

Documentos consultados:

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Página eletrônica: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/04/350927.shtml> . Acessado em julho de 2013.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Página eletrônica: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>. Acessada em setembro de 2013.

COORDINADORA LATIOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO - CLOC. Página eletrônica: <http://www.cloc-viacampesina.net/> . Acessada em: 20 de junho de 2012.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Cartilha: Mulheres Camponesas em Defesa da Vida, 2008.

_____. **Bandeiras do MMC**. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas.html>. Acessado em: novembro 2011.

_____. **História do MMC**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/menu/historia.html>. Acessado em: novembro 2011.

_____. Cartilha: Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos, 2004.

_____. Cartilha: Gênero, sexualidade e direito das mulheres, 2008.

_____. Cartilha: Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas, sem data.

_____. Cartilha: Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência, 2009.

_____. Folder: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir as bases para a libertação, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Página eletrônica: <http://www.mabnacional.org.br/> . Acessada em agosto de 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Protesto das Mulheres

na Aracruz completa 5 anos. <http://www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos>

VIA CAMPESINA. Cartilha Basta de Violência Contra as Mulheres. Brasília (Brasil), julho de 2012.

- _____ . **La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**, 2011.
- _____ . 08 de Março - Dia Internacional da Mulher, março de 2007.
- _____ . **Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra 2008**, março de 2008.
- _____ . **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2009**, março de 2009.
- _____ . **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas**, março de 2010.

ANEXO

Roteiro de entrevistas com militantes e lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas Fevereiro de 2013

- Quais tem sido as principais ações políticas – relativas à organização, formação e luta - do MMC?
- Por que a opção de construir um movimento social auto-organizado de mulheres?
- Qual a leitura do movimento a respeito da situação das mulheres e das relações sociais de gênero na sociedade atual?
- Como tem se dado a participação do MMC na Via Campesina?
- Qual tem sido sua atuação/contribuição junto às Mulheres da Via Campesina?